UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"Júlio de Mesquita Filho"
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS URBANAS SUJEITAS À EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE–SP

FABRICIO DA MATA LUCAS

Presidente Prudente
2007

FABRICIO DA MATA LUCAS

A PRÁTICA DO LAZER EM ÁREAS URBANAS SUJEITAS À EXCLUSÃO SOCIAL EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof.º Dr.º Raul Borges Guimarães

Presidente Prudente

2007

Lucas, Fabrício da Mata.
L966p A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente – SP / Presidente Prudente : [s.n], 2007
xiv, 170 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Raul Borges Guimarães
Banca: Maria E. Beltrão Spósito, Gilmar Mascarenhas de Jesus
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Lazer. 3. Exclusão social. I. Autor. II. Título. III Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

Ficha cartográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Raul Borges Guimarães
(Orientador)

Profª Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito (UNESP)

Profº Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Dedico este trabalho a minha mãe, pela força, carinho, amor e dedicação que me acompanha em toda vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha mãe Imirene e minha irmã Luciana, pela força e perseverança em todos os momentos, principalmente nos mais difíceis.

Agradeço ao Profº. Raul Borges Guimarães por me orientar no decorrer desses anos e se mostrar mais que um orientador.

Agradeço à FAPESP, pelo apoio financeiro fundamental para o desenvolvimento desta Dissertação.

Agradeço ao Profº. Mário, docente do Departamento de Matemática, Estatística e Ciências da Computação por ter colaborado na elaboração e análise das informações de campo.

Agradeço de uma forma geral a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento deste trabalho, colegas do CEMESPP que são vários, entre eles o Oséias pela ajuda com os mapas, o Fernando e o Rafael pela ajuda na aplicação de questionários; a Maria da Sala de Desenho, a Aline e todas as demais pessoas que forneceram ajuda para a consecução desta Dissertação.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que têm convivido comigo no decorrer desses anos, aos diversos colegas da Unesp pelo bom papo, muitos ainda presentes e outros que não se encontram mais presentes, mesmo assim, as lembranças dos bons momentos com certeza permanecem. Aos colegas de república pela convivência, (Hérculis, Rones, Geraldo, Cloves, Evandro, Rancharia, Ivair) dentre outros que conviveram comigo nessa casa e nos tempos de moradia estudantil.

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as práticas de lazer na cidade de Presidente Prudente – SP, focando algumas áreas sujeitas à exclusão social. Observa-se a importância de verificar como estão implantadas as políticas desenvolvidas pelo poder público municipal referentes à área do lazer na cidade de Presidente Prudente, visando ainda verificar como as pessoas que habitam tais áreas periféricas sujeitas à exclusão vivenciam suas práticas de lazer e principalmente como estas concebem as opções de lazer oferecidas pelo poder público. O trabalho está estruturado por meio de duas importantes fontes de dados. Uma primeira procura identificar em recortes extraídos do jornal "O Imparcial" as principais políticas de lazer implementadas a partir do ano de 1990 até 2004, com maior enfoque na atual administração que vem estabelecendo como principal política a urbanização e implantação de praças de lazer em áreas de fundo de vale. Uma segunda fonte tem o intuito de identificar a visão dos moradores de algumas áreas periféricas a respeito do lazer, objetivando verificar se existe associação entre a oferta de tais políticas e a contemplação das mesmas por parte desses moradores. Consideramos existir um padrão de política de lazer que vem sendo estabelecido mais recentemente nessa cidade, no entanto, apesar dessa política se disseminar pela malha urbana e contemplar muitas áreas sujeitas à exclusão social, observou-se uma subutilização em algumas dessas praças devido ao fato de não passarem por manutenção e não garantirem segurança para as famílias residentes no entorno vivenciarem seus momentos de lazer.

Palavras – chave: lazer, políticas públicas, exclusão social, Presidente Prudente.

ABSTRACT

This research, aims to analyse the leisure practices in the city of Presidente Prudente - SP, emphasizing some areas subject to social exclusion process. It is observed as the local government introduce the leisure areas in the city of Presidente Prudente and how the people who live in such areas utilize them, principally how these people understand the leisure options offered by the local government. This research is based on two important data sources. The first one tries to identify in extracts from the newspaper " O Imparcial", the principal policy of leisure introduced from 1990 a 2004, emphasizing the current administration which has been establishing as its principal policy the urbanization and leisure parks in isolated areas. The second source aims at identifying the residents understanding of leisure to verify if there is a relation between the policy offered and the acceptance of the residents. We consider there is a leisure policy pattern which has been established recently in this city, however besider this policy has spread out the city and contemplated areas subject to social exclusion process, it can be noticed the low use of some of these parks due to the fact there is no maintenance and principally because the family security is not guaranteed during the leisure practices.

Key words: leisure practices, public policy, social exclusion, Presidente Prudente.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS P.09
LISTA DE FOTOS P.09
LISTA DE GRÁFICOS P.10
LISTA DE MAPAS P.10
LISTA DE QUADROS P.11
LISTA DE TABELAS P.11

INTRODUÇÃO P.12

CAPÍTULO 1 - CONCEITUANDO O LAZER P.15
1.1 - Resgatando as principais concepções de lazer P.15
1. 2 - O Lazer na sociedade atual P.25
1.3 - Lazer e Geografia: Uma possível aproximação P.29

CAPÍTULO 2 - EXCLUSÃO SOCIAL E O LAZER NA CIDADE P.35
2.1 - Os processos de exclusão social P.35
2.2 - A exclusão social em Presidente Prudente P.42
2.3 - A inserção das políticas públicas P.47

CAPÍTULO 3 - O LAZER NO TEMPO E NO ESPAÇO: UMA VISÃO DAS POLÍTICAS DE LAZER ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2004 P.52
3.1- O lazer através dos jornais P.53
3.2 - Considerações acerca das políticas de lazer apresentadas em cada gestão municipal P.93

CAPÍTULO 4 - O LAZER NA CIDADE: UMA VISÃO GERAL A RESPEITO DAS ATUAIS POLÍTICAS DE LAZER P.97
4.1 - As principais políticas e ações voltadas para o lazer P.97
4.2 - Definindo as áreas estudadas P.111

CAPÍTULO 5 - O LAZER SOB A ÓTICA DOS MORADORES DE P.114

ALGUMAS ÁREAS PERIFÉRICAS

5.1 - A visão dos moradores acerca do lazer P.121

5.2 - Análise das políticas públicas de lazer pela população P.147

5.3 - Possíveis caminhos P.155

CONSIDERAÇÕES FINAIS P.158

BIBLIOGRAFIA P.165

ANEXOS P.171

LISTA DE FIGURAS

1 - Linhas do tempo (Gestão Paulo Constantino/ 1989 - 1992) P.89

2 - Linhas do tempo (1ª Gestão Agripino Lima / 1993 - 1996) P.90

3 - Linhas do tempo (Gestão Mauro Bragato/ 1997 - 2000) P.91

4 - Linhas do tempo (2ª Gestão Agripino Lima / 2001 - 2004) P.92

LISTA DE FOTOS

1 - Praça de lazer da área 1 (Ana Jacinta) P.142

2 – Praça de lazer da área 2 (Vila Brasil) P.143

3 - Praça de lazer da área 2 (Vilas Líder e Planaltina) P.144

4 - Praça de lazer da área 3 (Watal Ishibashi) P.145

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Percentual de pessoas que usufruem momentos de lazer (área 1 - Ana Jacinta) P.119

2 - Percentual de pessoas que usufruem momentos de lazer (área 2 - Zona Leste) P.119

3 - Percentual de pessoas que usufruem momentos de lazer (área 3 - Watal Ishibashi) P.120

LISTA DE MAPAS

1 - Presidente Prudente - Distribuição dos setores de Exclusão/ inclusão social P.45

2 - Presidente Prudente - Reivindicações de áreas de lazer segundo o jornal “O Imparcial” P.84

3 - Presidente Prudente - Implantação de áreas de lazer segundo o jornal “O Imparcial” P.85

4 - Presidente Prudente - Localização das áreas de Exclusão/ inclusão social e dos equipamentos de lazer e de cultura em 2003 P.101

5 - Presidente Prudente - Localização das áreas de Exclusão/ inclusão social e praças esportivas de lazer em 2006 P.102

6 - Presidente Prudente - Localização das praças de lazer estudadas e do Parque do Povo P.113

7 - Presidente Prudente - Equipamentos e espaços de convivência próximos da área de lazer 1 (Ana Jacinta) P.132

8 - Presidente Prudente - Equipamentos e espaços de convivência próximos da área de lazer 2 (Vila Brasil) P.133

9 - Presidente Prudente - Equipamentos e espaços de convivência próximos da área de lazer 2 (Vila Líder) P.134

10 - Presidente Prudente - Equipamentos e espaços de convivência próximos da área de lazer 3 (Watal Ishibashi) P.135

LISTA DE QUADROS

1 - Lista dos artigos levantados no jornal ligados à área do lazer P.57

2 - Praças de lazer implantadas e/ ou reformadas a partir de 2001 P.104

LISTA DE TABELAS

1 - Distribuição dos entrevistados nas três áreas P.116

2 - Distribuição das faixas etárias em cada área P.117

3 - Distribuição dos moradores que usufruem momentos de lazer P.118

4 - Distribuição das opções de lazer nas três áreas (Nº absoluto e percentual %) P.122

5 - Distribuição das opções de lazer nas três áreas agrupando os itens primários e secundários (Nº absoluto e percentual %) P.129

6 - Distribuição referente à freqüência e ao horário dos moradores nas praças de lazer P.137

7 - Distribuição referente à freqüência dos moradores nas praças de lazer P.138

8 - Distribuição da freqüência dos moradores que usufruem momentos de lazer em outros locais da cidade P.146

9 - Avaliação da atual política de lazer desenvolvida pelo poder público P.148

10 - Gestão municipal que mais privilegiou ações ou políticas de lazer P.151

11 - Nº e Percentual de chefes de família entre 21 e 30 anos dentre o total de entrevistados entre 21 e 50 anos P.152

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, procura-se compreender a prática do lazer no espaço urbano de Presidente Prudente – SP, uma cidade média do interior paulista. O trabalho tem o intuito de enfocar as práticas de lazer na cidade, principalmente no que diz respeito à consolidação das principais políticas que contemplam tais práticas, sobretudo em áreas que se encontram sujeitas à exclusão social. Tal propósito exige identificar como se manifestam as diferentes práticas de lazer da população mais carente e com menor poder de consumo que habita essas áreas.

Partimos de três importantes eixos norteadores para situar nossa discussão. Um primeiro procura identificar a manifestação da prática do lazer perante a sociedade, com o intuito de identificar a sua consolidação na cidade de Presidente Prudente. Um outro eixo visa identificar como o lazer se manifesta para as pessoas sujeitas aos processos excludentes nessa cidade. Para isso, a ênfase será dada às áreas periféricas do espaço urbano sujeitas à exclusão social. Um terceiro eixo tem em mente compreender as principais ações e políticas de lazer voltadas, especificamente, para essas populações mais vulneráveis.

As inquietações a respeito dessa temática surgem em pesquisas anteriores ainda na iniciação científica, quando foi possível visualizar como vinha se consolidando a prática do lazer para populações residentes em algumas áreas de periferia da cidade. Em seguida, nossas preocupações começaram a se direcionar para a implantação de políticas de lazer subsidiadas por algumas Secretarias ligadas ao poder público municipal. Em nossa Monografia de Bacharelado (LUCAS, 2003)[1], apresentamos uma análise das práticas de lazer vivenciadas por jovens adolescentes na faixa etária entre 14 a 19 anos em algumas áreas sujeitas a processos de exclusão social.

Nesse sentido, procuramos nesta Dissertação de Mestrado ampliar o foco de discussão, tendo como referência a experiência que vem sendo acumulada desde a iniciação científica acerca de tal temática. No presente trabalho, queremos compreender como o lazer se

[1] LUCAS, Fabrício da Mata. **O Lazer no contexto das políticas públicas de combate à exclusão social: O caso do lazer vivenciado pelo jovem de 14 a 19 anos em áreas de exclusão.** (Monografia de Bacharelado em Geografia). FCT/ UNESP, Presidente Prudente, 2003.

insere na vida das pessoas que habitam áreas periféricas sujeitas as diversas formas de exclusão social. Afinal, apesar de ser verificada nas últimas décadas essa maior preocupação com o aproveitamento do tempo de lazer e o aumento da qualidade de vida de uma forma geral[2], observa-se a ocorrência de uma apropriação extremamente desigual, tanto do ponto de vista das práticas de lazer, quanto da apropriação dos equipamentos urbanos necessários para efetivação dessas práticas, de acordo com o poder aquisitivo e a condição social de cada indivíduo.

Para o desenvolvimento dessa discussão, o presente trabalho se encontra estruturado da seguinte forma. No capítulo 1, **"Conceituando o lazer",** discutimos a ocorrência do lazer de forma propriamente dita, apresentando uma série de conceituações, enfatizando como o lazer ganha importância e se insere na sociedade atual e se aproxima da Geografia. No capítulo 2, **"Exclusão social e o lazer na cidade"**, desenvolvemos a temática a partir da discussão do conceito de exclusão social, visando em seguida, trazer à tona como tal processo se manifesta na cidade de Presidente Prudente, sobretudo no que se refere à possibilidade de se vivenciar o lazer, com enfoque para as áreas periféricas nas quais os moradores estão sujeitos a processos excludentes. Por sua vez, no capítulo 3, **"O lazer no tempo e no espaço: Uma visão das políticas de lazer entre os anos de 1990 a 2004"**, realizamos um levantamento das manchetes e artigos apresentados no jornal "O Imparcial" no período de janeiro de 1990 até dezembro de 2004, se referindo às principais ocorrências ligadas às práticas de lazer desenvolvidas pelo poder público municipal. Agrupamos as manchetes apresentadas no jornal em um quadro, em seguida separando-as em diferentes períodos no âmbito de cada uma das gestões municipais presentes no decorrer desses quinze anos. Essa separação em diferentes períodos encontra-se exposta no trabalho através de algumas 'linhas do tempo', permitindo uma melhor compreensão da ação do poder público no incentivo ao lazer nesse período mais recente de 1990 a 2004. No capítulo 4, **"O lazer na cidade: uma visão geral a respeito das atuais políticas de lazer",** analisamos a realidade de Presidente Prudente através de alguns indicadores fornecidos pelo poder público municipal, apresentando nesse sentido, a representação cartográfica com os equipamentos de lazer, assim como as ações da atual gestão municipal no campo do lazer. No capítulo 5, **"O lazer sob a ótica dos moradores de algumas áreas periféricas"**, apresentamos a visão dos moradores do entorno de quatro praças de lazer localizadas em áreas sujeitas à exclusão social na cidade, com o intuito de demonstrar como se consolidam suas práticas de lazer, e também, o entendimento e a aceitação dessas pessoas em relação às políticas direcionadas à área do lazer

[2] (Cf. Dumazedier 1979 e Marcellino 1995).

por parte do poder público municipal. Nas considerações finais, retomamos os aspectos principais da análise empreendida.

CAPÍTULO 1 - CONCEITUANDO O LAZER

Procuramos apresentar neste capítulo uma conceituação do lazer de acordo com as concepções de diferentes autores, procurando explorar especificamente num primeiro tópico, diferentes idéias que possam subsidiar na compreensão acerca da prática do lazer, destacando como esta se consolida e passa a ganhar relevância do ponto de vista intelectual e social. É importante ressaltar a dificuldade existente no sentido de identificar a complexa discussão que envolve a temática do lazer, alvo de diferentes áreas do conhecimento e ainda em processo de consolidação.

Ao trabalhar a temática que envolve o fenômeno lazer, devemos antes de tudo contextualizá-lo no tempo e no espaço, destacando sua construção histórica e social, para posteriormente inserirmos essa discussão no âmbito do espaço urbano de Presidente Prudente e analisar a disposição (através dos espaços e equipamentos) e a vivência desse lazer nessa cidade.

1.1 - Resgatando as principais concepções de lazer

A origem da palavra lazer, conforme Andrade (2001) nos apresenta, vem do latim *‘licere’* e significa ser lícito, permitido. A partir desse termo oriundo do latim é que se apresenta inerente ao lazer a idéia de permissão, de liberdade, num contexto de liberação do indivíduo de suas necessidades (obrigatórias) básicas para o seu bel prazer.

Para compreendermos a ocorrência do lazer, faz-se necessário retomarmos as diferentes concepções que permeiam o significado deste ao longo da história do homem. Para isso, devemos pensar o lazer sobre duas vertentes. Numa primeira, devemos destacá-lo como um fenômeno que sempre esteve presente na humanidade, tendo como grande momento o período clássico que se refere à concepção grega de lazer.

Na Grécia antiga, o tempo livre recebia a denominação de ócio, e era atribuído maior valor a esse momento do que à vida de trabalho. De acordo com Bacal:

> Para o homem grego, o ócio não significava estar ocioso no sentido de não fazer nada, mas implicava operações de natureza intelectual e espiritual que

> se traduziam no exercício da contemplação da verdade, do bem e da beleza, de forma não utilitária. (BACAL, 2003, p.43).

Parker (1978, p.26) destaca que “a concepção grega de lazer baseava-se numa associação à aprendizagem ou cultivo do eu, em lugar de basear-se em tempo livre”. Dessa forma, “[...] a concepção grega de lazer era realmente parte, de uma concepção mais ampla da natureza de um homem livre”. (PARKER, 1978, p.27).

Essa valorização do ‘eu’ pode ser interpretada como sendo um momento utilizado pelos gregos para sua livre criação, seja nas artes ou na filosofia, momento este de plena liberdade, destinado para os indivíduos se dedicarem a suas aspirações individuais, em detrimento de atividades que pudessem estar ligadas a obrigações rotineiras, como é o caso do próprio trabalho.

Ao se referir a essa conceituação de ‘ócio’, De Masi (2000, p.14) ressalta que esse conceito recebe geralmente um sentido negativo. Para o autor, “[...] o ócio pode ser muito bom, mas somente se nos colocarmos de acordo com o sentido da palavra”. Nesse sentido, De Masi reforça essa concepção de ócio trazida pelos gregos, destacando que para esses, as virtudes físicas do ócio estavam ligadas estritamente ao esporte.

> Quem trabalhava, isto é, suava, ou era um escravo ou era um cidadão de segunda classe. As atividades não - físicas (a política, o estudo, a poesia, a filosofia) eram ‘ociosas’, ou seja, expressões mentais dignas somente dos cidadãos de primeira classe. (DE MASI, 2000, p.15).

Assim, mesmo nesse período de plena harmonia e valorização das virtudes do ócio e também da liberdade ligada a esses momentos, existia a exploração do trabalho por parte de uma classe abastada sobre as populações de classes mais baixas baseada na escravidão. Os homens livres, principalmente detentores de riqueza material, contavam com um número significativo de pessoas ao seu dispor, sendo as atividades de trabalho realizadas por esses escravos ou pelos cidadãos de segunda classe e não consideradas dignas de um homem nobre.

Ao remetermos a outros períodos históricos com o intuito de identificar a possível ocorrência do lazer em outras sociedades, torna-se possível evidenciar que para as sociedades mais primitivas, não havia uma distinção entre os tempos, supostamente de “lazer” e de “trabalho”, já que momentos dedicados à “livre fruição” e ao “trabalho” se intercalavam mutuamente no cotidiano das pessoas. Conforme Requixa nos aponta:

> A inexistência do vocábulo trabalho, entre os povos primitivos, significava principalmente que não havia uma clara distinção entre a vida e o trabalho, entre o tempo de viver e o tempo de trabalhar. Trabalhar era ao mesmo

> tempo existir, como existir era ao mesmo tempo se recrear. (REQUIXA, 1973, p.11).

Nos períodos referentes à Idade Média, as possibilidades de lazer se encontravam subordinadas ao estrato social no qual cada pessoa se encontrava inserida, sendo essas possibilidades ampliadas para as pessoas com maior ascensão social. Mesmo assim, continua não havendo grande distinção no que se refere à utilização do tempo, pois as horas destinadas ao trabalho continuam sendo ligadas a "possíveis" momentos de lazer, sendo esses momentos acima de tudo vinculados a atividades e festas religiosas.

Segundo Medeiros (1975), a valorização artística, literária, filosófica e científica que ocorre no Renascimento, reflete uma volta à Grécia Clássica e pode ser também considerada uma valorização do lazer, ampliando em muito os horizontes teóricos a respeito de sua conceituação.

Pensando dessa forma, o lazer estaria relacionado, em uma escala de longa duração, ao processo de produção e reprodução da sociedade, numa tênue fronteira entre as atividades obrigatórias e não obrigatórias. Mas as situações vividas até aquele momento se alterariam com a implantação da reforma protestante nos séculos XVI e XVII, uma vez que ocorre uma supervalorização do trabalho e uma condenação do tempo livre ou de lazer, passando este a ser associado a tempo "desperdiçado". Assim, o protestantismo passaria a justificar o tempo destinado ao lazer como ocioso e improdutivo, ou seja, tempo ocupado com práticas "sujeitas ao pecado".

Para Andrade (2001, p.13), até o século XIX "[...] era quase dogmática a interpretação da mentalidade bíblica, segundo a qual os homens nasceram para trabalhar e seu trabalho era considerado como meio e forma de purgação de pecados ou culpas". Com isso, percebe-se que o dever religioso principalmente protestante, associado ao trabalho intensifica a idéia de produção para servir o capital juntamente como forma de servir a Deus. (WEBER, 1967). Portanto, o tempo de lazer passa a ser visto como inimigo do trabalho e não como algo que o complemente.

Uma segunda vertente justifica a existência do lazer como fenômeno que ganha significado a partir do advento dessa sociedade industrial, observando que o lazer somente passa a fazer sentido a partir do momento que existe uma nítida separação entre o tempo imposto ao trabalho e o restante do tempo, geralmente revertido em descanso para reposição das energias utilizadas na intensa jornada de trabalho.

Conforme Valente (2005) nos apresenta, percebe-se que a primeira vertente está ligada às idéias do sociólogo Stanley Parker e a segunda corresponde às idéias do

sociólogo Jofre Dumazedier, ambos importantes estudiosos que contribuíram para teorizar a respeito do lazer.

Parker (1978) argumenta que embora o lazer possa ser verificado nas mais diferentes sociedades e nos mais diversos períodos históricos, ganha conotação diferente com o período industrial.

No dizer do autor:

> É possível argumentar que o lazer nunca existiu para as massas populares enquanto parte separada da vida, até ser conquistado em razão dos períodos de trabalho excessivamente longos. Segundo esse princípio, o lazer poderia ser considerado um produto da sociedade industrial. (PARKER, 1978, p.29).

Para Dumazedier, o lazer vai surgir como decorrência do avanço da técnica que permitiu a expansão da sociedade industrial. Esse autor destaca que:

> Nas sociedades pré – industriais do período histórico, o lazer não existe tampouco. O trabalho inscreve-se nos ciclos naturais das estações e dos dias: é intenso durante a boa estação, e esmorece durante a estação má. Seu ritmo é natural, ele é cortado por pausas, cantos, jogos, cerimônias. Em geral se confunde com a atividade do dia [...]. Entre trabalho e repouso o corte não é nítido. Nos climas temperados, no decurso dos longos meses de inverno, o trabalho intenso desaparece para dar lugar a uma semi – atividade durante a qual a luta pela vida é, muitas vezes, difícil. [...] Esta inatividade é suportada; ela é amiúde associada a um cortejo de adversidades. Evidentemente, não apresenta as propriedades do lazer moderno. (DUMAZEDIER, 1999, p. 26).

Diante dessas duas principais vertentes, as quais apresentam concepções diferenciadas no que se refere ao surgimento do lazer, é possível identificá-lo ora por um viés que o considera como uma prática sempre existente na vida do homem, ou por outro lado, como produto e expressão da sociedade industrial. Ao pensar nessa última vertente, considerando o lazer como produto do período industrial, é possível admitir que a forma como o lazer passou a ser incorporado na sociedade urbano-industrial é resultante de uma drástica separação dos “tempos” na vida das pessoas, especificamente das massas trabalhadoras. Nesse âmbito, até mesmo Parker ressalta que esse tipo de lazer vivenciado separadamente das atividades obrigatórias ligadas ao trabalho é produto da sociedade industrial. Na visão de Dumazedier, o lazer não pode ser verificado através das pausas aleatórias, ou dos ciclos naturais ligados a algum tipo de intempérie que tenha impedido as atividades ligadas ao trabalho nos períodos pré - industriais, devendo ser identificado como uma prática especificamente ligada ao período de não - trabalho, portanto, oriundo dessa segmentação das atividades desenvolvidas durante o dia entre a obrigatoriedade e a não obrigatoriedade, sendo marca dessa sociedade industrial.

Diante desse contexto, apresentamos a seguir um conjunto de conceituações acerca do lazer trazidas por diferentes autores, para em seguida tentar compreender como se estrutura tal fenômeno a partir do surgimento dessa sociedade urbano/ industrial até o período atual.

Segundo Marcellino (1995):

> Entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer não existe um acordo sobre seu conceito, podendo-se distinguir duas grandes linhas: a que enfatiza o aspecto atitude, considerando o lazer como estilo de vida, portanto independente de um tempo determinado, e a que privilegia o aspecto tempo, situando-o como liberado do trabalho, ou como tempo livre, não só do trabalho, mas de outras obrigações - familiares, sociais, religiosas - destacando a qualidade das ocupações desenvolvidas. MARCELLINO (1995, p.28-9).

Com base no presente autor brasileiro é possível destacar que essa primeira linha, a qual considera o lazer um ‘estilo de vida’ ou uma ‘atitude’, possui David Riesman como um de seus principais representantes, prevendo haver momentos de lazer até no próprio ambiente de trabalho, desde que exista uma relação de satisfação entre o “sujeito e a experiência vivida”. (MARCELLINO, 1995).

Essa afirmação nos faz refletir sobre a possibilidade de o lazer ser encontrado nos diversos ambientes, se confundindo com o próprio trabalho dependendo da satisfação proporcionada, o que pode levar a pensar em um caráter de não distinção entre esses dois pólos que compreendem respectivamente ao lazer e ao trabalho.

Partindo dessa idéia, podemos indagar atualmente se é possível haver momentos de lazer no próprio tempo e ambiente de trabalho. Porém, percebe-se que nem todo ambiente de trabalho desperta prazer ao indivíduo, ocorrendo na maioria das vezes o contrário, pois a grande parte dos ambientes de trabalho desempenha um caráter hostil, gerando insatisfação e desprazer ao trabalhador, sobretudo devido a forte relação de imposição e obrigatoriedade encontrada aí presente.

A outra linha citada por Marcellino, a qual inclui o lazer a um tempo determinado, pode ser enfatizada, sobretudo a partir das considerações elaboradas por Dumazedier, sendo tais considerações freqüentemente exploradas no presente trabalho devido principalmente à grande influência desse autor no Brasil.

Para esse autor, o lazer compreende,

> [...] (o) conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-

> se das obrigações profissionais, familiares e sociais. (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Esse autor destaca o lazer como algo que possa vir a ser desenvolvido na esfera do tempo livre, nos momentos de total liberdade, os quais o indivíduo possui para se portar da maneira que lhe for desejada, pressupondo não haver mais nenhuma obrigação a ser cumprida, nem mesmo com relação a algum tipo de atividade desenvolvida no próprio âmbito familiar.

Ribas (1998) faz referência a Dumazedier quando este destaca que existe:

> O tempo que o indivíduo possui fora das obrigações de trabalho e também das necessidades biológicas, podendo exercitar livremente várias atividades como tarefas domésticas, compromissos sociais e familiares, sendo também chamado de tempo livre não liberado. Dentro do tempo livre há um tempo totalmente livre das obrigações familiares e sociais que é o tempo de lazer. (DUMAZEDIER, 1976 apud RIBAS, 1998, p.9).

Para se chegar a essa sua conceituação de lazer, Dumazedier refere-se a outros quatro diferentes enfoques que foram sendo elaborados por diferentes pensadores ao longo do tempo enfatizando a construção teórica do lazer, apontando algumas críticas em relação a alguns desses. Um primeiro enfoque coloca o lazer como "[...] um estilo de comportamento, podendo ser encontrado em não importa qual atividade". (DUMAZEDIER, 1999, p.88). Assim, o lazer é apresentado como um estilo de vida vivenciado nas mais diversas esferas da vida humana, visão esta já ressaltada neste trabalho anteriormente (MARCELLINO, 1995), sendo bastante contestada por Dumazedier, posto que se opõe totalmente a tal visão acerca do lazer.

Um segundo enfoque diferencia o lazer somente em relação ao trabalho profissional, o que na visão do autor se torna,

> [...] lamentável particularmente para a clareza do conceito, confundir sob uma mesma palavra atividades que correspondem a um tempo liberado de obrigações profissionais e atividades que correspondem a um tempo sobrecarregado de obrigações familiais. (DUMAZEDIER, 1999, p. 89).

Um terceiro enfoque corresponde a uma abordagem que separa o lazer de atividades profissionais e familiais, mas deixa-o em conjunto com atividades sócio-políticas e/ ou sócio-espirituais. Para o autor, "[...] a tomada de responsabilidade sócio-política (ou sócio-espiritual) pode lhe trazer uma satisfação profunda; ela pode efetuar-se numa atmosfera de festa, mas pode exigir, ao contrário, uma disciplina, um sacrifício penoso". (DUMAZEDIER, 1999, p.91).

Com relação às atividades de cunho sócio-espiritual, destacamos no decorrer do trabalho como elas se integram nos lazeres das pessoas que vivem em áreas de periferia sujeitas à exclusão na cidade de Presidente Prudente, já apontando antecipadamente o destaque dado por algumas pessoas a essas atividades, colocando essas últimas no seu universo de lazer.

Um quarto enfoque, diz respeito à "realização da pessoa como fim último", juntando-se as propriedades resultantes da combinação de um caráter liberatório, hedonístico, desinteressado e pessoal. Na visão do presente autor é uma forma melhor e mais apropriada de orientar a consumação do tempo de lazer. (DUMAZEDIER, 1999).

Dessa forma, a atividade de lazer se associaria a um tipo de tempo presente no âmbito do tempo livre, sendo totalmente desvinculado de qualquer tipo de obrigação ou imposição social.

Na visão de Bacal,

> O lazer também se caracteriza pela realização de atividades discricionais (de livre arbítrio) que se efetivam nesse tempo livre. Essas atividades, dentre as quais se destaca o turismo, são vistas como um fim em si mesmas, despertando do indivíduo sentimentos de bem - estar e satisfação. (BACAL, 2003, p.98).

Para a autora, esse tempo livre nasce de uma marcação no relógio pelo mundo industrial, visto como fenômeno complementar, justificado ao tempo de trabalho e não se opondo a este.

Para Parker (1978, p.12) "[...] enquadrar o lazer como tempo livre é uma visão extremamente simplista", pois na visão desse autor, não se pode enquadrar a riqueza de opções proporcionadas pelas atividades de lazer a um único período de tempo, sem mesmo se importar com o caráter das atividades desenvolvidas nesse tempo. O autor considera que embora o lazer possa remeter a atividades de livre escolha do indivíduo, não se deve deixar de lembrar que não existe tempo totalmente desvinculado de coações normativas.

Parker destaca ser muito complicado definir e conceituar o lazer, pois é possível apontar diferentes enfoques. Um deles seria pensar nas 24 horas do dia e subtrair os períodos do dia que compreendem atividades obrigatórias, como trabalho, alimentação e necessidades fisiológicas. Outro seria pensar na qualidade das atividades realizadas nesse tempo livre. Destaca-se também, a junção dessas duas idéias, sendo possível vê-lo como "[...] uma série de ocupações as quais o indivíduo pode comprazer-se de livre e espontânea vontade". (PARKER, 1978, p.19).

Parker (1978, p.21) afirma que “uma compreensão adequada de lazer exige que consideremos tanto as suas dimensões de tempo quanto de atividade”. É inadequado na visão deste autor, classificar o lazer somente como tempo livre, pois o tempo que um desempregado possui com certeza não é visto por ele mesmo como tempo de lazer.

É importante pensarmos que lazer e trabalho são dois conceitos intrínsecos, podendo o lazer ser visto como algo que pressupõe o trabalho. Esse tipo de tempo ocioso, sem ocupação nenhuma com qualquer tipo de atividade profissional não pode constituir-se em tempo e nem em atividade de lazer, pois para pressupor a vivência de momentos de lazer, o indivíduo deve estar em primeiro lugar inserido em alguma atividade que garanta a sua manutenção e sobrevivência.

Marcellino (1995) ressalta que restringir

> [...] o lazer a um tempo determinado também engloba aspectos nebulosos, uma vez que, uma mesma pessoa pode, num certo período de tempo, desenvolver mais de uma atividade. [...] Além disso, tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social. (MARCELLINO, 1995, p.29).

Nesse sentido, o autor acredita ser mais correto utilizar a nomenclatura que identifica o lazer no contexto do ‘tempo disponível’, ao invés do ‘tempo livre’.

Por tempo disponível é possível pensar na parte do tempo que resta ao indivíduo após o mesmo já ter cumprido suas obrigações ligadas principalmente ao trabalho, ou seja, essa parte do tempo sucede os períodos relacionados às obrigações do trabalho. Nesse tempo disponível, torna-se possível vivenciar atividades práticas e contemplativas ligadas ao lazer.

Este autor brasileiro, considerado um dos principais referenciais nos estudos sobre o lazer no país, parte dessa conceituação trazida por Dumazedier e vai além da utilização do termo “tempo livre” para identificar a vivência do lazer. Marcellino acredita que qualquer que seja o instante de tempo vivenciado, sempre haverá conotação com algum tipo de ocupação ligada a uma conduta social, podendo o indivíduo vivenciar mais de uma atividade ao mesmo tempo. Por tempo disponível é possível compreender a parte do tempo que é disposta (*concedida*) à livre opção de quem a vivencia a partir do já cumprimento de atividades ligadas principalmente ao trabalho, pois “[...] a disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa”. (MARCELLINO, 1995, p.31).

Portanto, para o presente autor o “lazer é como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. (MARCELLINO, 1995, p.31).

A partir de agora, identificaremos como a visão de Dumazedier influencia a concepção de importantes estudiosos que se dedicaram a discutir a temática referente ao lazer no Brasil. Esses autores abordam o lazer a partir de uma perspectiva que o coloca, sobretudo, como fenômeno vivenciado no tempo livre.

Um desses autores é Requixa, o qual se refere ao lazer “como uma ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”. (REQUIXA, 1973, p.41).

Outra autora é Medeiros, a qual destaca o lazer como “espaço de tempo não comprometido, do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e vida”. (MEDEIROS, 1975, p.3).

No âmbito desse conjunto de conceituações que relacionam de um modo geral o lazer a essa esfera do ‘tempo livre’, Marcellino traz à tona aspectos apresentados em alguns trabalhos, entre esses, nos trabalhos desses dois últimos autores citados, que direcionam a existência de uma visão “funcionalista” a respeito do lazer, compreendendo as abordagens “romântica”, “moralista”, “compensatória” e “utilitarista”.

Tais abordagens são marcadas por apresentarem o lazer como uma possibilidade de ‘recuperar’ e repor as energias utilizadas nas jornadas de trabalho, acalmando as tensões proporcionadas em tais ambientes.

A abordagem ‘romântica’ é “marcada pela ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado”, (MARCELLINO, 1995, p.36). Verifica-se a possibilidade de uma volta ao passado, contemplando as lembranças familiares de tempos anteriores. A abordagem ‘moralista’ se encontra “[...] motivada justamente pelo caráter de ambigüidade do lazer”, pois por um lado, são consideradas as virtuosidades ligadas ao lazer (considerando-o como uma higiene mental), mas por outro, também é possível ressaltar a possibilidade de se verificar os lazeres perigosos (como o uso de álcool, drogas, etc.). Portanto, essa abordagem é direcionada no sentido de proporcionar uma aparente tranqüilidade às atividades e contemplações ligadas ao lazer, garantindo a ordem e a segurança social (MARCELLINO, 1995, p.36). As abordagens ‘compensatória’ e ‘utilitarista’, colocam o lazer como um momento compensador da insatisfação e alienação gerada no trabalho, visto como um tempo capaz de “humanizar” o trabalhador. Designando ao

lazer a “[...] função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento”. (MARCELLINO, 1995, p.37).

Segundo Marcellino, “em todas essas abordagens - romântica, moralista, compensatória ou utilitarista -, pode-se depreender uma visão ‘funcionalista’ do lazer, altamente conservadora, que busca a ‘paz social’, a manutenção da ‘ordem’”. (MARCELLINO, 1995, p.38). Nesse sentido, essas abordagens colocam o lazer como ‘válvulas de escape’, visando garantir a manutenção do “status quo”, não se verificando muitas vezes uma efetiva intenção em ver o lazer como algo realmente humanizador, ou seja, como um fim prazeroso em si mesmo, vendo-o apenas como um instrumento fundamentalmente diminuidor das tensões proporcionadas no ambiente de trabalho.

Partilhamos neste trabalho dessa conceituação apresentada por Marcellino, considerando o lazer como essa ‘cultura mais ampla’, ou seja, os vários momentos que podem estar relacionados a atividades práticas e contemplativas ligadas à livre fruição durante o tempo disponível das pessoas. Muito embora, acreditamos que deva haver uma transformação na visão da sociedade, de forma que o lazer possa restituir o sentido do lúdico na vida cotidiana das pessoas.

Pretendemos identificar neste trabalho, dentre o montante de possibilidades de se usufruir o lazer, os momentos prazerosos que os indivíduos possam dispor ao seu bel-prazer, sobretudo associados ao convívio nos ‘espaços públicos’, podendo esses momentos serem ou não de socialização e de contato coletivo entre as pessoas que os vivenciam. Assim, torna-se possível estabelecer uma forte ligação entre as atividades de lazer e a vida urbana.

O presente trabalho se atém justamente à tentativa de compreender este tipo de lazer moderno, o qual permeia a sociedade atual. Com vistas a entender como esta prática se situa nas cidades médias e de porte médio brasileiras[3], mais especificamente em algumas áreas de periferia da cidade de Presidente Prudente, é que nos posicionamos no sentido de analisar um tipo de lazer oriundo de uma sociedade técnica e industrial, que atualmente tende a se encontrar cada vez mais próximo dos conteúdos e componentes do consumo e do mercado.

[3] É necessário identificar as diferenças intrínsecas a esses dois conceitos, pois, no dizer de Spósito, “enquanto para caracterizar ‘cidade de porte médio’ o tamanho demográfico é suficiente, para dotar a noção ‘cidade média’ de um conteúdo conceitual é fundamental que se estudem os papéis desempenhados por cidades deste nível, para que esse aspecto prevaleça sobre o do tamanho demográfico, a partir da perspectiva [...] da articulação entre os níveis interurbano e intra-urbano das cidades”. (SPÓSITO, 2004, p.327).

1.2 - O lazer na sociedade atual

Como foi possível observar até então, é com o advento da sociedade industrial que passa a existir uma nítida separação do(s) tempo(s) na vida das pessoas, através de uma drástica ruptura entre os tempos destinados ao trabalho e o que pode ser considerado "livre ou disponível".

Com a revolução industrial, chegaram a ser estabelecidas longas jornadas de trabalho por dia. Contudo, paulatinamente, com a criação e organização dos movimentos operários e de constantes reivindicações organizadas pelos mesmos, a jornada de trabalho foi sendo reduzida, chegando atualmente a uma média de 8 horas por dia, dependendo da ocupação e do local de trabalho.

É nesse período que Paul Lafargue escreve o manifesto intitulado 'O Direito À Preguiça'. De acordo com Chauí, esta obra apresenta:

> "[...] um painel da sociedade burguesa, visando alcançar o ploretariado no nível da consciência de classe e por isso é a crítica da ideologia do trabalho, isto é, a exposição das causas e da forma do trabalho na economia capitalista, ou o trabalho assalariado". (CHAUÍ, 2000, p.23).

Podemos refletir, que essa livre interação entre o trabalho e o restante da vida das pessoas existente num período anterior ao advento da revolução industrial, questionada por alguns e enfatizada por outros como possível de se vivenciar momentos de lazer é substituída a partir desse período industrial, principalmente, através da subordinação ao tempo do relógio, que contribui para a divisão de tempos destinados às diversas esferas da vida, sobretudo nas cidades.

Portanto, torna-se evidente que com a expansão da era industrial e a crescente ascensão da produção em grande escala decorrente dessa fase, o processo de urbanização se intensifica e a vida nas cidades impõe uma divisão cada vez mais voraz no(s) tempo(s) das pessoas, verificando-se um aumento brusco do período destinado ao trabalho, sendo dicotomizadas consideravelmente as parcelas do tempo no dia a dia. Nesse contexto é que constantes reivindicações por mais "tempo fora do trabalho" vêm à tona, pois a pequena parcela de tempo restante aos trabalhadores além do trabalho era destinada para a reposição das energias físicas e das necessidades fisiológicas, não podendo nem pensar em momentos dedicados a algum tipo de atividade prazerosa e descompromissada.

Segundo Jesus (2003),

> "percebe-se que a institucionalização em massa do tempo livre é, basicamente, um fenômeno relacionado ao modo de vida urbano e sobretudo à opressão do trabalho nas fábricas. Seu advento se insere, portanto, no contexto mais amplo das novas formas de reprodução da força de trabalho nos marcos do capitalismo industrial" (JESUS, 2003, p.4).

Tendo em mente, portanto, essa divisão entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo que passa possivelmente a ser destinado ao lazer, decorrente da revolução industrial e dos processos intrínsecos à sociedade urbano-industrial, os quais impuseram uma expansão da jornada de trabalho e sua conseqüente especialização, vários autores viram a necessidade de haver uma discussão mais aprofundada sobre o tema "lazer", mais especificamente no século XX. Dessa forma, torna-se possível destacar que a prática do lazer vem ganhando grande impulso na sociedade atual, seja através da ampliação de um possível 'tempo livre e/ ou disponível', ou mesmo de uma ampliação e diversificação das atividades de lazer, podendo sugerir que esse maior impulso seja tanto o resultado de uma maior preocupação com a qualidade de vida, bem como resultado de uma maior apropriação e ênfase do mercado em relação às atividades de lazer.

Voltando a Dumazedier (1999), vale ressaltar que este destaca a existência de uma tendência ao aumento do lazer para a maioria dos trabalhadores a longo prazo. Porém, verifica-se que essa tendência até nos dias atuais não se apresenta de forma igual para todos, o que deixa claro que apenas uma parcela da população vem se beneficiando plenamente do acesso a tal prática.

Com base nessa formulação de Dumazedier (1999), percebe-se que nos países que conheceram primeiro um alto grau de desenvolvimento econômico em decorrência da industrialização, principalmente os países da Europa Ocidental, vem ocorrendo um aumento significativo do tempo 'livre' (ou disponível) em virtude de uma constante diminuição do trabalho industrial com o passar dos anos, o que acarreta em uma ampliação do tempo de lazer nesses países para muitos segmentos da população.

No Brasil, entretanto, somente a partir da 2ª metade do século XX (década de 60 em diante) é que o lazer passa a ser reconhecido como necessidade do trabalhador, sobretudo através da criação do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Social do Comércio (SESC).

Segundo Melo (2003, p.22), “as preocupações com o lazer, a partir da década de 80, começam também a timidamente fazer parte de forma mais estruturada de programas governamentais”.

Valente por sua vez, destaca que:

> “[...] Diferente dos países desenvolvidos, onde a emergência do tema esteve relacionada à discussão dos efeitos sociais, econômicos, políticos e culturais da industrialização, no Brasil o lazer ganhou destaque principalmente vinculado à questão da urbanização e da qualidade de vida nos grandes centros urbanos”. (VALENTE, 2005, p.13)

Todavia, vem ocorrendo atualmente uma vinculação a nível global das atividades de lazer com o consumo. Ou seja, o lazer passa a ser cada vez mais identificado com o ‘shopping center’ ou mesmo com ‘passeios turísticos’, sendo cada vez menos identificado com atividades gratuitas e lúdicas que possam despertar prazer e entretenimento às pessoas.

Nos anos 90, é possível observar a ascensão de um novo modelo que verifica no lazer um mercado altamente lucrativo. Desenvolve-se rapidamente um novo mercado nos países da Europa Ocidental e nos EUA, para em seguida ganhar relevo no Brasil. De acordo com essa nova visão o lazer passa a ser visto sob a ótica da “indústria do entretenimento” (MELO, 2003), que transforma e molda os seus valores em algo a ser consumido, inserindo uma visão mercadológica na prática e na contemplação do lazer.

Pensando assim, é possível identificar que o lazer o qual vem sendo disseminado de forma mais preponderante no espaço urbano representa muito mais algo funcional do que um lazer que promova uma auto – reflexão e bem estar ao indivíduo. Trata-se de um lazer cada vez mais comprometido com o mundo do consumo e também com a função de levantar ‘tipos’ ou marcas a serem seguidas, em contrapartida a um lazer que vise qualidade de vida e a livre ação e criação das pessoas.

Marcellino (1995, p.28) faz uma crítica a essa visão mercadológica do lazer. Para ele, o lazer atualmente é diferente do tempo livre ou disponível, pois “[...] a prática do lazer na sociedade moderna é marcada por fortes componentes de produtividade. Valoriza-se a performance, o produto e não o processo de vivência que lhe dá origem”.

Santos (1987) destaca que o intenso processo de urbanização, pelo qual as cidades vêm atravessando, proporciona a existência de uma cidade cada vez mais “coorporativa”, onde os grupos com maior ascensão econômica e social se apropriam mais intensamente desta, excluindo os pobres de seus direitos básicos, embora estes paguem por

isso. Dessa forma, o mesmo autor ressalta que “o lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo”. (SANTOS, 1987, p.48).

Segundo Carlos (1992: p.40), “[...] hoje o lazer é mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através de brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo de diversão”.

Assim, observa-se a tendência de mercantilização do lazer, sobretudo pelo fato de poder representar uma enorme fonte de renda, diferenciando cada vez mais os usos e os segmentos sociais de acordo com o poder de compra de cada um.

É nesse âmbito que procuraremos destacar como são disseminadas e produzidas as práticas de lazer atualmente numa cidade média como Presidente Prudente, buscando enfocar especificamente algumas áreas periféricas da cidade habitadas por populações de rendas que vão de baixa a média-baixa, no intuito de identificar como essas pessoas vivenciam suas práticas de lazer, sobretudo no que se refere ao uso de espaços públicos, onde seja possibilitado um uso gratuito.

Consideramos importante analisar o lazer através da análise espacial das principais políticas que vêm sendo direcionadas nesse sentido, assim como as práticas não institucionais de lazer vivenciadas livremente pelas pessoas. É dessa forma que queremos identificar a inserção da fruição do lazer no âmbito do espaço urbano.

1.3 - Lazer e Geografia: Uma possível aproximação

Pensar o lazer numa sociedade que vem atingindo um alto grau de informação, manuseando novas técnicas[4] e se caracterizando como pós – industrial, significa pensar em uma permanente diminuição da jornada de trabalho e em conseqüência uma maior preocupação com relação ao aumento da qualidade de vida. Essa preocupação com o bem estar e a qualidade de vida vem crescendo em escala mundial, o que não significa dizer que o tempo destinado a práticas que promovam bem estar e que contemplem momentos de lazer vem se expandindo de maneira análoga entre os diversos segmentos da sociedade e entre os diversos países. O que vem ocorrendo, sobretudo, é uma expansão das práticas e atividades de lazer para as classes mais abastadas e que detêm um maior poder de consumo.

Ao pensarmos no lazer no âmbito da ciência geográfica, temos em vista a dificuldade existente na tentativa de aproximar atividades possíveis de serem vivenciadas em um tempo 'livre' ou 'disponível' com qualquer disciplina científica, especificamente no caso da Geografia.

Na visão de Jesus (2003), ao tentar lidar com uma discussão acerca da utilização do tempo livre, possível de se vivenciar o lazer, verifica-se a pouca expressividade dada a essa discussão na literatura geográfica.

Nesse sentido, o autor destaca que:

> Cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações quanto ao uso do tempo livre. (JESUS, 2003, p.8).

Diante do exposto, denota-se imprescindível refletirmos acerca do lazer no âmbito da Geografia, e nessa perspectiva tentar compreender como se configura espacialmente os locais de lazer na cidade, buscando entender como são distribuídos no

[4] Podemos utilizar a expressão "meio técnico científico informacional" elaborada por Milton Santos para identificar esse período no qual ciência e técnica se fundem, gerando uma aceleração espaço/temporal e um aumento da informação, sendo que a ciência precede a técnica, e sua realização se encontra grandemente atrelada a esta última.

aspecto espacial os programas voltados ao lazer, bem como os equipamentos públicos ligados a tal prática. O estudo pretende ainda verificar o entendimento da população (especificamente os que se encontram em áreas sujeitas à exclusão) a respeito do lazer institucionalizado pelo poder público, bem como a concepção de lazer de tais pessoas e como essas concebem o espaço onde vivem.

Para intensificarmos essa discussão e tentarmos formular um debate mais amplo acerca da relação entre o lazer e a Geografia, torna-se pertinente partirmos de uma possível conceituação da Geografia, a qual enfatize a importância do espaço geográfico, para que tenhamos os subsídios necessários para identificar a relação espacial presente na prática do lazer.

Corrêa (2003) destaca que:

> Como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos – chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície da terra: paisagem, região, espaço, lugar e território. (CORRÊA, 2003, p.16).

No dizer de Santos (1988), a ciência geográfica caracteriza-se como uma ciência do espaço do homem. Assim, cabe a nós situarmos o espaço geográfico como categoria que apresenta grande relevância para a compreensão da Geografia enquanto ciência.

Conforme nos apresenta Corrêa (2003), é necessário pensarmos o espaço geográfico em sua multidimensionalidade, ou seja, como algo que é absoluto e relativo, "[...] descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experenciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas". (CORRÊA, 2003, p.44).

Para Santos,

> O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p.71).

Esse mesmo autor faz referência à característica do movimento inerente ao espaço e destaca que o "[...] espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade". (SANTOS, 1988, p.77). Sendo que a paisagem ganha o status de conjunto de coisas diretamente perceptíveis aos nossos sentidos, enquanto a configuração territorial representa o conjunto total e integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível.

Segundo o referente autor, numa primeira consideração acerca do espaço realizada em momento anterior no decorrer de sua obra, este considerava o espaço como um “conjunto de fixos e fluxos”. Sendo que “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”. (SANTOS, 2002, p.61).

Em um momento posterior, o autor considera que nos tempos atuais esses fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo, enquanto os fluxos são mais amplos e numerosos, propondo então uma outra possibilidade de trabalhar a concepção de espaço, através do par configuração territorial e das relações sociais. (SANTOS, 2002). Nesse sentido é que entra mais diretamente essa proposta do autor destacada anteriormente de pensar no espaço geográfico como um conjunto de objetos e de ações.

Corrêa enfatiza a organização espacial como sendo o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, sendo uma materialidade social”. (CORRÊA, 1986 apud CORRÊA, 2003, p.28). Esse autor adverte ainda que o espaço se constitui através das ‘práticas espaciais', que são “[...] ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território”. (CORRÊA, 2003, p.35).

Com base então nos diversos posicionamentos colacionados acima, podemos, então, pensar no espaço como sendo uma totalidade que compreende objetos (naturais e artificiais), atores sociais, ações e conflitos que se inter-relacionam e se realizam num constante movimento. Essa totalidade, por sua vez, é constituída pela ação do homem sobre o próprio espaço por intermédio de tais objetos e se materializa por via do território.

É importante, então, pensar o espaço geográfico como uma categoria de suma importância para o entendimento da Geografia e interpretá-lo como “[...] resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem papel essencial”. Pensando assim, em um espaço concreto e não em um espaço ideológico que oculte a realidade e esteja somente a serviço do capital. (SANTOS, 1990, p.88).

Portanto, devemos compreender como as formas espaciais que são dadas num determinado momento podem conter muitas vezes os reflexos do passado ou de outras formas espaciais que se transformaram e vêm se transformando, por via de um constante movimento que se estabelece pelo intermédio das ações do homem.

Faz-se necessário enfatizarmos nesse sentido, a relação espacial presente no conteúdo das práticas de lazer. Pois, conforme Marcellino (1996, p.3) nos apresenta, “é

importante ressaltar, [...], que o entendimento do lazer não é efetuado ‘em si mesmo’, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada”.

Queremos, nesse momento, identificar o lazer como uma prática essencial ao ser humano independente de classe, sexo, idade, etnia ou religião. Mas acima de tudo, é relevante pensarmos além do aspecto pertinente ao tempo, procurando enfocar o espaço como lócus fundamental da ocorrência dessa prática.

É nesse sentido que estamos pensando nessa relação entre a Geografia e o lazer, ou seja, como o homem enquanto ator social que garante a produção e (re) produção do espaço no qual se insere, portanto, espaço este que é construído socialmente, consegue pensar em um espaço destinado ao lazer. O que pode ser compreendido como espaço de lazer? Será que pode ser caracterizado como espaço de lazer apenas as áreas portadoras de equipamentos (específicos ou não) que sejam destinadas a tal prática? Acreditamos que os espaços de lazer estejam muito além da delimitação de áreas específicas, mesmo assim, destacamos ser de grande relevância pensar em espaços direcionados para tal uso.

Para Camargo (2003, p.36), “[...] hoje percebe-se que não apenas a cidade é em si mesma um espaço de lazer, como todos os seus espaços podem e devem servir a esta finalidade”. Seguindo esse raciocínio apresentado por Camargo, cabe a nós inserirmos a seguinte reflexão: Pensar a cidade como espaço de lazer, seja através de suas ruas, praças, parques, áreas verdes, teatros, shopping centers, clubes, bares, lojas, através do contato entre vizinhos, etc, corresponde a múltiplos espaços de lazer que se inserem no âmbito do espaço vivido ou vivenciado por cada indivíduo dentro da cidade. Assim, pode-se dizer que os espaços de lazer são denominados através dos mais diferentes anseios da população, cada um tendo em mente a representação do seu espaço de lazer, discussão esta que remete a uma reflexão no nível subjetivo.

A partir, portanto, dessa lógica que vê a cidade em si mesma como espaço de lazer, significa pensar que o espaço de lazer de um morador que habita um condomínio ou loteamento fechado de médio a alto padrão aquisitivo não é o mesmo que o de outro morador da mesma cidade que habita um bairro mais pobre. Isso nos remete à idéia da existência de uma apropriação desigual do espaço intra-urbano, o que reflete numa lógica de fruição desigual da prática do lazer. Essa lógica desigual de apropriação do lazer é que propicia a identificação de diferentes espaços destinados a tal prática.

Ao tentarmos exemplificar essa apropriação desigual dos equipamentos dispostos no espaço intra-urbano para a fruição do lazer, focamos a cidade de Presidente Prudente, alvo de nossa investigação no presente trabalho. No âmbito dessa cidade, tomamos

como exemplo o “Parque do Povo”, o qual pode ser caracterizado como um dos principais espaços públicos de lazer de Presidente Prudente. Esse parque pode ser considerado como grande exemplo e ‘modelo’ para a implantação de várias outros parques e praças de lazer instaladas em áreas de fundo de vale ao longo da cidade, muitas delas em áreas periféricas sujeitas a processos de exclusão, destacando entre essas, algumas praças localizadas em áreas periféricas que serão alvo de nossa investigação e reflexão no decorrer do trabalho.

Pensando no “Parque do Povo”, torna-se possível estabelecer uma importante diferenciação no uso desse espaço de acordo com os diversos públicos que o freqüentam, tendo em vista que o mesmo encontra-se localizado numa área mais central da cidade. Tal espaço pode ser caracterizado por múltiplos olhares através das diversas formas de vê-lo e representá-lo, pois cada um se apropria dele de forma diferenciada.

O cidadão de classe média se apropria predominantemente da pista de caminhada, transformando esse equipamento em verdadeiras ‘passarelas’ nos finais de tarde ao longo da semana. Já o cidadão que pertence a classes mais baixas, geralmente residente em bairros mais periféricos e distantes das imediações desse parque, se apropria desse espaço de forma temporária, acima de tudo nos finais de semana ficando em torno de bares, lanchonetes, playground com crianças e do teatro de arena onde ocasionalmente ocorrem eventos, como por exemplo, alguns shows.

Temos em um mesmo espaço, considerando o Parque do Povo como um todo, uma nítida divisão em outros dois. De um lado o lazer da classe média e de outro o lazer das classes com menor poder de consumo, divisão essa que é evidenciada em termos de apropriação do espaço e do tempo de lazer.

Uma outra possibilidade de se vivenciar o lazer, é trazida à tona por Camargo (2003), se encontrando segundo este, grandemente associada à vida de pessoas mais desfavorecidas economicamente, embora essas na maioria das vezes ainda usufruem precariamente desse espaço. Para o referente autor, torna-se possível usufruir momentos de lazer no espaço da própria casa, ou seja, no espaço doméstico. Sendo que na visão deste, “a casa é, pois, o principal equipamento de lazer das pessoas”. (CAMARGO, 2003, p.37). Nessa afirmação, é apresentada a idéia de que a maior parte do tempo livre ou disponível das pessoas é utilizado no espaço da própria casa, já que o indivíduo deixa de ser mais uma pessoa em meio a tantas outras, reconhecido pelo crachá do emprego ou por fazer parte de uma associação e passa a desenvolver a sua intimidade, o seu ‘eu mesmo’, seja individualmente ou com a família.

De fato, o espaço doméstico ou a casa, constitui-se em importante espaço de vivência do lazer consigo mesmo ou com a família, seja no descanso, na distração ou no entretenimento. E como o próprio autor destaca, “uma cidade que se preocupa com o lazer das pessoas, deve começar a preocupar-se com as casas em que seus habitantes moram”. (CAMARGO, 2003, p.37).

No entanto, apesar de corroborarmos com a idéia de que a casa possa vir a constituir mais um componente na esfera do lazer, importa destacar que para este trabalho queremos compreender fundamentalmente a vivência do lazer além do espaço da própria casa e ligado às pessoas que se encontram em áreas periféricas, destacando principalmente a forma como estas se apropriam da cidade em busca de lazer.

Tentamos, então, aproximar esse componente espacial inerente à Geografia com a questão do lazer, para termos condições de observar o lazer como uma prática que é socialmente construída no cotidiano das pessoas e que seus espaços são e devem continuar sendo pensados de variadas maneiras.

No Capítulo 2 adentraremos mais especificamente a uma discussão que ressalta a ligação entre o lazer e o conceito de exclusão social, visando compreender como a prática do lazer se insere no âmbito da exclusão social e como pode vir a representar um possível ‘componente’ que possibilite um maior acesso à cidadania.

CAPÍTULO 2 - EXCLUSÃO SOCIAL E O LAZER NA CIDADE

Entendemos o lazer como uma prática fundamentalmente urbana que se desenvolve largamente nesse período mais recente (últimas décadas do Séc. XX) numa sociedade desigual como esta na qual estamos inseridos. É evidente que tal prática se encontra diferenciada em função do "lugar de cada um" na sociedade, ou seja, em função da posição social e das diferentes possibilidades que cada indivíduo possui de vivenciar e se apropriar de práticas de lazer.

Cabe ressaltar nesse momento, a íntima relação que temos estabelecido desde o período de Graduação com essa temática, tendo em vista alguns trabalhos desenvolvidos na iniciação científica, entre esses o destaque para nossa Monografia de Bacharelado. Nesse trabalho, procuramos discutir como a prática do lazer se insere na vida de jovens (entre 14 a 19 anos) habitantes de áreas de periferia sujeitas à exclusão social. Percebemos que para esses jovens, as principais ações voltadas para a área do lazer por parte do poder público não atendiam a seus reais anseios e interesses, sendo muito mal distribuída a oferta de programas e equipamentos de lazer na cidade. Foi referindo-se ao lazer vivenciado pelos jovens habitantes dessas áreas que participamos da discussão acerca da exclusão social.

2.1 - Os processos de exclusão social

Pensar em exclusão social significa levar em conta uma série de 'termos', 'noções' e 'conceitos'[5] que se aproximam e podem servir para nos auxiliar em nossa análise. Dentre esses, podemos destacar pobreza, precariedade, vulnerabilidade, desenraizamento, marginalidade, dentre outros. Mesmo assim, compreendemos que a maior parte desses possíveis conceitos vão corresponder a etapas ou estágios que irão desencadear num sentido mais abrangente em processos de exclusão social.

[5] Escorel (1999) ressalta que é importante diferenciar as várias possibilidades existentes de se evidenciar essa discussão, apresentando ser importante identificar os 'termos', 'noções' e 'conceitos' que culminam no que estamos considerando como exclusão social.

De acordo com Véras (1999), atualmente:

> Chama-se a atenção para a questão da democracia, da segregação urbana (efeitos perversos da legislação urbanística), a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais, as lutas sociais. (VÉRAS, 1999, p.19).

Essa afirmação permite refletirmos acerca de uma série de tensões que permeiam nossa sociedade, desde as desigualdades que estão presentes tanto no acesso ao trabalho, a moradia, a bens e serviços coletivos, como o próprio acesso ao lazer e às chamadas políticas de Estado, compreendendo políticas públicas ou sociais que na maior parte das vezes funcionam apenas como medidas paliativas que são necessárias, mas não conseguem resolver os reais problemas apresentados na sociedade. Com isso, surge a importância de se refletir acerca dos movimentos e/ ou grupos sociais organizados, os quais tenham como objetivo reivindicar melhores condições de vida tentando propor alternativas ao Estado, mesmo que essas alternativas muitas vezes possam ganhar direcionamentos mais amplos e se contraporem ao próprio Estado.

Shwartzman (2004, p.40) vai enfatizar que “a participação no mercado de trabalho é a principal forma de inclusão das pessoas nas sociedades modernas, e o ponto de partida de todas as análises sobre a inclusão e exclusão social”.

Assim, observa-se a importância da remuneração gerada através da inserção no mercado de trabalho, considerada como pilar fundamental de análise da exclusão social. Torna-se evidente apresentar a relevância do fator econômico, materializado por via dessa inserção a qual possibilita ao trabalhador garantir uma remuneração básica necessária a sua sobrevivência.

Ao se pensar então nesses processos de exclusão, podemos enfatizar que, grande parte das análises estão centradas no econômico, abordando tal processo como sinônimo de pobreza, derivado sobretudo dos profundos processos de mutação ocorridos na produção capitalista, ocasionando impactos consideráveis no mundo do trabalho. (SAWAIA, 2002). Mesmo assim, veremos adiante a existência de outros fatores que ampliam efetivamente esse processo de exclusão.

Segundo Escorel (1999), a difusão da idéia do que vem a ser denominado de ‘exclusão social’ possui sua origem em território francês, inicialmente na obra de René Lenoir em 1974, momento este, no qual não se verifica uma elaboração teórica do conceito de exclusão social. Naquele momento segundo Escorel, evidenciava-se que [...] a noção de exclusão estava relacionada à sua dimensão subjetiva [...], e não a sua dimensão objetiva,

econômico - ocupacional". (ESCOREL, 1999, p.51). Tal processo ainda não afetava diretamente as condições de vida em países como a França, sendo mais identificado como um problema a nível individual, e não como um processo mais amplo capaz de desajustar e degradar a vida de muitos segmentos da sociedade.

Observa-se que a discussão em torno da exclusão social é incorporada no âmbito acadêmico em momento posterior à sua difusão no âmbito do discurso político - partidário, sobretudo na Europa, sendo que essa discussão torna-se alvo de debates político - eleitorais em tal continente na década de 1990. (MELAZZO, 2004).

Essa problemática ressaltada na década de 1990 ficou conhecida na Europa como a "nova questão social", sendo estabelecido um debate amplo a respeito de qual categoria melhor interpretaria tal problemática nascente (exclusão social, desqualificação social, desvinculação social, etc). Para Escorel, o importante é destacar que:

> "O núcleo duro da problemática foi identificado na crise do assalariamento como mecanismo de inserção social, ou seja, em mudanças no processo produtivo e na dinâmica de acumulação capitalista". (ESCOREL, 1999, p.52).

Um dos principais autores que levanta essa questão de acordo com (ESCOREL, 1999) e (MELAZZO, 2004) corresponde a Robert Castel. Escorel ao analisar as idéias de tal autor, destaca que o núcleo central de inserção e integração social através do trabalho apresenta sérias complicações atualmente, pois a desintegração do vínculo ocupacional em meio a essa sociedade do trabalho tende a gerar processos de vulnerabilidade em massa, ocasionando uma 'desvinculação' (exclusão) social. (ESCOREL, 1999).

Outro autor que tem contribuído para a reflexão sobre esses processos que podem culminar num sentido mais amplo na exclusão social é Serge Paugam. O presente autor ressalta que o conceito de 'desqualificação social' "corresponde a uma das possíveis formas de relação entre a população designada como pobre (em função de sua dependência em relação aos serviços sociais) e o resto da sociedade". (PAUGAM, 2002, p.69). Para esse, a exclusão estaria colocada numa situação limite, não sendo verificada mais nenhuma forma de luta e de ação organizada capaz de reverter essa situação extrema proporcionada pela desqualificação social.

Paugam ressalta que a idéia acerca da 'exclusão' se trata de algo ainda equívoco, abarcando um universo de preocupações, as quais podem ser apontadas como:

> A) "Precariedade do emprego, ausência de qualificação suficiente, desocupação, incerteza do futuro". B) "uma condição tida por nova, combinando privação material com degradação moral e dessocialização", e C) "desilusão do progresso". (PAUGAM, 1996 apud DEMO, 2002, p.17).

Podemos então compreender a exclusão como algo que vai além do universo das desigualdades sociais calcadas acima de tudo nos fatores econômicos, sendo iniciada por meio de uma perda da remuneração básica que garanta a sobrevivência, atingindo em seguida um estágio no qual o indivíduo se vê desiludido ou degradado moralmente. A exclusão pode representar a nosso ver, o estágio máximo de degradação atravessada por um indivíduo, partindo de uma precarização decorrente da não inserção no mundo do trabalho. Esta pode acarretar também situações nas quais o indivíduo se submete a qualquer subemprego ou encontrando-se às vezes à margem de qualquer tipo de remuneração, levando esse indivíduo a assumir um sentimento de 'incapacidade' diante dos desafios colocados. Tais desafios são acirrados quando eclode algum tipo de pressão no âmbito familiar, o que resulta em uma sensação de fracasso, verificando-se aí uma ausência e a ruptura de qualquer possibilidade do indivíduo tentar reverter esse quadro.

Devemos ter em mente que tais processos, os quais podem culminar num sentido mais amplo na exclusão social, possuem direcionamentos bem mais perversos (*intensificação de miseráveis*) em países como o Brasil, ou qualquer outro da América Latina, por exemplo, se comparado à realidade dos países europeus onde essa discussão iniciou-se num primeiro momento. Principalmente, devido à maior quantidade de pobres e miseráveis presentes nessas nações da América Latina, fruto da alta concentração de renda nas mãos de uma minoria da população, bem como da intensa e histórica relação de dependência, sobretudo em relação às nações mais ricas da Europa Ocidental e num período mais recente em relação aos EUA.

No Brasil, esse conceito vem sendo constantemente utilizado e trabalhado através de uma 'ferramenta' técnica, a qual compreende o mapeamento de áreas urbanas, visando medir o grau de exclusão e/ ou inclusão social presente nessas áreas. Tal ferramenta apresenta uma função prática que visualiza e serve de grande valia no combate a esse processo de exclusão. É nesse sentido que se verifica o desenvolvimento de uma metodologia utilizada para identificar os processos de exclusão e/ ou inclusão social, destacando um conjunto "[...] de linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento [visando produzir] dois índices territoriais que hierarquizam regiões de uma cidade quanto ao grau de exclusão/ inclusão social". (SPOSATI, 2000, p.1).

Um dos principais nomes que vai então desenvolver inicialmente essa metodologia de mapeamento da exclusão/ inclusão social no Brasil vai ser a assistente social Aldaíza Sposati. De acordo com essa autora, "[...] o mapa da Exclusão/ Inclusão social é a

construção de indicadores territoriais intra-urbanos que partem do conceito de heterogeneidade dos territórios internos da cidade". (SPOSATI, 2000, p.4).

Já no que diz respeito à conceituação da exclusão social no Brasil, essa discussão vem merecendo destaque e sendo consideravelmente trabalhada por alguns autores. Entre esses, podemos nos referir a Demo (2002), o qual destaca que:

> A exclusão não se esgota no afastamento do mercado de trabalho, mas ganha significação tanto mais drástica no processo de destruição de valores integrativos tradicionais, atingindo os patamares da precariedade marcada pela não – pertença e impotência. (DEMO, 2002, p.21).

Outro importante autor que tem promovido também uma discussão a respeito dos efeitos da exclusão social no Brasil é José de Souza Martins. Esse autor questiona a existência de uma fetichização da idéia de exclusão, pois,

> [...] essa categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a de exclusão, substitui a idéia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). (Vista dessa forma), a exclusão deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como *estado*, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. (MARTINS, 1997, p.16 -7).

Consideramos a exclusão nesse sentido como uma série de processos que de forma mais ampla pode culminar em um rompimento absoluto com os vínculos sociais e também com a possibilidade de uma expectativa de reversão de tais processos, e não um "estado, ou coisa fixa" conforme o próprio Martins ressalta. É razoável pensarmos a idéia proposta por Martins de inclusão precária e marginal, pois, por mais que um indivíduo se encontre desprivilegiado do acesso a bens e serviços coletivos e individuais considerados primordiais para sua vida, muitos desses indivíduos se encontram inseridos direta ou indiretamente no mercado, o que pode representar então uma forma parcial de inclusão. Contudo, apesar de poder ocorrer essa inclusão precária e parcial, esta não impede que desencadeie um processo mais amplo de exclusão social ainda de forma mais preponderante.

Acreditamos que esse tipo de inclusão parcial e/ ou precária constitui uma das várias etapas do processo de exclusão às quais os indivíduos se submetem na medida em que vão se pauperizando e perdendo seus vínculos com o trabalho e a sociedade, seja num primeiro momento se mantendo ainda atrelados à assistência social, o que já os coloca à margem, para em seguida consolidar a exclusão social de fato.

Santos (2002) nos apresenta três formas de se analisar a pobreza, uma primeira é apresentada como "pobreza incluída", em que "[...] as situações de pobreza podiam ser definidas como reveladoras de uma pobreza acidental, residual, estacional, intersticial,

vista como desadaptação local aos processos mais gerais de mudança". (SANTOS, 2002, p.70). Uma segunda forma pode ser destacada como "marginalidade", sendo "[...] a pobreza [...] identificada como uma doença da civilização cuja produção acompanha o próprio processo econômico". (SANTOS, 2002, p.70 – 1). Mesmo nesse momento ainda existe a expectativa de reversão desse quadro, podendo já ser visto como bastante grave, mas não irreversível. Numa terceira forma de se analisar a pobreza, observa-se a "pobreza estrutural e globalizada", sendo que nessa fase, "[...] os pobres não são incluídos nem marginais, eles são excluídos". (SANTOS, 2002, p.72). Essa fase pode ser caracterizada por uma banalização da pobreza e até mesmo da possibilidade de se pensar em reverter tal realidade buscando uma expectativa de vida mínima, compreendendo o que estamos considerando como exclusão social.

A exclusão pode, então, ser verificada pela ausência de ações que garantam a inserção das pessoas a uma vida digna, ou seja, à capacidade de integrar plenamente a população aos diversos mecanismos que garantam a cidadania.

No entanto, Demo (2002, p.34) argumenta que devemos superar uma visão superficial que está presente em torno da exclusão social, visão esta que deturpa e acaba por gerar um vazio teórico. Pois, "[...] imaginam dar conta de um fenômeno de intenso confronto social com alegações em torno da coesão social".

Esse autor levanta a presença de duas visões. De um lado, a do liberalismo, a qual acredita que a exclusão pode ser combatida a partir do momento em que houver uma inserção no mercado. Por outro lado, existe a visão assistencialista dos teóricos da exclusão social, que serve apenas como um paliativo e atribui uma "fé" excessiva ao Estado, não apresentando um perfil de emancipação que tenha em mente um rompimento com o atual modelo econômico. (DEMO, 2002). Devemos indagar a respeito de quais mecanismos podem realmente garantir esse acesso à cidadania como uma prática cotidiana no universo das pessoas, sendo importante ressaltar também que, tais processos excludentes podem ser diminuídos através desse maior acesso à cidadania, mas não totalmente sanados no bojo do modo de produção capitalista no qual nos encontramos inseridos.

Concordando com Shwartzman, "o conceito de exclusão é, portanto, inseparável do de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais". (SHWARTZMAN, 2004, p.36).

Do ponto de vista geográfico, considerar as idéias de Shwartzman é ressaltar que a manifestação de processos excludentes é decorrência dos mecanismos de

produção e reprodução da desigualdade em nossa sociedade. Em cada lugar os processos excludentes se manifestam de modo singular, fruto do arranjo espacial específico. No caso brasileiro, apesar da enorme concentração dos mais pobres nas metrópoles, há fortes evidências de que as chamadas cidades médias são os territórios por excelência da exclusão social.

Segundo Guimarães, Vieira e Nunes (2005), alguns fatores como a falta de movimentos sociais fortes e reivindicatórios, a ação mais intensa de agentes imobiliários e a própria ação do poder público direcionam para um maior acirramento da exclusão social nessas cidades. Evidencia-se de acordo com essas idéias levantadas, a presença de uma intensa concentração da riqueza nessas cidades médias e de porte médio e ao mesmo tempo, uma acentuada pobreza nessas áreas urbanas.

De acordo com esses autores,

> [...] o aumento da verticalização, com caráter mais concentrado nas cidades médias, acompanhado de uma segregação sócio-espacial mais nítida, [...], (permite que) as classes mais pobres (estejam) mais distantes espacialmente das classes altas em relação às metrópoles. [...] Nota-se também que o poder público dessas cidades não busca instrumentos urbanísticos (ou se os tem, não os utiliza de maneira eficaz) que contribuam para solucionar, por exemplo, as ocupações ilegais do solo citadino, bem como a falta de moradias e/ ou acesso homogêneo das diferentes classes sociais às infra-estruturas e serviços básicos, tais como água, esgoto, educação, saúde, lazer, etc.. (GUIMARÃES, VIEIRA e NUNES, 2005, p.283).

É diante desse quadro que analisaremos a seguir como se configura a exclusão social na cidade de Presidente Prudente.

2.2 - A exclusão social em Presidente Prudente

A produção e reprodução da desigualdade foi um processo que se desenvolveu em Presidente Prudente desde sua gênese. O surgimento de Presidente Prudente foi influenciado acima de tudo pelo impulso da economia cafeeira, sendo que a cidade após sua implantação recebe outros estímulos econômicos como o algodão, a pecuária e obviamente as diversas culturas de subsistência, principalmente milho e feijão. (ABREU, 1997).

Tal dinamismo econômico provocou um representativo crescimento da população urbana, crescimento este que se destacou por ser proporcionalmente mais expressivo que o referente à própria região da Alta Sorocabana, Estado de São Paulo e Brasil no período que compreende sua fundação - Início Séc. XX. (SPÓSITO, 1983).

Conforme ressalta Spósito, esse expressivo aumento da capacidade de absorção de mão-de-obra pelas atividades urbanas, se apresenta como reflexo do dinamismo econômico da cidade que impulsionou o movimento migratório rural – urbano e centrou em Presidente Prudente o papel de capital regional. (SPÓSITO, 1983, p.53).

É então de fundamental importância destacar que a cidade de Presidente Prudente, assim como qualquer outra cidade inserida no modo de produção capitalista, apresenta um espaço urbano diferenciado que traz à tona uma série de contrastes, sejam estes tanto do ponto de vista morfológico quanto socioeconômico.

Segundo Spósito (1983):

> A progressiva valorização de algumas áreas da cidade impetrada sobretudo pela alocação de benfeitorias, serviços públicos, e de todas as externalidades advindas desta alocação, promoveu na década de 70 um destacável processo de afastamento dos extratos sociais de renda mais baixa. (SPÓSITO, 1983, p.217).

Percebe-se que essa valorização de algumas áreas através da alocação de benfeitorias tem apresentado ao longo dos anos, a tendência de influenciar no deslocamento das populações mais carentes e com menor poder aquisitivo para novos loteamentos distantes do centro principal e com pouca infra – estrutura, não respeitando nem mesmo áreas de preservação e mananciais próximas da cidade. Essa influência exercida pelo poder público, atendendo a interesses de incorporadores imobiliários, pode ser verificada quando nos reportamos a alguns trabalhos, (BERNARDELLI, 2001 e CALIXTO, 2001). Em ambos os trabalhos são destacados os interesses na valorização de certas áreas da cidade, havendo em

conseqüência disso, o deslocamento desses segmentos mais pobres da população para novos loteamentos implantados em áreas cada vez mais distantes das áreas centrais da malha urbana. Muitas dessas áreas antes habitadas por esses segmentos mais pobres, passam a receber uma série de infra-estruturas que as valorizam, sendo implantados em seus arredores loteamentos para atender segmentos de médio a auto padrão aquisitivo.

A cidade de Presidente Prudente é retratada através de diversos estudos realizados por outros pesquisadores. Em Spósito (2001), por exemplo, no livro "Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média", o leitor poderá encontrar uma amostra significativa destes trabalhos.

Alguns trabalhos realizados na Universidade Estadual Paulista - Campus de Presidente Prudente, por via de vários laboratórios vinculados ao Departamento de Geografia, vêm realizando constantes estudos acerca da realidade local. Entre esses, destacamos o mapeamento das áreas de inclusão/ exclusão social de Presidente Prudente. O presente mapeamento é fruto de um trabalho realizado pelo LAGHU (Laboratório de Geografia Humana) que posteriormente deu origem ao SIMESPP[6] (Sistema de Informação e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) em parceria com a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente (Gestão 1997-2000).

Através desse mapeamento gerou-se um **Mapa base**, ou síntese. Esse mapa representou a distribuição dos setores censitários presentes na malha urbana de acordo com seu grau inclusão/ exclusão social. Abordado em nosso trabalho como **Mapa 1,** este é o resultado de um amplo levantamento, se tornando público no ano de 2000, sendo justamente a partir dessa base que partimos num momento posterior para uma sobreposição dos principais equipamentos esportivos e culturais que manifestam conotação direta com as práticas de lazer subsidiadas pelo poder público municipal presentes na cidade.

Tal mapa (**apresentado na página 45**) faz referência a um conjunto de indicadores levantados através de outros diferentes mapas, sendo possível destacarem os seguintes: (*Cadastrados a procura de emprego; *imóveis precários até 70 m2; *imóveis precários; *imóveis de 70 m2; *grandes proprietários de terras urbanas; *cadastrados no programa de garantia de renda mínima; *exclusão escolar; *eventos sentinela em saúde; *acessibilidade por transporte coletivo; *necessidade de asfalto; *nível de exposição a resíduos sólidos).

Segundo Spósito etal. , 2002:

[6] O presente laboratório recebe atualmente uma nova nomenclatura, passando a ser chamado de CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas).

> Cada um dos mapas produzidos seguiu os mesmos procedimentos de construção possibilitando uma leitura territorializada dos fenômenos escolhidos para indicar, em diferentes perspectivas, como se manifesta a exclusão social, econômica e ambiental em Presidente Prudente. (SPÓSITO etal. , 2002, p.99).

Nesse sentido, o presente mapa, "[...] ao sintetizar o resultado de cada variável em cada setor censitário, indica as áreas de atuação prioritárias para as políticas públicas de enfrentamento da exclusão". (SPÓSITO, 2000, p.37).

MAPA 1 - Presidente Prudente: Distribuição dos setores de Exclusão/ inclusão social

CEMESPP

CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

Síntese dos indicadores

- Inclusão Social (67)
- Baixa Exclusão Social (104)
- Média Exclusão Social (56)
- Alta Exclusão Social (7)

( ) Número de setores censitários

Limite do setor censitário

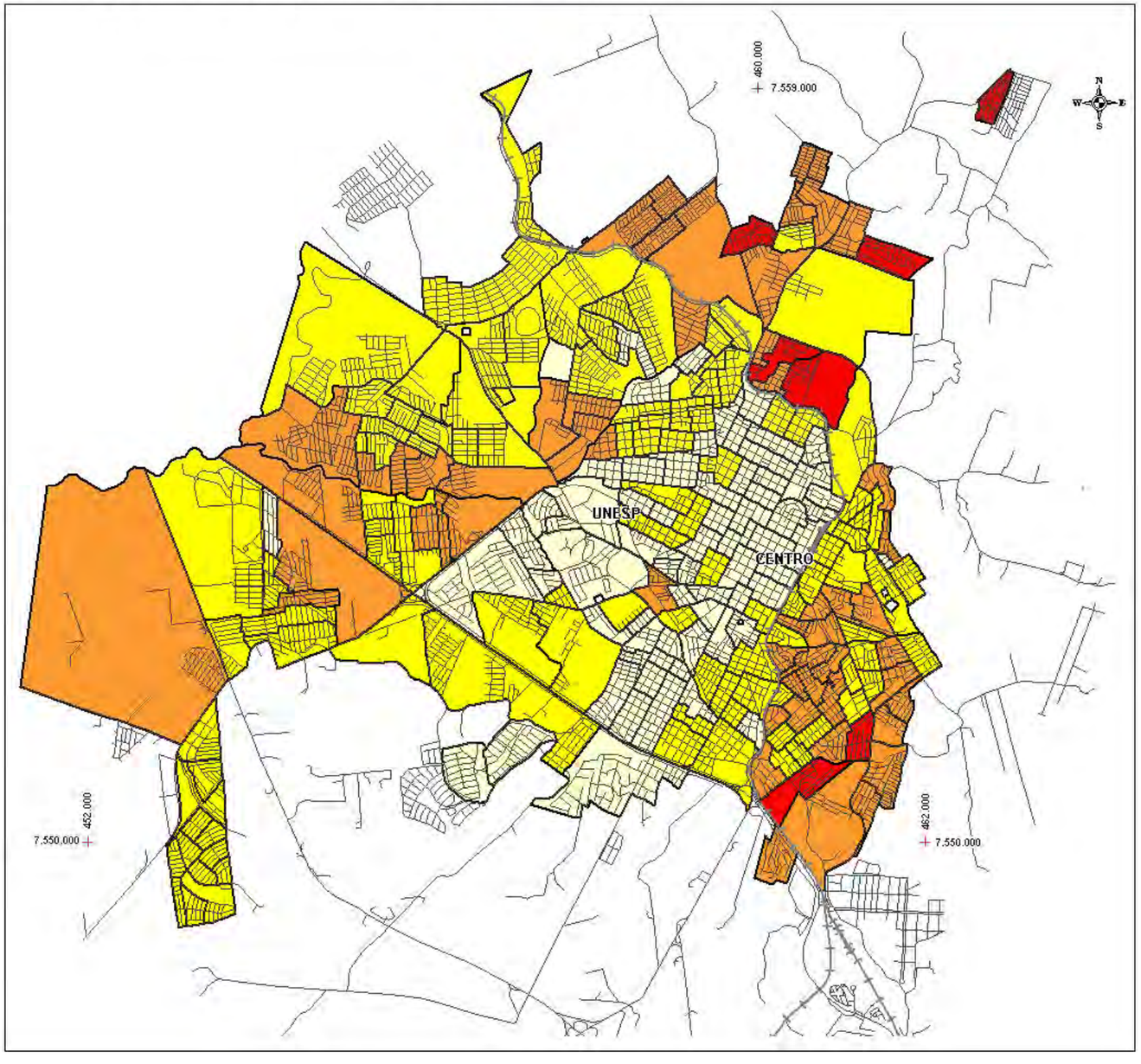
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Organização e Realização:
Grupo de Pesquisa "Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas" - SIMESPP.

Financiamento: FAPESP - Programa Políticas Públicas.
Apoio: FCT/UNESP.
Presidente Prudente, 2003.

Escala 1 : 50.000

500 0 500 1000 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Assim, ao se pensar na dimensão da cidadania, torna-se possível refletirmos acerca das políticas sociais que podem possibilitar uma tentativa de combater a exclusão social. Essas políticas acabam muitas vezes atendendo de forma parcial e irregular à população, negando assim ‘direitos’ que, embora mínimos, são garantidos por lei através da ‘Constituição Brasileira’. Entre esses, o ‘direito ao lazer’, lembrado na Constituição Federal em seu Capítulo II, Art. 6º, que trata dos *Direitos Sociais,* o qual aponta a “educação”, a “saúde”, o “trabalho”, a “moradia”, a “segurança”, a “previdência social”, a “proteção à maternidade e à infância”, a “assistência aos desamparados”, e também ao “lazer” como direitos sociais constitucionalmente garantidos à população. Tal questão será tratada com maior profundidade quando apresentarmos a seguir uma discussão acerca das políticas públicas, pois embora essas políticas possam vislumbrar no máximo uma diminuição desse processo de exclusão, ainda assim elas compreendem para população importante alternativa de fornecer uma maior qualidade de vida por meio do acesso a algumas benfeitorias.

É importante, então, retratarmos como a prática do lazer vem se consolidando na cidade, salientando a importância do lazer como mais um componente fundamental no que tange aos serviços e benfeitorias que devem ser ofertadas à população pelo poder público.

2.3 - A inserção das políticas públicas

Ao inserirmos essa discussão, queremos ressaltar a importância de se pensar naquelas políticas que possam amenizar o processo de exclusão social. É nesse sentido que refletiremos acerca das políticas públicas, tendo em vista qual pode ser o impacto dessas no incentivo à cidadania.

Segundo Costa (1997)

> Considera-se como política pública o espaço de tomada de decisão autorizada ou sancionada por intermédio de atores governamentais, compreendendo atos que viabilizam agendas de inovação em políticas ou que respondem a demandas de grupos de interesse. (COSTA, 1997, p.7).

O mesmo autor faz referência a Lowi quando este destaca que "as áreas de políticas ou de atividade governamental constituem arenas reais de poder". (LOWI, 1964 apud COSTA, 1997, p.7).

Percebe-se que as políticas públicas representam a organização e análise de planos e metas que num determinado espaço de decisão, seja a nível municipal, estadual ou federal, são transformadas em ações e políticas que visam atender aos interesses de diversas demandas da população.

Para Belloni, Magalhães e Sousa (2000):

> Política pública é a ação intencional do Estado junto à sociedade. Assim, por estar voltada para a sociedade e envolver recursos sociais, toda política pública deve ser sistematicamente avaliada do ponto de vista de sua relevância e adequação às necessidades sociais, além de abordar os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade das ações empreendidas. (BELLONI, MAGALHÃES e SOUSA, 2000, p.44 - 5).

Dessa forma, pensar em políticas públicas de lazer significa pensar na necessidade de identificar a demanda a ser atendida, bem como identificar onde essas diferentes demandas se localizam no tecido urbano, com o intuito de se obter informações sobre quais são as reais necessidades da população que habita os diferentes bairros da cidade no que compete às práticas de lazer.

Assim, Costa (1997) destaca que:

> A relevância da problematização das políticas públicas para as análises urbanas deve-se ao pequeno desenvolvimento dos estudos sobre as arenas decisórias de políticas específicas relacionadas às mudanças sociais na cidade. (COSTA, 1997, p.11).

Cabe ressaltar a inexistência de políticas específicas que apresentem efetividade visando pensar e propor mudanças sociais significativas na cidade. Pressupõe-se,

então, que as políticas públicas aparecem no sentido de tentar amenizar as desigualdades sociais presentes no espaço urbano, com o intuito de gerar desenvolvimento para a cidade, devendo este desenvolvimento ser visto na sua forma mais ampla, não levando em conta somente os aspectos econômicos.

Denota-se, portanto, que a cidade representa por sua vez, o principal lugar de implementação das políticas públicas, sendo possível ressaltar a importância de tais políticas que visam resgatar junto à população condições de cidadania.

Segundo Costa (1997),

> a prevalência deste arranjo institucional que privilegiou a esfera da acumulação em vez da equidade fez com que no Brasil a cidadania se tenha desenvolvido subordinada a um sistema de estratificação ocupacional definido por normas legais, e não por um código de valores políticos. (COSTA, 1997, p.37).

O processo de cidadania tal como foi implantado se fez mediante um conjunto de direitos associados às profissões, ou seja, à posição hierárquica que cada um assume na esfera social, não reconhecendo o cidadão como uma pessoa inserida no Estado nacional a qual possui direitos. No entanto, ainda que legalmente e oficialmente esses 'direitos' sejam instituídos e proclamados, na prática estes se encontram associados a esse sistema de estratificação ocupacional. Tornando-se possível pensar, que a cidadania se encontra atrelada à profissão das pessoas, e conseqüentemente os direitos do cidadão estão restringidos à posição que cada um ocupa no espaço produtivo.

Para Santos (1987)

> A geografização da cidadania supõem que se levem em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno. (SANTOS, 1987, p.121).

É muito importante respeitar e privilegiar os direitos territoriais e culturais das diferentes camadas sociais, principalmente daquelas mais sujeitas à exclusão no que se refere ao acesso a condições de vida básicas, como infra-estrutura e benfeitorias públicas. Quando se fala em direitos territoriais, ao se pensar no lazer podem ser levadas em conta duas vertentes. Uma delas pode compreender a ampliação dos espaços públicos de lazer nos diferentes pontos de uma cidade, ou seja, um aumento dos espaços de lazer principalmente nos bairros periféricos e sujeitos a processos de exclusão.

A outra vertente diz respeito ao direito que o cidadão possui de freqüentar os diferentes pontos da cidade, correspondendo a um dos elementos presentes no direito ao entorno, sendo que, tal acesso muitas vezes não é possível, pois o cidadão sujeito à exclusão

acaba ficando restrito ao próprio bairro ou mesmo à própria casa, não apenas por causa das distâncias físicas a serem superadas, mas também por causa da enorme distância social.

Já os direitos culturais correspondem a todas as possíveis formas de manifestações culturais ou artísticas às quais a população deve ter acesso, bem como às atividades culturais produzidas por essa população.

Para se propor uma (re) implantação do conceito de cidadania, principalmente no contexto brasileiro, faz-se necessário a identificação de uma discussão referente aos 'direitos'. Devendo haver uma articulação entre esses direitos reservados ao cidadão no que se refere ao enfrentamento da exclusão social e à renovação da idéia de solidariedade. Por acesso a direitos, compreendem-se formas elementares à vida humana (moradia, alimentação, saúde, trabalho, educação, etc.), como direitos políticos e civis, entre eles o destaque para os direitos sociais já mencionados, dentre os quais se inclui o lazer.

Nessa articulação dos direitos no âmbito do combate à exclusão social, esta última pode ser vista como expressão das desigualdades no acesso a condições elementares de vida, enquanto a solidariedade pode ser associada à idéia de compromisso e responsabilidade social.

Segundo Telles (1999):

> É, portanto, no horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, que a pobreza inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação. (TELLES, 1999, p.82).

Dessa maneira, "[...] espanta que o aumento visível da pobreza no correr dos anos nunca tenha suscitado um debate público sobre a justiça e a igualdade". (TELLES, 1999, p.85).

Observa-se que a condição básica de fornecer direitos ao cidadão, direitos estes que assegurem uma maior equidade e acesso a condições dignas de vida, permanecem na prática de forma camuflada e precária. Mesmo a partir do momento em que esses direitos passam a ser proclamados e 'assegurados' ao cidadão, permanece a existência de um enorme distanciamento entre a sociedade ideal e a real, ou seja, entre a cidadania ideal e a 'parcial' ou real.

De acordo com Telles (1999, p.88), "o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como direitos são negados na trama das relações sociais". Sendo "[...] essa uma figuração que corresponde a uma sociedade em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social". É possível, então, identificar em nosso país a existência de uma 'cidadania regulada', sendo os direitos compreendidos como uma proteção do Estado

que se manifesta de forma limitada, pois assim como fora dito antes, a identidade do cidadão fica atrelada a seu vínculo profissional.

Esse processo, conforme vem sendo analisado, gera o que Milton Santos chamou de “Espaço sem cidadãos”, ou seja, um espaço que apresenta áreas com alto grau de exclusão, tais como as áreas periféricas de uma cidade grande ou média que apresentem um elevado adensamento populacional e ao mesmo tempo não possuem hospitais, escolas, creches e áreas de lazer por perto constitui um grande exemplo. (SANTOS, 1987, p.43).

É de grande importância ressaltar o caráter contraditório que se encontra contido no discurso de igualdade e justiça que permeou até hoje o Estado Brasileiro, sendo que:

> [...] a igualdade prometida pela lei reproduz e legitima desigualdades, [...], um lugar que proclama a realização da justiça social, mas bloqueia os efeitos igualitários dos direitos na trama das relações sociais. (TELLES, 1999, p.91).

Também é imprescindível destacar a herança hierárquica que prevaleceu até hoje em nossa sociedade, uma sociedade que apesar de proclamar valores modernos de igualdade e justiça, ainda privilegia e beneficia as camadas mais abastadas que apresentam maior poder de consumo, em detrimento da maioria da população que não possui acesso às mais diversas benfeitorias públicas.

Todas essas considerações acerca dos ‘direitos’ e da cidadania, permitem refletir que no Brasil direitos e ajuda se confundem, assim como se confunde cidadania e proteção assistencial, haja vista a ampla rede assistencialista que vem se formando no Estado brasileiro.

Assim está lançado, portanto, o importante desafio de direcionar as políticas públicas no sentido de tentar reverter essas desigualdades e implementar um maior acesso à cidadania. Para isso, será necessária além da atuação do poder público, a atuação também de diversos segmentos da sociedade civil, podendo então compreender as parcerias com os movimentos sociais, comunidades de bairro e mesmo de alguns setores privados ou ONGs que tenham em mente “a organização de um espaço urbano mais justo”. O que nos faz refletir acerca do interesse em uma esfera pública que vise atender aos anseios da sociedade como um todo, ressaltando a crescente importância de se propor e formular políticas de lazer.

No entanto, devemos fazer uma ressalva no que se refere à atuação de alguns setores nessa tentativa de se buscar a cidadania, sobretudo dos privados, pois na maior

parte das vezes como já destacado essas medidas são apresentadas apenas de forma residual e atreladas a uma lógica que atende privilegiadamente aos interesses do capital.

Em contrapartida, há de se relevar a importância da ação comunitária, compreendendo esta como a organização e ação de um grupo em prol de uma intervenção que atenda aos interesses de uma determinada comunidade.

A ação comunitária pode ser abordada, então, como um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de uma série de atividades em conjunto com pessoas e instituições locais, visando ampliar a consciência para os problemas da comunidade. (REQUIXA, 1974). Tal iniciativa apresenta grande relevância no processo de construção da cidadania, sendo possível destacar a capacidade de unir e integrar as pessoas em defesa de causas relevantes.

No Capítulo 3, partiremos para um levantamento jornalístico junto ao acervo do Jornal O Imparcial procurando enfocar manchetes que lidam de alguma forma com o lazer a partir da década de 1990. Assim, contextualizaremos Presidente Prudente no tempo e no espaço, referindo-se às principais políticas de lazer que foram estabelecidas pelas gestões municipais que estiveram à frente do poder público municipal a partir desse período.

CAPÍTULO 3 - O LAZER NO TEMPO E NO ESPAÇO: UMA VISÃO DAS POLÍTICAS DE LAZER ENTRE OS ANOS DE 1990 A 2004

No presente capítulo, faremos uma abordagem mais detalhada de como vem sendo consolidadas as principais políticas de lazer na cidade de Presidente Prudente. Para isso, iremos considerar a forma como o poder público vem lidando com tal questão, apresentando um panorama das principais ações voltadas para a área do lazer desenvolvidas a partir da década de 1990 com base nas manchetes levantadas no jornal "O Imparcial".

Conforme iremos apresentar a seguir, o nosso recorte empírico e analítico trouxe visibilidade a um padrão de política pública estabelecida nos últimos anos na cidade de Presidente Prudente. Essa política corresponde a um processo de urbanização e transformação de áreas marcadas pelo abandono e mau uso, muitas deterioradas e alvo de depósito de diversos tipos de resíduos, geralmente sendo encontradas em fundos de vale.

Cabe observar que essas áreas passaram por uma sobreposição de usos. Em momentos anteriores a essa urbanização se encontravam bastante degradadas, passando posteriormente por um processo de valorização. Considerações mais específicas com relação à implantação de algumas dessas áreas de lazer, sua real importância para o entorno no sentido de propiciar a prática do lazer, atendendo às normas estabelecidas na legislação urbana e ambiental da cidade**,** serão apresentadas de forma mais apropriada nos próximos capítulos do trabalho.

Nesse momento, queremos ressaltar as diversas políticas voltadas para o lazer levantadas no referido material impresso. Nesta análise destacamos a atual política de urbanização de fundos de vale, principalmente por estar sendo efetivada até os dias atuais. Pensar o lazer no espaço e no tempo nos possibilita refletir acerca da cidade de Presidente Prudente, constituindo assim o espaço no qual queremos identificar a ocorrência do lazer, sobretudo no que diz respeito ao lazer destinado e/ ou vivenciado nas áreas mais periféricas, sendo algumas delas caracterizadas por processos de exclusão social.

Para isso, torna-se necessário considerar como o lazer vem fazendo parte da agenda do poder público e como as pessoas absorvem essas políticas e vivenciam essa prática, permitindo uma compreensão mais global do tema. É nesse sentido que nos propusemos a discutir esse tema sem perder de vista os processos que sustentam as políticas voltadas para o

lazer num período mais recente, para que assim possamos estabelecer parâmetros de análise das políticas implementadas nessa área.

3.1 - O lazer através dos jornais

O Jornal O Imparcial, a fonte documental de nossa pesquisa, fundado em 02/02/1939, é um importante jornal de circulação local e regional. Pertencente a um grupo de empresários locais (Deodato da Silva, Mário Peretti e Adelmo Santos Reis Vanalli), possui uma maior aproximação com uma das gestões municipais levantadas no período entre 1990 a 2004, como veremos mais adiante. A escolha deste jornal resultou do fato dele ser um dos mais importantes e representativos meios de informação local no período analisado, correspondendo atualmente em um dos dois veículos de informação de maior circulação local e regional.

Para fundamentar tal discussão, nos baseamos em estudos realizados por outros pesquisadores que também lidaram com acervos de informações jornalísticas. É o caso de Abreu (1996 e 1997) e de Melo (1995 e 1997). Esses dois historiadores utilizam fontes documentais para trazer à tona como se constituiu a cidade de Presidente Prudente, referindo-se à sua formação histórica, a qual esteve atrelada a um tipo específico de política vinculada a essa cidade durante o Século XX, baseada no estabelecimento do "poder do coronéis". Para essa análise, esses pesquisadores tiveram como referência antigos periódicos e jornais, os quais foram importantes meios de circulação local e fazem parte da história de Presidente Prudente, como no caso do jornal "A Voz do Povo".

Num momento mais recente, o trabalho de Valente (2005) utilizou o mesmo tipo de levantamento documental, trazendo à tona justamente a discussão em torno do lazer em Presidente Prudente no decorrer do século XX. Em sua Dissertação de Mestrado, o autor enfatiza o lazer como uma prática social expressiva na cidade, demonstrando sua íntima relação com o desenvolvimento da vida urbana. Com base nessa pesquisa, é possível afirmar que a partir da década de 1970 ocorrem mudanças significativas nas práticas de lazer dos prudentinos. Em primeiro lugar observa-se um acirramento da crise de referência do centro da cidade desde essa década de 1970. (VALENTE, 2005, p.81). A prática do "footing" foi substituída gradualmente pelo encontro na frente das vitrines dos Shopping Centers, sendo instalado um primeiro no ano de 1986 e um segundo em 1990. Os cinemas da área central

também entraram em decadência, assim como alguns bares[7] que foram durante muitos anos importantes para a cidade.

Uma das conclusões obtidas por Valente (2005) refere-se à crescente importância dos espaços privados em relação aos espaços públicos voltados para a prática do lazer a partir da década de 1970. Para o autor, esse processo pode ser relacionado com a crise do uso do espaço público, culminando no que podemos observar através da presença do fenômeno "shopping center" a partir da década de 90. Em seguida, observa-se uma mudança significativa na lógica de produção e reprodução do espaço urbano, passando esta a ditar um ritmo cada vez mais mercantil à prática do lazer.

O 'Shopping Americanas' teve sua implantação anterior ao período analisado em nossa pesquisa, 1986, mesmo em dimensões bem reduzidas sofrendo uma ampliação considerável no final do ano de 1991. No que diz respeito ao 'Prudenshopping', observa-se que este proporcionou um impacto no espaço intra – urbano de Presidente Prudente, sendo implantado no final do ano de 1990, constituindo-se num ponto fundamental para a reestruturação dos fluxos e da circulação dentro da cidade, se localizando em uma área um pouco mais distante do centro principal.

Mais especificamente com relação à instalação desse segundo Shopping, observa-se a presença de mudanças consideráveis na organização espacial da cidade, garantindo a (re) concentração de uma série de atividades (econômicas, serviços e lazer) em uma nova área, permitindo também o "[...] próprio reconhecimento dos fluxos expressos pelas novas formas de circulação" (MONTESSORO, 2001, p.218), gerando uma diversificação dos usos do solo e novas formas de centralidade.

Além dessa influência dos shopping centers a partir da década de 1990, ocorre também uma expansão da malha urbana de Presidente Prudente, sendo caracterizada através da implantação de diversos loteamentos populares[8], tais como o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, Vale do Sol, Brasil Novo, Cambuci, dentre outros implantados em anos anteriores a essa década e também nos anos que seguem a partir de 1990.

Essa expansão do espaço urbano através da ampliação desses novos conjuntos habitacionais reforça a descontinuidade territorial dos tecidos urbanos, com

[7] Podemos citar como exemplo, o Bar Cruzeiro do Sul, 'espaço' este que concentrava alguns segmentos da elite local para se discutir política, futebol, etc. Esse bar, ou melhor, a "imagem" do que foi esse bar é ressaltada no trabalho de Miño (2004), quando este autor destaca uma exposição desse antigo bar tradicional do centro da cidade realizada em um dos shopping centers da cidade, no caso o Prudenshopping.

[8] De acordo com Sousa (1992), o financiamento desses programas de loteamentos coloca a questão da moradia na lógica do capital, pois o poder público entendia que para solucionar o problema da falta de moradia bastaria a produção de unidades em número suficiente, sem se importar com o preço das parcelas, cabendo ressaltar que mesmo assim esse número de unidades não supriu totalmente a falta de moradia na cidade.

destaque para a enorme quantidade de espaços vazios localizados entre os bairros adjacentes ao centro principal e esses novos loteamentos. Sobre este processo Spósito (2004) ressalta que:

> A lógica da produção do espaço urbano é, no geral, orientada pela contínua extensão do território, juridicamente urbano ou de fato urbano, já que quanto mais distantes e menos equipados forem os lotes recém lançados no mercado imobiliário, mais 'valorizados' tornam-se os outros terrenos, alterando-se para mais o gradiente geral de preços dos imóveis. (SPÓSITO 2004, p.139).

Esse processo foi incentivado pelo poder público de um lado, seja autorizando ou implantando novos loteamentos localizados em áreas mais descontínuas da malha urbana, e também através da ação dos incorporadores imobiliários. Esses incorporadores aproveitam dos benefícios ligados à infra-estrutura fornecida pelo poder público para valorizar determinadas áreas, não refletindo somente na fragmentação do espaço físico, mas também na disposição dos equipamentos urbanos pela cidade.

É através desse contexto urbano que queremos verificar o papel do poder público no incentivo à prática do lazer na cidade, destacando como vem sendo concebido o lazer numa cidade que expande a necessidade por novos equipamentos de lazer e, ao mesmo tempo, privilegia cada vez mais as formas privadas de apropriação dos espaços, sobretudo no que se refere ao lazer.

É evidente que tamanhas transformações implicaram no surgimento de novas práticas de lazer, ainda em consolidação. Assim, tivemos em mente resgatar através de recortes de jornais, os programas e/ ou eventos, as áreas e equipamentos e as reivindicações e carências ligadas ao lazer, relacionadas com a presença e atuação do poder público e, também, verificar algumas práticas de lazer organizadas pela própria população.

Devido a isso, o levantamento de artigos de jornais mostrou-se um importante procedimento, na medida em que permitiu reunir elementos para a análise da instituição de práticas ligadas ao lazer subsidiadas pelo poder público municipal. Foi possível também considerar outras práticas, tanto ligadas à atuação de outros segmentos do poder público, de setores privados, ou mesmo aquelas desenvolvidas pela própria população e veiculadas pelo jornal.

A seguir apresentaremos um quadro trazendo a listagem de todas as manchetes levantadas nesse período, separadas de acordo com a seguinte divisão: "Programas e eventos", "áreas e equipamentos", "reivindicações e carências constatadas" e por último, em "demais atividades".

Esse quadro possibilita reunir com maior precisão o conjunto de atividades que se aproximam dos conteúdos presentes na prática do lazer, permitindo uma análise mais global da consolidação destas a partir da década de 1990. Embasando-nos nessa separação do conjunto de manchetes e artigos destacados nesses quinze anos, tornou-se possível diferenciar as atividades elencadas de acordo com os períodos das gestões municipais presentes em tal período: a do prefeito Paulo Constantino (01/01/1989 a 31/12/1992), seguida pela gestão do prefeito Agripino Lima (01/01/1993 a 31/12/1996), depois pela gestão do prefeito Mauro Bragato (01/01/1997 a 31/12/2000) e em seguida novamente pela gestão de Agripino Lima, (01/01/2001 a 31/12/2004), o qual se reelege no ano de 2004.

Quadro 1 - Lista dos artigos levantados no jornal ligados à área do lazer			
Programas e eventos destacados	**Áreas e Equipamentos Destacados**	**Principais reivindicações e carências identificadas**	**Demais artigos listados**
(1) 26/01/1990 Gincana no São Mateus (Realizado pela Associação de Moradores)	(1) 09/01/1990 Matarazzo foi licitado mas poderá ser centro cultural (Prédio privado)	(1) 14/10/1990 Piscinas do Centro Olímpico continuam sem utilidade (Equipamento subutilizado - Sec. de Esportes)	(1) 04/04/1990 Domingo no Parque do Povo (Opinião de uma freqüentadora)
(2) 13/02/1990 Curso de recreação infantil movimentando o CPP e o PUM (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(2) 09/01/1990 Freqüência na biblioteca do município (Prefeitura- Sec. Cultura)	(2) 30/11/1990 Moradores querem reforma de parques infantis abandonados	(2) 11/09/1990 Uma lanchonete levou animação à área reurbanizada do Bacarin
(3) 18/02/1990 O despertar da criatividade (Desenvolvido pela comunidade)	(3) 21/01/1990 Os efeitos das águas quentes no balneário (Prefeitura- Sec. Cultura)	(3) 25/07/1993 Moradores reivindicam área de lazer (Bairro Watal Ishibashi)	(3) 30/10/1990 O lazer não é brincadeira (Artigo publicado por uma professora)
(4) 20/02/1990 Arte Nota 10 (Desenvolvido por um grupo de artesãos em parceria com a Sec. de Cultura)	(4) 24/01/1990 Reurbanização do Parque do Povo (Prefeitura - Sec. de Obras)	(4) 27/07/1993 Moradores do Watal Ishibashi convivem com muitos problemas (Falta espaço dotado de equipamentos de lazer)	(4) 24/03/1991 Com a Amepp o esporte cumpre sua função social (Espaço que foi destinado às publicações do prefeito Paulo Constantino)
(5) 27/02/1990 Nos bastidores da folia (Realizado pela Associação das Escolas de Samba e Sec. de Cultura)	(5) 22/02/1990 Amepp agilizando reforma em praças esportivas (Prefeitura - Sec.de Esportes)	(5) 04/05/1994 Autoridades buscam solução para a interdição do Balneário da Amizade (Espaço deteriorado - Prefeitura)	(5) 01/09/1991 Começa amanhã o cadastramento de candidatos a 4400 casas populares
(6) 02/03/1990 Escolinhas da Amepp recomeçam segunda com seis modalidades (Prefeitura- Sec. de Esportes)	(6) 25/03/1990 Quadra poliesportiva para o Ciem do Jardim Planaltina (Prefeitura - Sec. Educação e Esportes)	(6) 27/07/1994 Prudentinos reclamam da lentidão das obras (Parque do Povo)	(6) 27/05/1994 Hip Hop, um som que mostra a força dos negros americanos e brasileiros (Manifestação de um grupo prudentino que se organiza eventualmente)

(7) 01/04/1990 O mundo maravilhoso da criança estará hoje no Povo no Parque (Prefeitura- Sec. Esportes e Cultura)	(7) 30/03/1990 Casa do artesão será reaberta nesta sexta (Prefeitura - Sec. Cultura)	(5) 03/12/1994 Prefeitura é acusada de lotear área de lazer (Nas imediações da Cohab)	(7) 21/07/1998 Noites de domingo dividem opiniões na Cohab
(8) 06/04/1990 Conhecendo de perto as escolinhas (Prefeitura- Sec. de Esportes)	(8) 01/04/1990 Reformulação do Parque do Povo em projeto (Prefeitura - Sec. de Obras)	(6) 08/12/1994 Erosão está destruindo o Parque do Povo (Impacto no Espaço Público de lazer)	(8) 16/07/2002 Lazer, consumo e prazer (Opinião de um colunista)
(9) 15/04/1990 Praça das Andorinhas ganha pólo novo do Povo no Parque (Prefeitura- Sec. Esportes e Cultura)	(9) 28/04/1990 Sugestão de lazer (Lanchonete próxima de Pçª. Pública)	(6) 09/12/1994 Moradores cobram urbanização de área verde (Bairros Santa Paula, Cohab e Cecap)	
(10) 24/05/1990 Projeto O Povo no Parque recebendo grande público (Prefeitura- Sec. Esportes e Cultura)	(10) 04/08/1990 Prudente poderá ganhar um complexo cultural (Prefeitura - Sec. Cultura)	(7) 27/12/1994 Banhistas continuam usando o Balneário da Amizade (Espaço Público interditado)	
(11) 26/05/1990 Aulas de ginástica no Jardim Guanabara (Prefeitura- Sec. de Esportes)	(11) 12/08/1990 O inverno no Thermas Municipal de Prudente (Prefeitura)	(8) 26/11/1995 Lazer é o problema do São Mateus	
(12) 27/05/1990 Coordenadoria da Cultura com múltiplos eventos (Prefeitura- Sec. da Cultura)	(12) 17/08/1990 Prefeitura entrega hoje campo de futebol de areia (Prefeitua - Sec. de Esportes)	(9) 03/12/1995 Vila Marcondes (Carente de área de lazer)	
(13) 17/06/1990 Povo no Parque prossegue hoje nos seus dois pólos (Prefeitura- Sec. Esportes e Cultura)	(13) 12/09/1990 Pçª. de esportes do Jardim Brasília foi inaugurada (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(10) 22/01/1997 Praças esportivas estavam abandonadas	
(14) 04/08/1990 Projeto intercultural teve início ontem (Prefeitura- Sec. da Cultura)	(14) 18/10/1990 Balneário da Amizade aguarda remodelação (Prefeitura - espaço aberto ao público)	(11) 10/05/1997 Moradores do Parque Alvorada pedem creche e área de lazer	
(15) 12/08/1990 Milhares de pessoas	(15) 18/10/1990 Shopping centraliza vida do	(12) 23/07/1997 Parque de diversões está	

hoje no 10º Festival de Pipas (Parceria entre Sec.de Esportes e "O Impacial")	prudentino (Espaço Privado aberto ao público)	irregular (Equipamento de lazer da Cidade da Criança apresenta falhas)	
(16) 11/09/1990 Milhares de pessoas prestigiam o IX Festival de Coros em Prudente (Prefeitura- Sec. de Cultura)	(16) 14/12/1990 Centro Olímpico aberto ao povo (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(13) 02/03/2003 Moradores querem solução urgente para balneário	
(17) 12/10/1990 Sinfonia Bamerindus no Parque do Povo (Parceria entre Prefeitura e Banco)	(17) 16/12/1990 Centro Olímpico (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(14) 13/07/2003 Polêmica sobre área de lazer divide mutuários (Bairro Maré Mansa)	
(18) 19/12/1990 Último Povo no Parque com sucesso absoluto (Prefeitura- Sec. Esportes e Cultura)	(18) 03/01/1991 Ciem, educação e cultura em tempo integral (Prefeitura - Sec. Cultura e Educação)	(15) 31/08/2003 Bairro cobra obras de revitalização da praça (Jardim Aviação)	
(19) 26/01/1991 No verão o Parque do Povo oferece ginástica aeróbica (Prefeitura - Sec. de esportes)	(19) 05/01/1991 Verão leva muita gente ao Centro Olímpico (Prefeitura - Sec. de Esportes)		
(20) 08/02/1991 Atividades especiais terão novas opções (Prefeitura - Sec. de esportes)	(20) 03/02/1991 Praça no Inocoop (Prefeitura - Sec. de Obras)		
(21) 19/02/1991 Amepp inicia visitação nas escolas oficiais (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(21) 14/04/1991 Os Ciems de Constantino são mais completos que os Cieps de Brizola (Prefeitura - Sec. Educação e Cultura)		
(22) 07/03/1991 Oficina Timochenco continua com espetáculos e filmes premiados (Prefeitura - Oficina Cultural Regional)	(22) 16/06/1991 Centro Integrado de Educação Municipal do Jardim Everest, orgulho da Educação (Prefeitura - Sec. Educação e Cultura)		
(23) 29/03/1991 Ciem realiza projeto Resgate Cultural	(23) 01/08/1991 Tobogã no Balneário (Prefeitura - Sec. de		

(Prefeitura - Sec. da Educação)	Esportes)		
(24) 07/04/1991 O Povo no Parque a partir das 16 hs (Prefeitura - Sec. Cultura e Esportes)	(24) 03/11/1991 Crianças movimentam parques infantis em Presidente Prudente (Prefeitura)		
(25) 21/04/1991 Hoje o GP Ciclístico no Parque do Povo (Parceria entre Sec. de Esportes e “O Imparcial”)	(25) 05/11/1991 O Shopping começa a mudar o comportamento do prudentino (Espaço Privado)		
(26) 25/04/1991 Encontro da 3ª idade com 150 participantes (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(26) 25/04/1992 Parceria com iniciativa privada em obras de Presidente Prudente (Parceria Prefeitura e Texaco/ Brasil)		
(27) 03/05/1991 Oficinas de Dança na Timochenco Wehbi (Prefeitura - Oficina Cultural Regional)	(27) 05/07/1992 Recuperada a pista de skate (Prefeitura - Sec. de Esportes)		
(28) 23/05/1991 Divertindo-se nos bairros no Parque Alexandrina (Prefeitura - Sec. Esportes e Cultura)	(28) 29/07/1992 Prefeitura inaugura várias obras nos próximos 3 meses (Prefeitura)		
(29) 13/06/1991 Mais de 200 pessoas no projeto 3ª idade (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(29) 17/04/1993 Pçª. das Andorinhas é freqüentada pelos moradores da Cohab e de bairros vizinhos (Prefeitura - Espaço Público)		
(30) 06/07/1991 Amanhã o II Grande Passeio Ciclístico (Parceria Sec. de Esportes e “O Imparcial”)	(30) 27/03/1994 Cine Presidente agora só existe em nossa memória (Antigo cinema)		
(31) 01/08/1991 Ultimadas providências para o Festival de Pipas Raul Albieri (Parceria Sec. de Esportes e “O Imparcial”)	(31) 14/04/1994 Pçª. 9 de Julho ganhará visual mais moderno (Prefeitura - Espaço Público)		

(32) 03/08/1991 Encontro da Terceira Idade oferece esporte e lazer (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(32) 29/05/1994 Teatro de Arena na Pçª. 9 de Julho (Prefeitura - Espaço Público)		
(33) 04/08/1991 O Povo no Parque (Prefeitura - Sec. Esportes e Cultura)	(33) 24/09/1994 Os responsáveis pela remodelação da Pçª. 9 de Julho (Prefeitura)		
(34) 18/08/1991 11º Festival de Pipas hoje no Centro Olímpico (Parceria Sec. de Esportes e "O Imparcial")	(34) 19/07/1995 Oficina Cultural será reativada (Oficina Cultural Regional)		
(35) 20/08/1991 Cinco mil pessoas no 11º Festival de Pipas (Parceria Sec. de Esportes e "O Imparcial")	(35) 19/11/1995 Pçª. é a melhor opção de lazer (Prefeitura - Espaço Público)		
(36) 07/09/1991 I Mostra de Teatro Fetapp começa 2ª (Prefeitura - Sec. de Cultura)	(36) 10/11/1995 Prefeitura constrói Parque Ecológico (Prefeitura - Espaço Público)		
(37) 14/09/1991 Divertindo-se nos bairros (Prefeitura - Sec. Esportes)	(37) 24/11/1996 Tranqüilidade e lazer, pontos fundamentais (Bairro que apresenta boa infra-estrutura para o lazer - Jardim das Rosas)		
(38) 05/10/1991 Passeio Ciclístico no Parque do Povo (Parceria Sec. de Esportes e "O Imparcial")	(38) 24/09/1997 Ana Jacinta ganha espaço para lazer (Prefeitura - Espaço Público)		
(39) 19/10/1991 Amepp inaugura novo projeto segunda - feira na Vila Operária (Prefeitura - Séc. de Esportes)	(39) 14/09/1997 Pq. do Povo, um ponto de encontro dos prudentinos e charme da paisagem urbana		
(40) 12/11/1991 Curso de pintura aos	(40) 22/01/1999 Prédio da Matarazzo será		

moradores do Cecap (Curso ministrado por moradora do bairro)	Centro Cultural (Espaço Privado)		
(41) 29/02/1992 Amepp promove gincana e Encontro da 3º Idade (Projeto Prefeitura - Séc. de Esportes)	(41) 01/04/2001 Festa (Inauguração da Pçª. de lazer no Ana Jacinta) (Prefeitura - Espaço Público)		
(42) 27/02/1992 Projeto da Amepp realizado domingo no São Judas Tadeu (Prefeitura - Séc. de Esportes)	(42) 17/01/2002 Urbanização (Finalização das obras da Pçª. de lazer do Ana Jacinta) (Prefeitura - Espaço Público)		
(43) 08/03/1992 Divertindo-se nos bairros hoje de manhã no Eldorado (Prefeitura - Sec. de Esportes)	(43) 28/02/2002 Nova Praça (Bairro Jequitibás) (Prefeitura - Espaço Público)		
(44) 15/03/1992 Passeio de bicicleta nas pistas do Parque (Parceria Sec. de Esportes, “O Imparcial” e Ultragaz)	(44) 20/03/2002 Jardim Regina e São Mateus ganharão centro de lazer (Prefeitura - Espaço Público)		
(45) 19/05/1992 Mais de quatro mil pessoas no V Passeio Ciclístico (Parceria Sec. de Esportes, “O Imparcial” e Ultragaz)	(45) 05/06/2002 Lazer (Finalização das obras da área de lazer no São Mateus) (Prefeitura - Espaço Público)		
(46) 02/07/1992 Passeio Ciclístiso domingo no parque (Parceria Sec. de Esportes, “O Imparcial e Ultragaz)	(46) 06/07/2002 Urbanização (Inaugurada a área de lazer do Paq. São Mateus) (Prefeitura - Espaço Público)		
(47) 02/07/1992 Oficina de teatro (Delegacia Regional de Cultura)	(47) 18/07/2002 Prefeitura inicia urbanização de fundo de vale na Vila Líder (Prefeitura - Espaço Público)		
(48) 25/08/1992 Festival de pipas bate recorde de participação e o público vibra com a	(48) 08/11/2002 Lazer (Pçª das Andorinhas) (Prefeitura - Espaço Público)		

defesa do Stº. Anastácio (Parceria Sec. de Esportes e “O Imparcial”)			
(49) 24/01/1993 Coordenadoria de Cultura leva projeto aos bairros (Sec. de Cultura)	(49)17/12/2002 Vila Líder ganha área de lazer (Prefeitura - Espaço Público)		
(50) 26/03/1993 Noite de Seresta (Prefeitura - Sec. de Cultura)	(50) 23/04/2003 Praça das Andorinhas (Reinauguração da Pçª. reformada e ampliada) (Prefeitura - Espaço Público)		
(51) 27/04/1993 Espaço aberto com incentivo a artistas (Prefeitura - Sec. de Cultura)	(51) 08/07/2003 Parque do Povo terá quiosques, nova iluminação e pista interna (Prefeitura - Espaço Público)		
(52) 29/07/1993 Projeto transforma rua em área de lazer (Prefeitura - Sec. de Cultura)	(52) 24/03/2004 Segunda etapa da revitalização do Pq. do Povo começa (Prefeitura - Espaço Público)		
(53) 20/08/1994 Vídeo e teatro na Oficina Cultural (Delegacia Regional de Cultura)			
(54) 27/08/1994 Comemorações encerram a semana do folclore (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(55) 13/11/1994 Amepp prepara convênio para fortalecer todas modalidades (Prefeitura - Sec. Esportes)			
(56) 25/11/1994 Peça teatral Radio Paradiso com entrada			

franca na Timochenco Wehbi (Oficina Cultural Regional)			
(57) 11/06/1995 Noite de Seresta resgata o romantismo da Pçª. 9 de Julho (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(58) 29/08/1995 O céu de Prudente ficou mais colorido (Parceria Sec. de Esportes e “O Imparcial”)			
(59) 13/10/1995 Crianças esbanjam alegria (Prefeitura - Sec. de Esportes)			
(60) 02/12/1995 Per Vita, O imparcial e Prudenco realizam “Agito Ecológico” no Parque do Povo (Parceria Prudenco, “O Imparcial” e Per Vita)			
(61) 05/03/1996 Atividades culturais movimentam a cidade (Prefeitura - Sec. de Cultura)			
(62) 03/04/1996 Passeio Cinqüentenário do Sesi reúne dois mil participantes (Parceria Sesi e “O Imparcial”)			
(63) 16/04/1996 Agenda traz artes plásticas e musicais (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(64) 27/08/1996 Festival de Pipas destaca qualidade de vida			

(Parceria entre “O Imparcial e Escola Agrícola)			
(65) 01/09/1996 Crianças querem pipas balançando no céu e pais participam deste sonho (Realização “O Imparcial”)			
(66) 07/02/1997 Projeto da Amepp começa em março (Prefeitura - Sec. de Esportes)			
(67) 26/02/1997 Sesi e Amepp pretendem ampliar cooperação (Prefeitura - Sec. de Esportes)			
(68)15/04/1997 Show Circense na Pçª. Dóbio Zaina (Parceria Delegacia Regional de Cultura e Sec. Cultura)			
(69) 01/05/1997 Festa do Traballhador (Prefeitura)			
(70) 03/05/1997 Torneio de pião premia 30 crianças (Prefeitura - Sec. de Esportes)			
(71) 03/05/1997 Abertas inscrições para oficinas de teatro e dança (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(72) 06/05/1997 Cultura realiza atividades variadas durante a semana (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(73) 15/05/1997 Campeonato de			

Roleman será em junho (Evento organizado por grupo de moradores)			
(74) 17/05/1997 Exposições e projetos culturais agitam a cidade (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(75) 03/07/1997 Conservatório faz apresentação no Teatro Municipal esta noite (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(76) 09/07/1997 Cultura realiza II Concurso Literário (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(77) 22/07/1997 PrudenFest/97 será no Pq. do Povo (Prefeitura)			
(78) 24/07/1997 Cultura realiza curso sobre danças populares (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(79) 14/08/1997 Festival folclórico de capoeira será sábado (Parceria Sec. Cultura, federação Paulista de Capoeira e Grupo Urucungo)			
(80) 23/08/1997 Prefeitura oferece curso de ginástica comunitária (Prefeitura. Sec. de Esportes)			
(81) 02/09/1997 15º Festival de Pipas (Parceria Sec. de Esportes, “O Imparcial” e Colégio			

Agrícola)			
(82) 01/10/1997 Passeio ciclístico reúne mais de 250 participantes (Parceria entre Colégio Universitário e Ponto Zero)			
(83) 03/12/1997 Música na Pçª. (Organizado por uma professora de Música)			
(84) 07/12/1997 Secretaria de Turismo quer que moradores conheçam seu bairro (Prefeitura - Sec. Turismo)			
(85) 31/12/1997 Projeto Férias na Escola terá cerca de 600 alunos (Delegacia de Ensino e Rede Pública de Ensino)			
(86) 04/02/1998 Programa beneficia projetos culturais (Prefeitura - Sec. de Cultura)			
(87) 24/02/1998 Desfile das escolas atrai 15 mil (Parceria entre Sec. de Turismo e Grupos Carnavalescos)			
(88) 19/04/1998 II Mostra Coletiva de Artes Plásticas (Parceria Sec. Cultura e artistas locais)			
(89) 06/05/1998 Feira reunirá artesãos da região (Prefeitura - Sec Cultura)			
(90) 30/05/1998 Cidade da Criança terá seu 1º Festival de Aeromodelismo			

(Organizado por um praticante do esporte)			
(91) 15/07/1998 Moradores da Cohab fazem festa hoje (Parceria entre comunidade local e Sec. Cultura e Turismo)			
(92) 25/08/1998 Festival de Pipas bate recordes e abre festejos (Parceria Sec. de Esportes e “O Imparcial)			
(93) 29/08/1998 Evento envolveu mais de 50 mil alunos (Rede Estadual de Ensino)			
(94) 17/09/1998 Feira regional de artes abre programação (Parceria Sec. Cultura e entidades privadas)			
(95) 30/09/1998 Esporte ajuda na integração social (Parceria entre Sec. de Assistência Social e Academia de Karatê)			
(96) 20/11/1998 Curso de Cinema abre programa (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(97) 20/02/1999 Pçª. 9 de Julho terá Show musical (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(98) 23/03/1999 Recreação reúne 41 deficientes (Grupo de Peregrinação do Rosário)			
(99) 26/03/1999 Viva Prudente			

prossegue domingo (Parceria entre a Prefeitura e Conselho Regional de Segurança)			
(100)30/03/1999 Secretaria realiza 3ª Mostra de Artes (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(101) 03/06/1999 Viva Prudente é muito prestigiado (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(102) 03/07/1999 Viva Prudente pode ser ampliado (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(103) 09/07/1999 Evento abre comemorações em Presidente Prudente (Parceria Sec. de Esportes, "O Imparcial" e Colégio Agrícola)			
(104) 31/08/1999 17ª edição supera expectativas (Parceria Sec. de Esportes, "O Imparcial" e Colégio Agrícola)			
(105) 15/09/1999 Hoje tem Festival de Pesca em Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. de Turismo)			
(106) 25/09/1999 Crianças de Presidente Prudente aprendem brincando (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(107) 07/11/1999 Projeto coloca crianças			

para sambar (Projeto criado por um morador da zona norte)			
(108) 14/11/1999 Presidente Prudente terá quatro dias de teatro (Prefeitura - Sec. de Esportes e Cultura)			
(109) 23/01/2000 Folia de Reis ainda é tradição (Organizado por moradores de alguns bairros)			
(110) 30/03/2000 Música beneficia 140 crianças de Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(111) 21/04/2000 Música marca comemoração em Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(112) 25/08/2000 Agita Galera começa amanhã em Presidente Prudente (Parceria entre Sec. Estadual da Educação e Saúde e Sesi)			
(113) 29/08/2000 Agita Galera superou expectativa (Parceria ente Sec. Estadual da Educação e Saúde e Sesi)			
(114) 07/09/2000 Festival de Pipas acontece domingo (Parceria Sec. de Esportes, “O Imparcial” e Colégio Agrícola)			
(115) 10/09/2000 Encontro reúne 32			

corais em Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(116) 19/10/2000 9ª Festa das crianças na Cecap (Realizado por um casal de moradores)			
(117) 18/02/2001 Atividades prosseguem em Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(118) 03/03/2001 Unesp retoma atividades de programa para 3ª idade (Unesp)			
(119) 11/03/2001 Cinema ao ar livre hoje em Presidente Prudente (Parceria Ministério da Cultura e Banespa)			
(120) 28/03/2001 Cultura recheia agenda de eventos (Prefeitura - Sec. de Cultura)			
(121) 08/07/2001 Oficina cultural terá atividades no feriado (Oficina Cultural Regional)			
(122) 05/08/2001 Parceria garante Festival de Pipas em Presidente Prudente (Parceria “O Imparcial” e Unesp)			
(123) 11/08/2001 Teatro (8º Festival Nacional de Teatro de Presidente Prudente) (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(124) 28/08/2001 Parque recebe quatro			

mil pessoas (Programa realizado pelo Sindicato de Estabelecimentos de Ensino de São Paulo)			
(125) 04/09/2001 Um show no ar (Parceria “O Imparcial” e Unesp)			
(126) 01/03/2002 “Música na Feira” volta no Domingo (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(127) 22/06/2002 Alto Estilo é atração hoje na Pçª. Dóbio Zaina (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(128) 03/07/2002 Prefeitura fará 42 Festas Julinas nos bairros de Presidente Prudente (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(129) 14/07/2002 Secut oferece atividades gratuitas hoje e amanhã (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(130) 02/04/2003 Noite da Paquera vira atração do domingo (Organizado por moradores)			
(131) 20/04/2003 Programação cultural é bastante diversificada (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(132) 08/08/2003 1ª Festa na Praça começa hoje em Prudente (Paróquia São Sebastião)			
(133) 23/09/2003			

Tradicional “Raul Albieri” reúne famílias (Parceria “O Imparcial” e Unesp)			
(134) 24/09/2003 X Fentepp leva peça à Pçª. Nove de Julho (Prefeitura - Sec. Cultura)			
(135) 15/02/2004 Terceira idade conta com opção de lazer em Presidente Prudente (Unesp)			
(136) 13/10/2004 Famílias aproveitam feriado na Cidade da Criança (Prefeitura)			

Fonte: Jornal O Imparcial (1990 - 2004)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Tendo como base o quadro anterior, formulamos diferentes *linhas do tempo*, divididas em três tópicos principais, sendo uma composta pelos ‘programas e eventos’, outra pelas ‘áreas e equipamentos’ e uma última composta pelas ‘reivindicações e carências’ constatadas.

Através dessas linhas do tempo, foi possível analisar o discurso apresentado pelo jornal no que se refere às práticas de lazer, sobretudo daquelas implementadas pelo poder público durante esses anos. Estas serão apresentadas no final desse item, pois as três linhas mencionadas são acopladas em cada uma das gestões municipais levantadas. (**Ver Figuras 1, 2, 3, 4 nas páginas 87,88, 89, 90**).

Os diversos artigos e manchetes apresentados compreendem desde a implantação de equipamentos ou eventos públicos, até programas ou eventos desenvolvidos através de parcerias com a comunidade, e também com segmentos privados. Recebe destaque também o impacto proporcionado pela instalação de um dos shopping centers, no caso o Prudenshopping. Ainda é destacada uma manchete fazendo referência à implantação de uma quantidade significativa de casas populares em alguns novos loteamentos na cidade.

Partindo da linha do tempo a respeito de “programas e eventos”, torna-se possível comparar tanto quantitativamente, quanto qualitativamente as ações do poder público destacadas pelo jornal em cada uma das quatro gestões municipais.

Assim, no período referente à gestão Paulo Constantino, constatou-se um considerável número de programas e eventos, aproximadamente 48, sendo que desses, a grande maioria apresentou vínculo com a atuação do poder público municipal. São programas desenvolvidos por Secretarias Municipais, como é o caso das Secretarias de Cultura, Esportes e Educação, enquanto outros são ligados a diferentes instituições públicas, como os programas vinculados à Oficina Cultural Regional, por exemplo.

Dentre os programas mantidos pela prefeitura, é possível destacar principalmente aqueles desenvolvidos pelas Secretarias de Esportes e Cultura. Para citar alguns programas de destaque, podemos mencionar “O Povo no Parque”, ou mesmo as “escolinhas esportivas” desenvolvidas em alguns bairros da cidade.

O programa “O Povo no Parque” é apresentado de forma constante entre os anos de 1990 a 1992, podendo ser caracterizado como um programa que se iniciou no Parque do Povo (local não tão distante do centro da cidade) e depois se expandiu para outros pólos da cidade, como no Parque das Andorinhas, por exemplo.

Com relação aos eventos, os destaques são os diversos passeios ciclísticos realizados através de parcerias entre empresas da cidade e a Secretaria de Esportes. Outras

manchetes de destaque corresponderam à realização do “Festival de Pipas”, evento este que vai ser alvo de referência do jornal no decorrer dos períodos analisados. Este festival obteve algumas parcerias para garantir sua realização, mais especificamente nesse período, contou com as parcerias entre a Secretaria de Esportes, Colégio Agrícola e do próprio jornal “O Imparcial”.

Entre os anos de 1993 e 1996 o governo municipal esteve no comando de Agripino Lima. A oferta de programas e eventos vinculados a esse período de acordo com o apresentado pelo jornal não foi tão considerável assim, totalizando cerca de 17 ocorrências. O destaque nesse período esteve vinculado principalmente aos programas desenvolvidos pela Secretaria de Cultura, sobretudo através das “agendas culturais”. Como exemplos dessas ‘agendas’ podemos citar uma programação envolvendo música, artes plásticas e ‘espaço para artistas’, sendo levados programas até mesmo para alguns bairros da cidade.

Mais uma vez o “Festival de Pipas” foi apresentado como evento de destaque. Atividades recreativas organizadas por empresas em parceira com a Secretaria de Esportes e até mesmo pelo Sesi também foram levantadas, assim como outros eventos ligados a comemorações e amostras culturais.

Na gestão Mauro Bragato (1997 a 2000) foi possível observar um representativo número de programas e eventos, cerca de 51, sendo a maior parte desses desenvolvidos pela própria prefeitura. São muitos os programas vinculados às Secretarias de Cultura, Esportes e até mesmo de Turismo, havendo também alguns ligados ao governo estadual e à iniciativa individual dos próprios moradores. Destaque para os programas “Viva Prudente”, bem como para as diversas oficinas envolvendo dança, música, cinema, etc.

Nesse período foram levantados muitos eventos ligados à recreação e à cultura na cidade, entre eles novamente destaca-se o “Festival de Pipas” e também alguns festivais e campeonatos realizados (festival de capoeira, música na praça, show circense, passeio ciclístico, mostra de artes, etc.). Também observou-se a ocorrência de outros eventos os quais contaram com iniciativas individuais e/ ou de um grupo de pessoas, como por exemplo, o “Campeonato de Roleman”.

No último período analisado, o qual compreende novamente a gestão Agripino Lima, destacou-se a presença de aproximadamente 20 programas e eventos, sendo a maior parte de responsabilidade da prefeitura. Grande parte dos programas desenvolvidos nesse momento foram mantidos pela Secretaria de Cultura, entre eles o “Cinema ao ar livre”, “Música na feira”, dentre outros. Outro grande destaque dessa gestão foi o “Festival Nacional de Teatro” realizado também por essa secretaria. Por outro lado, o “Festival de Pipas” não

deixou de ser realizado devido a uma parceria entre o próprio jornal “O Imparcial” e a “UNESP”, não contando com o apoio da Prefeitura segundo o jornal.

Um evento realizado mais recentemente e promovido pela própria população chamou a atenção do jornal, corresponde à “Noite da Paquera”, a princípio realizado no bairro Ana Jacinta e atualmente já não vem sendo mais desenvolvido. Tal evento, realizado por um grupo de moradores do bairro Ana Jacinta, contou com a colaboração tanto dos próprios moradores do bairro, quanto de radialistas da cidade. Consistia basicamente em uma festa realizada num primeiro momento semanalmente na praça de lazer desse bairro, contando com um ‘carro de som’, sendo este o local de onde os organizadores colocavam uma série de músicas e liam os recados mandados entre os jovens, reunindo um grande número de jovens de diversas idades.

Tentando analisar de forma conjunta as linhas referentes a esses quatro diferentes momentos, podemos traçar um paralelo estabelecendo algumas possíveis hipóteses sobre a incidência de realizações voltadas ao lazer entre essas gestões. Em primeiro lugar cabe ressaltar a quantidade significativa de programas e eventos ligados ao período em que Paulo Constantino esteve à frente da prefeitura, sendo esse montante realizado em três anos. Nosso levantamento se inicia já com um ano de andamento dessa gestão, mesmo assim foram consideravelmente expressivos em número se comparado aos períodos referentes às outras gestões, estando bem próximo da gestão Mauro Bragato que se destacou em termos de ocorrências referentes a programas e eventos segundo o jornal.

Em segundo lugar torna-se possível enfatizar que os programas ligados à área de recreação foram os que mais se destacaram nesses quinze anos levantados, sendo muitos desses programas relacionados às escolinhas esportivas desenvolvidas pela Secretaria de Esportes, principalmente no que se refere às gestões Paulo Constantino e Mauro Bragato. Também se destacou as diversas programações culturais que estiveram presentes nesses anos, ligadas diretamente à Secretaria de Cultura, ressaltando sobretudo, as amostras de música, teatro e artes que levaram uma diversidade de programas e eventos para determinados pontos da cidade.

Um programa que merece ser evidenciado compreende o “Povo no Parque”, desenvolvido no início da década de 1990 durante a primeira gestão municipal levantada em nosso trabalho (Paulo Constantino). Esse programa foi resultado de parceria entre algumas Secretarias Municipais, sobretudo a de Esportes e de Cultura. Aos poucos se expandiu do Parque do Povo para outras áreas da cidade, podendo ser caracterizado como importante programa propagador do lazer e da recreação. Esse programa recebe até mesmo

destaque de freqüentadores que escreveram para o jornal em forma de artigo ressaltando sua importância.

Em um momento posterior, já na gestão Mauro Bragato, aparece um programa que a nosso ver nada mais é, um retorno tanto ao programa “O Povo no Parque” quanto ao “Divertindo-se nos bairros”, ambos implementados pela gestão Paulo Constantino. Esse programa desenvolvido nesse momento posterior (Gestão Mauro Bragato) recebe o nome de “Viva Prudente”, alvo de uma iniciativa da Prefeitura através de suas Secretarias (Esportes, Cultura e Educação), juntamente com o Conselho de Segurança Comunitária, levando lazer e recreação até alguns bairros mais pobres e carentes da cidade.

Nos períodos das duas gestões nas quais Agripino Lima esteve à frente do poder local, verificou-se um montante de atividades culturais, dentre essas podemos enfatizar alguns cursos e amostras de teatro, dança, pintura, etc. Cabe destacar a presença do “Espaço aberto com incentivo a artistas”, realizado durante alguns finais de semana em uma praça do centro da cidade, iniciativa esta que de acordo com o jornal incentivou a participação da população para que pudessem descobrir o seu potencial na música. O programa “Música na Feira”, também foi outro importante meio propagador da cultura popular em uma das feiras livres realizada em uma área central de Presidente Prudente nessa última gestão Agripino Lima, levando animação e descontração através da música popular até um considerável número de pessoas, tornando-se um ponto de encontro dos prudentinos nas tardes de sábado segundo o jornal.

Um conjunto de programas e eventos relacionados ao campo de atuação de diversas esferas governamentais, bem como da sociedade civil como um todo, foram destacados nos quatro diferentes períodos analisados. É o caso, por exemplo, dos programas “Férias na Escola” e “Agita Galera”, realizados com o apoio do governo do Estado, ou ainda, uma manchete enfatizando um projeto realizado por morador de um bairro de periferia, com o intuito de proporcionar aulas de ‘expressão corporal’ para as crianças, desenvolvidos na gestão Mauro Bragato.

Destacam-se então, muitas manchetes e artigos que trazem à tona a presença de programas e eventos relacionados a outras esferas governamentais de uma forma geral, tanto aos governos estadual e federal, ou realizados por segmentos da sociedade civil. Em todas as gestões analisadas, observa-se a presença desses programas e eventos desenvolvidos através dessas parcerias, é o caso dos eventos relacionados à programação da Oficina Cultural Regional Timochenco Wehbi, projetos voltados para a 3ª idade mantidos em parceria com a UNESP, alguns programas estabelecidos no espaço das próprias escolas organizados pela

Secretaria Estadual da Educação, bem como o próprio ‘festival de pipas’ e alguns ‘passeios ciclísticos’ relacionados à atuação de vários segmentos da sociedade.

Quanto à presença das áreas e equipamentos voltados para a prática do lazer, o jornal pesquisado fez referência à utilização e implementação de diversos equipamentos, levando em conta alguns equipamentos que não se encontram mais presentes (Cine Presidente, por exemplo), e até mesmo espaços que podem vir a ser aproveitados com o intuito de ampliar as opções de lazer na cidade. (antigo prédio da Matarazzo).

A maior quantidade de ocorrências referentes à presença de áreas e equipamentos relaciona-se à gestão Paulo Constantino. A maioria dos apontamentos destaca a presença de equipamentos esportivos e/ ou culturais nesse período, estando diretamente relacionados à atuação do poder público municipal. São manchetes que destacaram desde a implantação e reforma de praças, dentre elas, a inauguração da “Praça de Esportes do Jardim Brasília” e a reurbanização ou reforma do “Parque do Povo”. A presença de público nas “Thermas Municipais”, no “Balneário da Amizade”, bem como a inauguração e utilização dos “Ciems” (Centros Integrados de Educação Municipal), são exemplos de alguns dos espaços dotados de equipamentos, que podem ser utilizados com a prática do lazer bastante enfatizados no período.

Outras manchetes referentes à instalação de áreas e/ ou equipamentos de lazer indiretamente relacionados à atuação do poder público também apareceram. É o exemplo das manchetes referentes à inauguração de um shopping na cidade, no caso o “Prudenshopping”.

A idéia de enfocar tais manchetes ligadas à inauguração desse Shopping Center resulta, por um lado, do fato desse empreendimento ter representado um novo direcionamento no fluxo intra-urbano da cidade, proporcionando o estabelecimento de um novo eixo, no qual se desloca uma série de serviços que antes estavam concentrados nos arredores do centro principal da cidade[9]. Por outro lado, foram consideráveis as manchetes do jornal fazendo referência à instalação do shopping e ao impacto gerado por este no sentido de ser um ponto de encontro que “começa a mudar o comportamento do prudentino”, ou seja, se tornando um importante local destinado ao lazer. (O IMPARCIAL, 05/11/1991, p.01, Caderno A).

No período referente à primeira gestão Agripino Lima, foram elencados alguns artigos e manchetes que retrataram o uso e a implementação de áreas e equipamentos voltados para a prática do lazer. Dentre esses, a maior parte refere-se à atuação da prefeitura.

[9] Cf. MONTESSORO, 2001.

Podemos exemplificar a reforma e remodelação da praça “9 de Julho” e ainda a construção de um “Parque Ecológico” como sendo alguns dos pontos de destaque nesse período.

No que diz respeito ao período que Mauro Bragato esteve à frente do poder local, foram verificadas pouquíssimas ocorrências que fazem relação com o uso/ ou a instalação de algum tipo de área e equipamento ligado à prática do lazer. Duas das manchetes se encontram diretamente veiculadas ao poder público municipal, fazendo referência ao início do projeto de instalação de um espaço de lazer no bairro Ana Jacinta e à importância do Parque do Povo como ponto de encontro e de charme na paisagem urbana; uma outra manchete destaca a possibilidade do antigo prédio da Matarazzo se transformar em Centro Cultural.

Já no período referente à segunda gestão Agripino Lima, verificou-se a presença de um conjunto de obras e, a abertura de novas áreas voltadas para a prática do lazer. Esse conjunto passou a constituir as novas praças instaladas em muitas áreas de fundo de vale ao longo da cidade, sobretudo nas áreas mais periféricas.

Essas obras transformaram o uso de tais fundos de vale, garantindo uma renovação e diferentes usos a essas áreas. É possível destacar a inauguração das praças de lazer do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, do Parque São Mateus, Jardim Regina, Jardim Jequitibás II e da Vila Líder, bem como uma reforma completa na Praça das Andorinhas, próxima aos Conjuntos Habitacionais Cohab e Cecap e também a mais recente reforma do Parque do Povo. Com relação a essa última área citada, observaram-se críticas levantadas durante a primeira gestão Agripino Lima, críticas estas que enfatizaram a lenta reforma e o processo de erosão que se instalava no leito do córrego que se encontra em tal área. No entanto, nessa última gestão percebe-se a efetivação de uma ampla reforma realizada nessa área de lazer, verificada até o ano de 2006.

Temos de uma forma geral, um panorama da implementação de muitos equipamentos e áreas ligadas à prática do lazer em vários pontos da cidade no decorrer dos quatro diferentes períodos analisados. Em termos de números de ocorrências, o período apontado como mais significativo corresponde à gestão Paulo Constantino. Por outro lado, se levarmos em conta uma maior incidência da instalação de novas áreas e equipamentos, podemos apontar que a última gestão Agripino Lima desempenhou um papel mais relevante, pois tal gestão apresenta como sua principal marca a instalação de uma série de praças de lazer em áreas de fundo de vale ao longo de bairros de periferia da cidade.

Na gestão Paulo Constantino também se verifica a presença de novas obras, porém em ritmos diferentes. Houve a presença de muitos apontamentos relacionados ao uso

de alguns equipamentos, desde a freqüência de pessoas nas ‘Thermas Municipais’ até mesmo a utilização dos ‘Ciems’ (Centros Integrados de Educação Municipal) inaugurados nessa gestão. Aparecem também outras manchetes que possuem uma relação indireta com o poder público, no caso a instalação do Shopping Center conhecido como “Prudenshopping”, obra esta que recebe o aval e a influência do poder público para sua instalação, diretamente ligada à ação de incorporadores imobiliários.

Tendo em vista essas idéias, observa-se na segunda gestão Agripino Lima a expressiva implantação de novos equipamentos esportivos e de lazer, garantindo a possibilidade de um uso voltado para o lazer nas diversas áreas de fundo de vale da cidade. Contudo, cabe refletir qual é o real impacto provocado pela instalação dessas praças em tais áreas de fundo de vale, bem como compreender os interesses referentes a essa instalação, o que será objeto de discussão nos próximos capítulos.

Com relação ao conjunto de reivindicações e carências trazidas pelo jornal, tornou-se possível destacar na gestão Paulo Constantino apenas duas ocorrências, uma delas ressaltando o abandono de parques infantis em alguns bairros da cidade, sendo apresentada uma reivindicação feita por uma moradora do Parque Alvorada apontando o abandono do parque infantil do bairro. Outra carência constatada diz respeito à baixa utilização das piscinas do Centro Olímpico, devido a sua profundidade com pouco mais de 1,8 metros.

Na primeira gestão Agripino Lima houve um número maior de reivindicações e carências veiculadas pelo jornal, por exemplo, as diversas ocorrências relacionadas à falta de áreas de lazer e até mesmo entrevistas com moradores cobrando a instalação de equipamentos de lazer em alguns bairros da cidade. Também foram destacadas pelo jornal, as carências relacionadas à lentidão das obras do Parque do Povo, o que ocasionou em erosão do córrego que atravessa essa área. É importante enfatizar também, a interdição do Balneário da Amizade, constatando-se até a utilização irregular desse balneário (poluído) por parte de banhistas, sendo que esse permanecia interditado até o ano de 2006.

Tanto no período referente à gestão Mauro Bragato, quanto à segunda gestão Agripino Lima, não ocorreu um número representativo de notícias no jornal evidenciando reivindicações ou carências ligadas à área do lazer. Verificamos no período Mauro Bragato três ocorrências, sendo que duas delas se referiram ao abandono de praças de lazer e a irregularidade do parque de diversões da Cidade da Criança na gestão anterior Agripino Lima (1993/ 1996). Na segunda gestão Agripino (2001/ 2004) também foram identificadas três ocorrências, sendo que uma delas não apresentou relação direta com o poder público.

Percebe-se que nesses quinze anos não houve tantas reivindicações e/ ou carências destacadas pelo jornal. Mesmo assim, do montante apresentado é possível destacar que a quantidade mais representativa está ligada à primeira gestão Agripino Lima, não se verificando o mesmo em sua segunda gestão, pois esse segundo momento é marcado pela instalação de diversos equipamentos. Muitos possivelmente ganharam importância devido à constatação dessas reivindicações apontadas nesse momento anterior. Essas reivindicações e carências, bem como as contemplações de algumas obras voltadas para o lazer, nos levaram a formular dois mapas que serão apresentados a seguir (**páginas 82 e 83**), auxiliando-nos na escolha das áreas que serão levantadas empiricamente para verificar a vivência do lazer da população. Um dos mapas apresenta a ocorrência dessas reivindicações segundo o jornal, enquanto outro apresenta também segundo o jornal a contemplação de algumas obras realizadas, em muitos casos atendendo a essas reivindicações constatadas no primeiro mapa.

Esses dois mapas se complementam, já que ora apresentam reivindicações e ora contemplações se referindo a benfeitorias voltadas para a área do lazer. No primeiro (**Mapa 2**), as reivindicações apresentadas correspondem sobretudo ao início da década de 1990, entre os anos de 1993 a 1995 (gestão Agripino Lima). Já no segundo (**Mapa 3**), as benfeitorias contempladas pelo poder púbico referem-se acima de tudo a dois períodos, um que corresponde ao início da década de 90, entre os anos de 1990 a 1992 na gestão Paulo Constantino, e um segundo período, concentrando-se mais no início do Século XXI, correspondendo mais especificamente a partir do ano de 2001. Coincidentemente, tanto as reivindicações quanto as contemplações apresentadas a partir de 2001 correspondem a uma mesma gestão, a qual assumiu a prefeitura justamente em 1993 e ficou no poder até 1996, retornando em 2001, se encontrando presente até os dias atuais após se reeleger consecutivamente em 2004, esses dois diferentes períodos estão relacionados à gestão Agripino Lima.

MAPA 2 - Presidente Prudente - Reivindicações de áreas de lazer segundo o jornal "O Imparcial"

CEMESPP

CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

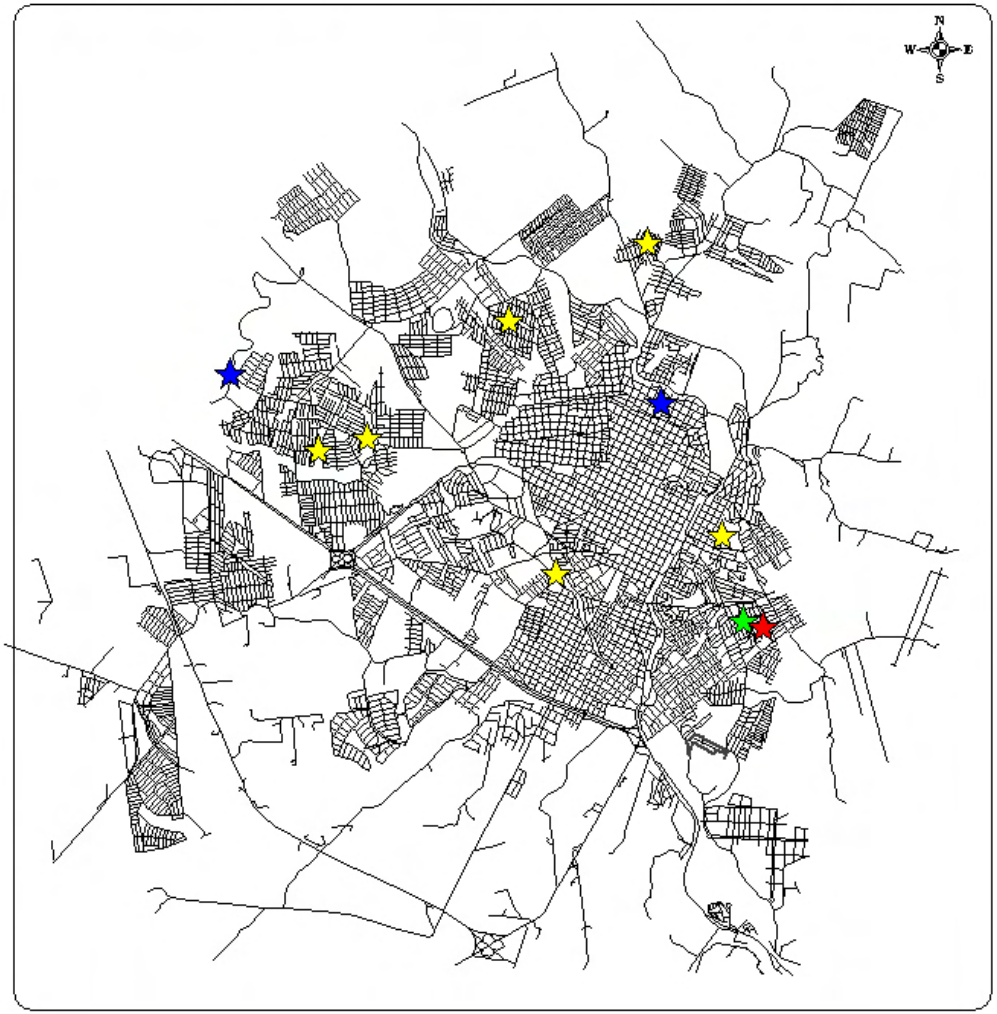
- REIVINDICAÇÕES CONSTATADAS NO PERÍODO REFERENTE À GESTÃO PAULO CONSTANTINO
  - Moradores querem reforma de parques infantis (Pq. Alvorada - 1990)
- REIVINDICAÇÕES CONSTATADAS NO PERÍODO REFERENTE À GESTÃO AGRIPINO LIMA (1993/1996)
  - Reivindicação de área de lazer pelos moradores (W. Ishibashi - 1993)
  - Lentidão das obras (Parque do Povo - 1994)
  - Prefeitura acusada de lotear área de lazer nas imediações do Parque das Andorinhas (1994)
  - Moradores cobram urbanização de área de fundo de vale do Stª Paula (1994)
  - Falta opção de lazer no São Matheus (1995)
  - Carente de uma área de lazer: fundo de vale na zona leste - V. Marc. (1995)
- REIVINDICAÇÕES CONSTATADAS NO PERÍODO REFERENTE À GESTÃO MAURO BRAGATO
  - Moradores do Parque Alvorada pedem creche e área de lazer (1997)
- REIVINDICAÇÕES CONSTATADAS NO PERÍODO REFERENTE À GESTÃO AGRIPINO LIMA (2001/2004)
  - Moradores querem solução urgente para balneário (2003)
  - Moradores do Jardim Aviação cobram revitalização de praça (2003)

Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Jornal O Imparcial (1990 - 2004)

Apoio: FAPESP

Escala 1 : 80.000

800 0 800 1600 2400 m



CEMESPP

CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

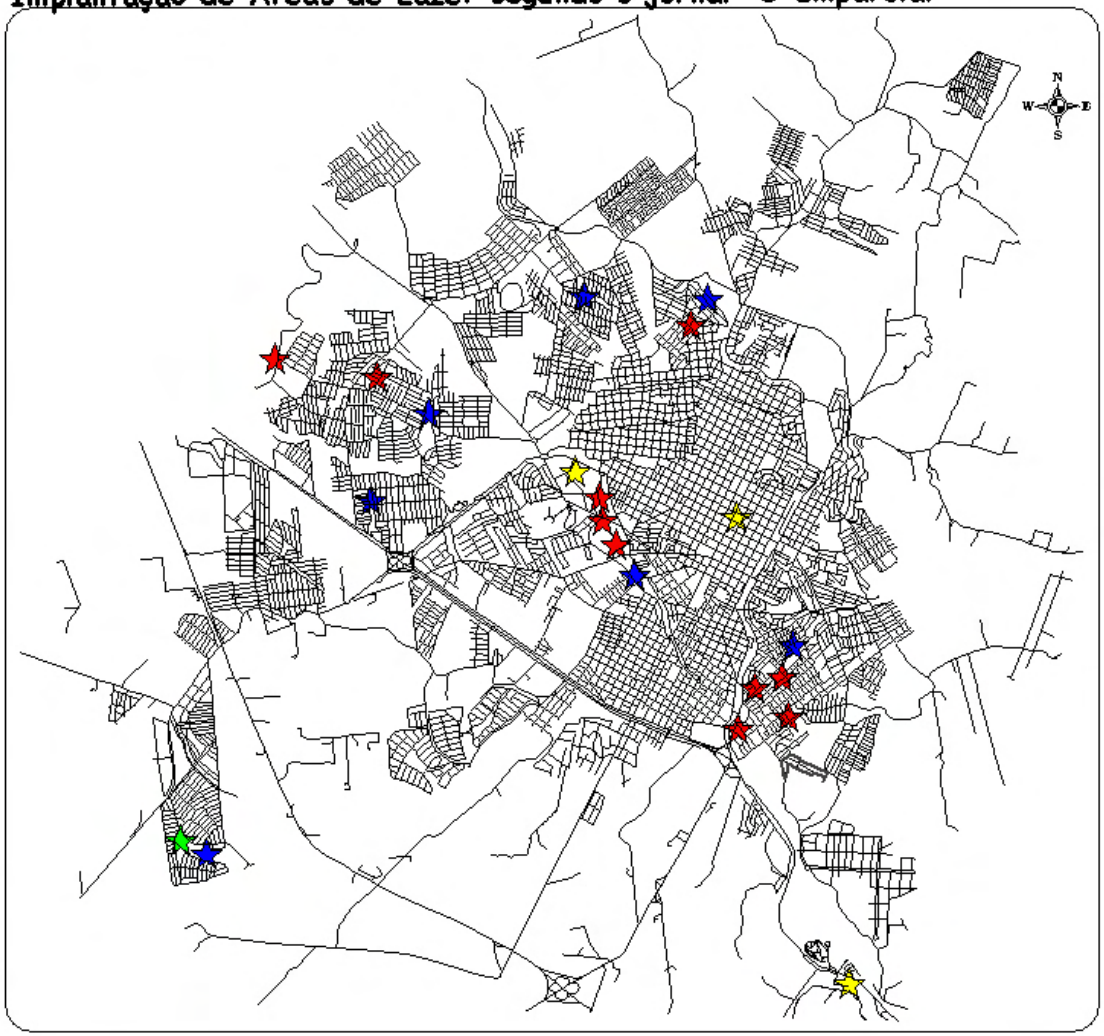
- AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DA GESTÃO PAULO CONSTANTINO
  - Reurbanização do Parque do Povo (1990)
  - Quadra poliesportiva para o CIEM do Jd. Planaltina (1990)
  - Casa do artesão será reaberta na sexta (1990)
  - Prefeitura entrega campo de futebol de areia (Planalto - 1990)
  - Praça de esportes do Jd. Brasília (1990)
  - Praça no Inocoop (1991)
  - CIEM no Jd. Everest (1991)
  - Tobogã no Balneário da Amizade (1991)
  - Pça. no Jd. Santana - parceria (1992)
  - Conservatório Municipal (1992)
- AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DA GESTÃO AGRIPINO LIMA (1993/ 1996)
  - Teatro de arena - Pça. 9 de Julho (1994)
  - Pq ecológico - Cidade da Criança (1995)
  - Oficina cultural será reativada (1995)
- AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DA GESTÃO MAURO BRAGATO
  - Ana Jacinta ganha espaço de lazer (1997)
- AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DA GESTÃO AGRIPINO LIMA (2001/2004)
  - Inauguração Pça de lazer A. Jacinta (2001)
  - Inauguração de Praça de lazer no Jequitibás II (2002)
  - Jardim Regina e São Matheus ganham área de lazer (2002)
  - Área de lazer na Vila Líder (2002)
  - Reforma da Praça das Andorinhas (2002)
  - Reforma do Parque do Povo (2003)

Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Jornal O Imparcial (1990 - 2004)
Apoio: FAPESP

Escala 1 : 70000

700 0 700 1400 2100m

MAPA 3 - Presidente Prudente -
Implantação de Áreas de Lazer segundo o jornal "O Imparcial"



Ainda com relação às manchetes e artigos trazidos pelo jornal, podemos nesse último momento apontar outras ocorrências destacadas que não se enquadraram diretamente com os três tópicos (linhas do tempo) elencados até então. Esses apontamentos são chamados de “demais artigos”, podendo ser classificados através de manchetes que evidenciaram a presença de artigos escritos por cronistas, moradores, ou de opiniões formuladas pelo jornal fazendo referência à questão do lazer.

Nesse sentido, foram poucos os apontamentos levantados nos quatro períodos analisados, sendo possível destacar na primeira gestão Agripino Lima e na gestão Mauro Bragato a presença de um artigo em cada uma delas. Na gestão Agripino Lima, apareceu uma ocorrência enfatizando a presença de um grupo de “Hip Hop” da cidade. Nessa manchete foi destacada uma entrevista com o Sargento Guerra, que ressaltou a importância do Hip Hop na vida de muitos jovens de áreas de periferia, principalmente de origem negra. Esse sargento, juntamente com alguns jovens moradores da zona oeste da cidade, vinham organizando a divulgação do Hip Hop pela cidade, através de apresentações de dança em diversos locais, sendo esse sargento o empresário desses jovens artistas. Na gestão Mauro Bragato, apareceu um artigo enfatizando que as “noites de domingo dividem opiniões na Cohab”, (O IMPARCIAL, 21/07/1998, p.5, Caderno B). Tal artigo se referiu à grande aglomeração de pessoas no entorno de alguns bares e lanchonetes na principal avenida do bairro, alvo de reclamações por parte de alguns moradores, devido a grande intensidade do som proporcionada pela aparelhagem utilizada nos carros estacionados no entorno desses bares e lanchonetes na avenida.

Na segunda gestão Agripino Lima também foi apresentado apenas um artigo, escrito por Alexandre Garcia intitulado “lazer, consumo e prazer”. Nesse artigo, o colunista apresentou uma discussão que relaciona essas três idéias, colocando o lazer como algo estritamente direcionado ao rompimento com a rotina do trabalho, o prazer aparecendo como algo possível de ser verificado em qualquer ambiente, e por fim, o consumo como algo mais amplo que tende a direcionar em muitos casos as possibilidades dos indivíduos usufruírem momentos de prazer e/ ou lazer.

Já na gestão Paulo Constantino, verificou-se a presença de um número maior de manchetes enquadradas como “demais artigos”, sendo cinco ao todo. Uma diz respeito à opinião bastante favorável de uma moradora a respeito do programa “Domingo no Parque”. Outra foi um artigo escrito por uma professora dando destaque à importância do lazer na vida das pessoas, enfatizando que “o lazer não é brincadeira”. Tivemos uma

manchete referindo-se ao papel exercido por uma lanchonete como responsável por trazer animação a uma determinada área da cidade.

Foi levantada também, uma manchete a respeito da instalação de um número considerável de casas populares na cidade. Mesmo essa última não apresentando uma relação com algum tipo de prática de lazer, o destaque a nosso ver deve-se acima de tudo, ao fato de que esses novos conjuntos habitacionais são instalados num momento que compreende uma considerável expansão da malha urbana da cidade e, conseqüentemente, observa-se a maior necessidade da disposição de equipamentos e espaços de lazer pela cidade.

Por último, resolvemos enfatizar uma manchete apresentada pelo jornal destacando o papel exercido pela Secretaria de Esportes no âmbito local, verificando-se a seguinte afirmação: “Com a Amepp o esporte cumpre sua função social”, levantando uma série de obras e ações realizadas pela respectiva Secretaria. (O IMPARCIAL, 24/03/1991, p.05, Caderno C). Nesse momento, o destaque foi dado a todas as ações e obras ligadas às Secretarias de Esportes e Obras Públicas municipais, sendo possível constatar uma relação bastante íntima entre o jornal e essa gestão ao ressaltar a ‘função social’ presente nessas obras, algo que não é verificado em outras gestões marcadas pela instalação de outras obras voltadas para a área do lazer.

Isso nos faz refletir sobre a forte ligação estabelecida entre o jornal e a referida gestão municipal, sendo possível constatar que o jornal nesse momento exercia o papel de “porta voz” das ações da Prefeitura Municipal.

Através dessas linhas do tempo, tornou-se possível verificar com maior clareza a quantidade de notícias veiculadas pelo jornal referentes a essas diferentes gestões municipais.

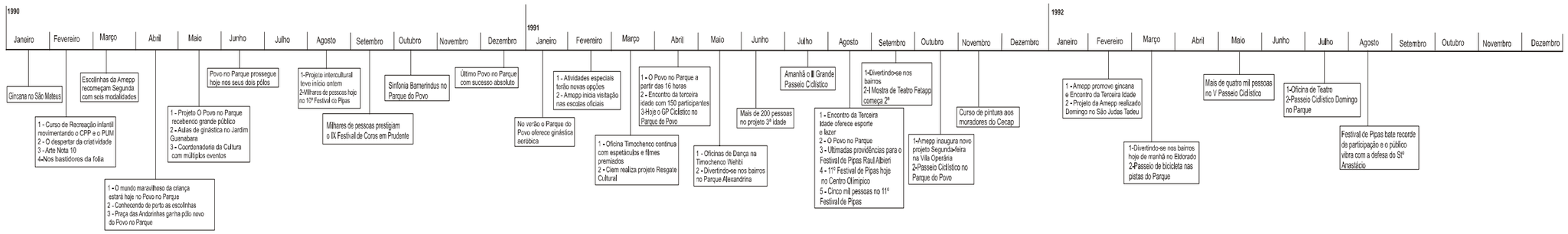
No período Paulo Constantino, observa-se a representativa quantidade de programas e eventos concentrada nos três anos levantados de sua gestão, de 1990 a 1992, com destaque para 1991. Quando nos referimos às áreas e equipamentos, verifica-se uma concentração das ocorrências nos anos de 1990 e 1991. Já com relação às reivindicações e carências constatadas, percebe-se a presença de apenas duas ocorrências no ano de 1990.

Na primeira gestão Agripino Lima, nota-se a presença de uma quantidade não muito representativa de programas e eventos, sendo bem distribuída a presença desses no decorrer dos anos de 1993 a 1996. As ocorrências referentes às áreas e equipamentos aparecem de forma mais concentrada no ano de 1994, com exceção de ocorrências esporádicas em outros anos. Com relação às reivindicações e carências, observa-se a presença dessas de forma dispersa no decorrer de três anos, de 1993 a 1995.

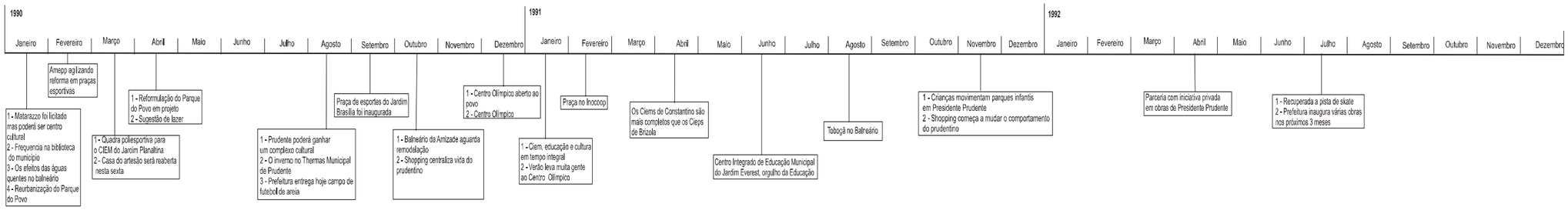
Na gestão Mauro Bragato, constatamos a presença de uma grande quantidade de programas e eventos durante os quatro anos de seu governo, havendo grande concentração dessas ocorrências em todos os anos de sua gestão. Tornando-se perceptível conforme já destacamos, que essa é a gestão representada com a maior quantidade de programas e eventos relacionados à prática do lazer. As ocorrências referentes às áreas e equipamentos aparecem em pequeno número em 1997 e 1999. Observa-se ainda, a presença de pouquíssimas ocorrências relacionadas a reivindicações e carências ligadas ao lazer, apresentadas no ano de 1997.

Na segunda gestão Agripino Lima, verifica-se a presença de programas e eventos concentrados mais especificamente entre 2001 e 2003. A presença de notícias sobre as áreas e equipamentos de lazer aparece com grande relevância nessa gestão, sobretudo concentradas no ano de 2002, sendo possível constatar ainda ocorrências nos outros anos. Com relação às reivindicações e carências, detectamos a presença de três reivindicações no ano de 2003.

PROGRAMAS E EVENTOS



ÁREAS E EQUIPAMENTOS

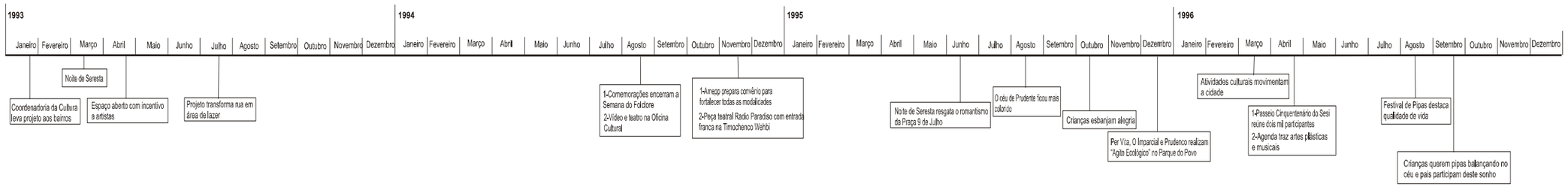


REIVINDICAÇÕES E CARÊNCIAS CONSTATADAS

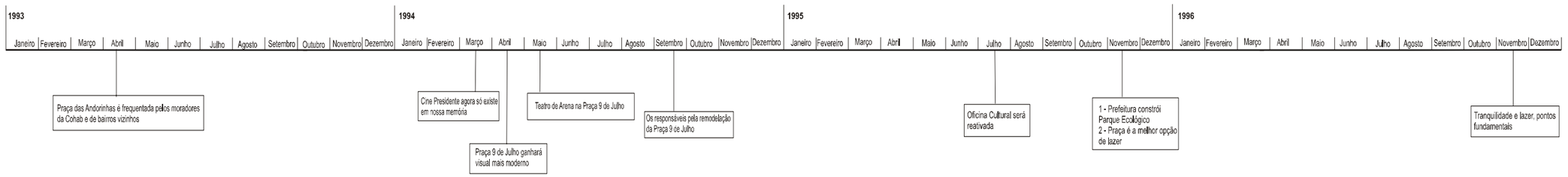
LINHAS DO TEMPO (GESTÃO PAULO CONSTANTINO/ 1989 - 1992)

Fonte:	Organiz.	Apoio:
Jornal -O IMPARCIAL-Presidente Prudente	Fabrício da Mata Lucas	FAPESP

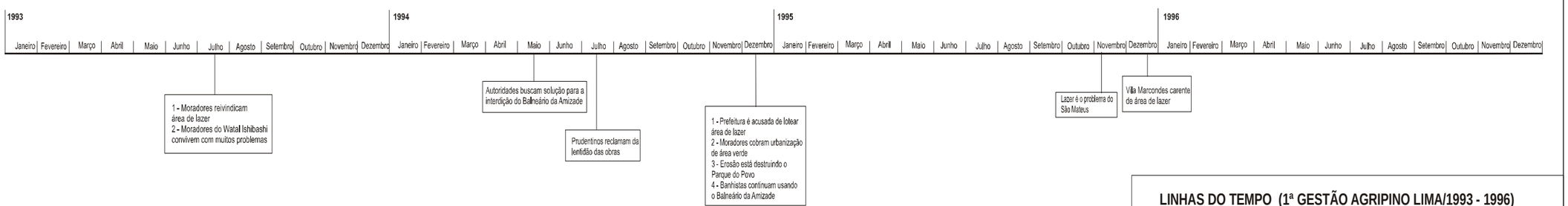
PROGRAMAS E EVENTOS



ÁREAS E EQUIPAMENTOS



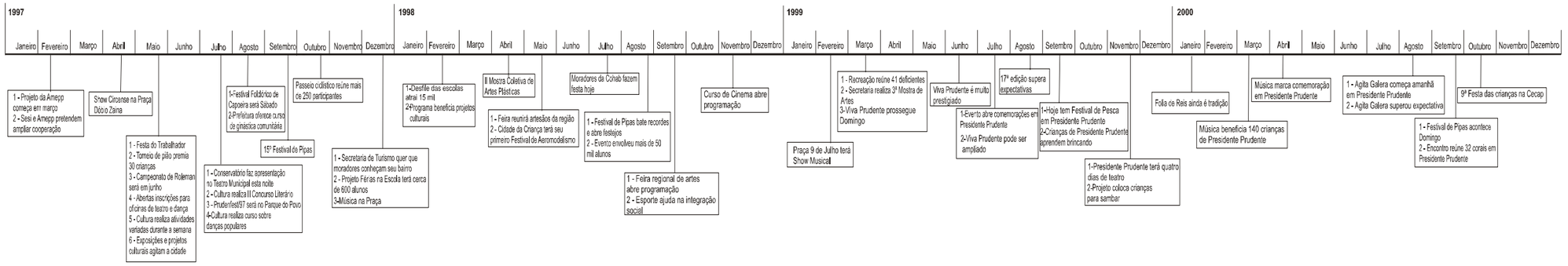
REIVINDICAÇÕES E CARÊNCIAS CONSTATADAS



LINHAS DO TEMPO (1ª GESTÃO AGRIPINO LIMA/1993 - 1996)

Fonte:	Organiz.	Apoio:
Jornal -O IMPARCIAL-Presidente Prudente	Fabrício da Mata Lucas	FAPESP

PROGRAMAS E EVENTOS



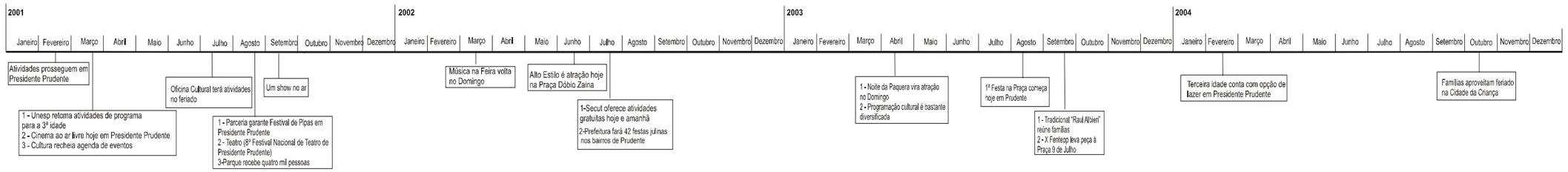
ÁREAS E EQUIPAMENTOS

REIVINDICAÇÕES E CARÊNCIAS CONSTATADAS

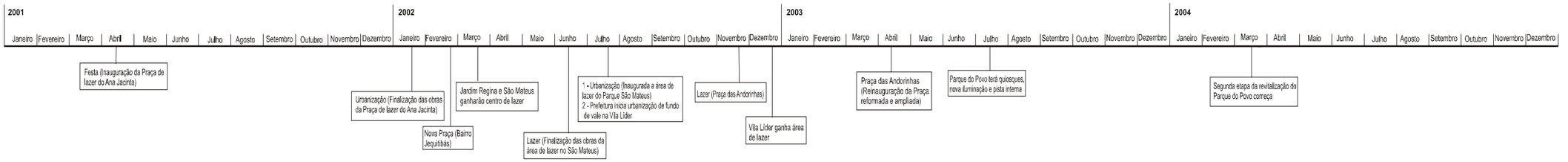
LINHAS DO TEMPO (GESTÃO MAURO BRAGATO/ 1997 - 2000)

Fonte:	Organiz.	Apoio:
Jornal -O IMPARCIAL-Presidente Prudente	Fabrício da Mata Lucas	FAPESP

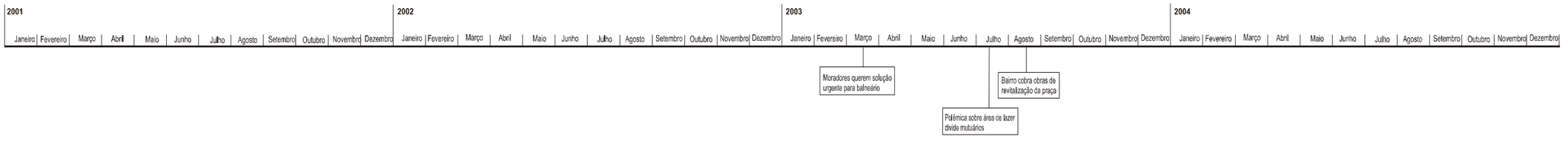
PROGRAMAS E EVENTOS



ÁREAS E EQUIPAMENTOS



REIVINDICAÇÕES E CARÊNCIAS CONSTATADAS



LINHAS DO TEMPO (2ª GESTÃO AGRIPINO LIMA/ 2001-2004)

Fonte:	Organiz.	Apoio:
Jornal -O IMPARCIAL-Presidente Prudente	Fabrício da Mata Lucas	FAPESP

3.2 - Considerações acerca das políticas de lazer apresentadas em cada gestão municipal

Tivemos até aqui, um panorama nesses quinze anos das notícias veiculadas no jornal. A partir disso, tornou-se possível refletirmos a respeito da constituição de algumas políticas voltadas para a área do lazer presentes nas agendas das respectivas gestões que comandaram o município. Para isso, é de grande relevância a tentativa de traçar possíveis identificações e divergências entre essas gestões, a fim de entender como cada uma priorizou sua agenda de lazer, de acordo com as informações trazidas pelo jornal.

Com base nesses artigos, percebe-se então um duelo de forças no âmbito local estabelecido na década de 1990, forças estas representando de um lado um grupo conduzido pelo ex-prefeito Paulo Constantino e, de outro lado, um grupo que esteve e ainda está no poder liderado pelo atual prefeito Agripino Lima.

De acordo com o que foi apresentado pelo jornal “O Imparcial”, tornou-se possível identificar sua maior aproximação com a gestão de Paulo Constantino.

Empreendimentos realizados na gestão Paulo Constantino, como a construção dos CIEMS (Centros Integrados de Educação Municipal), o papel exercido pela Secretaria de Esportes (Amepp) e demais programas que receberam grande relevância como o “Povo no Parque” ou o “Divertindo-se nos bairros”, foram algumas das atividades destacadas em forma de manchetes, evidenciando uma intensa relação do jornal com a referida gestão, sobretudo quando foi enfatizada a “função social” existente nessas ações. Ao salientarmos isso, não estamos apenas nos referindo ao número absoluto de ocorrências das manchetes levantadas no jornal, mas sim à forma como essas manchetes foram apresentadas, sendo possível verificar um tratamento mais próximo e uma maior ênfase por parte desse jornal com relação às ações dessa gestão municipal.

Na gestão Agripino Lima, embora tenha ficado evidente a presença de um número consideravelmente menor de ocorrências enquadradas ou próximas de algum tipo de prática de lazer, é pertinente lembrar que em sua segunda gestão é apresentado um tipo de política específica voltada para a instalação de “praças esportivas” em áreas de fundo de vale em vários pontos da cidade.

Podemos dizer num âmbito geral que esse tipo de política vem sendo uma das marcas da gestão Agripino Lima a partir do ano de 2001, pois muitas dessas ações atendem a certas reivindicações e carências destacadas pelo jornal em período anterior

correspondente a uma gestão comandada por esse mesmo prefeito. Essa considerável instalação de praças esportivas nos diversos pontos da cidade atende acima de tudo a bairros habitados por uma população mais pauperizada e mais desprovida de equipamentos urbanos. Essa política segue a influência da (re) urbanização do Parque do Povo que se torna alvo de grande interesse paisagístico nesse período, passando por constantes reformas e transformando-se numa espécie de vitrine e cartão postal para a cidade[10].

Ao analisar as reformas realizadas nessa área, Miño (2004) destaca que tal política "[...] reforça o ideário de uma administração dinâmica realizadora de obras que são apresentadas como exemplos de desenvolvimento, progresso e avanço para a cidade, reforçando a imagem do prefeito como 'tocador de obras'". (MIÑO, 2004, p.83).

Para se referir à urbanização dessas áreas de fundo de vale, o mesmo autor destaca que "a atual administração municipal demonstra uma preocupação especial de se consolidar como uma grande executora de obras na cidade, passando sempre a idéia de 'Prudente, um canteiro de obras'". (MIÑO, 2004, p.84).

Assim, podemos concluir que a instalação de praças esportivas em áreas de fundo de vale constitui a principal política voltada para o lazer presente na gestão Agripino Lima, compreendendo então, a principal agenda de lazer dessa gestão.

Na gestão Paulo Constantino, podemos enfocar a presença de dois programas vinculados à área de recreação. Um deles se destaca mais, no caso o programa "O Povo no Parque", outro também aparece com grande destaque e compreende o programa "Divertindo-se nos bairros", ambos ligados à recreação e contemplados por grandes públicos segundo o jornal.

No período em que Mauro Bragato esteve à frente do poder local não ficou perceptível um tipo de política específica voltada para a área do lazer. Nesse período de uma forma geral, o ponto principal foram os programas e eventos implementados, ficando evidente a presença da Secretaria da Cultura frente a uma programação bem diversificada, sobretudo referente às diversas amostras culturais que foram realizadas.

Como já foi evidenciado em outro momento, o programa "Viva Prudente" aparece mais especificamente no ano de 1999. Podemos associá-lo ao mesmo papel

[10] A instalação do Parque do Povo teve início na década de 1970 com recursos públicos oriundos do governo federal e repassados à prefeitura do então prefeito Walter Lemes Soares (1973-1977). Contribuiu politicamente para a eleição de Paulo Constantino, que eleito adquiriu perante a população a imagem de grande empreendedor. (CALIXTO, 2001). Numa fase mais recente, conforme destacamos acima nessas últimas gestões Agripino Lima, adquire um novo formato cada vez mais moderno e também favorece a imagem desse prefeito que lança uma 'campanha de revitalização dessa área'.

desenvolvido em momento anterior no período Paulo Constantino com os dois principais programas recreativos já destacados nessa outra gestão.

Embora possamos associar de uma forma geral a gestão Mauro Bragato com a gestão Paulo Constantino, sobretudo através da presença das manchetes e artigos que enfatizam a prática do lazer, existe um apontamento feito por Spósito (1997) diferenciando e qualificando a presença da gestão Mauro bragato como sendo um novo período da política local.

Para Spósito (1997):

> O revezamento do poder entre diferentes agentes econômicos, ligados às mais diversas associações de classes ou de grupos, só vai sofrer mudança em sua base de sustentação com a eleição do prefeito em 1996, (Mauro Bragato) cuja coligação, pela primeira vez na história de Presidente Prudente, apresenta uma plataforma baseada em estudos da realidade da cidade, cujas formas de atuação levam em conta o papel do cidadão. (SPÓSITO, 1997, p.25).

Se o período correspondente a essa gestão foi um marco rompendo a política que vinha sendo estabelecida pelos diferentes grupos hegemônicos até então e, se realmente coloca em pauta o papel do cidadão, não cabe a nós aprofundarmos nesse trabalho, mesmo assim, é importante apontarmos a aproximação realizada nessa gestão com alguns segmentos da sociedade, entre esses a UNESP de Presidente Prudente. Essa aproximação permitiu à prefeitura introduzir em sua pauta alguns estudos acerca da realidade local desenvolvidos por pesquisadores dessa faculdade.

Podemos apresentar como exemplo, a elaboração de um mapa síntese (apresentado no Capítulo 2), o qual destaca as áreas de inclusão/ exclusão social da cidade com base em uma série de indicadores sociais, parceria do LAGHU (Laboratório de Geografia Humana da Unesp) com essa respectiva gestão municipal (gestão Mauro Bragato). Essa experiência de trabalho em conjunto, permitiu "[...] que o poder público divulgasse à sua população os limites e a distribuição espacial das áreas de exclusão social da cidade". (SPÓSITO etal. , 2002, p.98).

Com relação às agendas de lazer apresentadas nesses anos, conforme o destaque do jornal, verifica-se que cada governo procurou enfocar de forma diferenciada essa questão, ora direcionando mais atenção aos programas e eventos e mais recentemente à instalação de praças esportivas em fundos de vale.

Podemos destacar de uma forma geral que diferentes políticas foram priorizadas por cada gestão, recebendo a devida importância nesses quinze anos. Não fica

claro a existência de um eixo norteador e articulador dessas políticas, pois observa-se em cada período a presença de diferentes aspirações envolvidas e, conforme iremos demonstrar posteriormente, as ações realizadas pelo poder público nem sempre contemplam plenamente as populações de baixa renda que mais necessitam dessas políticas direcionadas ao lazer. Observa-se muitas vezes a falta de manutenção das áreas destinadas a tal uso e também a falta de um eixo programático e itinerante que passe pelos bairros e ressalte os reais anseios da população no que diz respeito ao lazer.

A seguir, abordaremos no próximo capítulo como vem sendo estruturada essa atual política voltada para a área do lazer na cidade, tendo em vista a implantação de diversas áreas de lazer em fundos de vale localizados principalmente nas periferias que possuem população com renda baixa a média baixa sujeitas à exclusão social.

CAPÍTULO 4 - O LAZER NA CIDADE: UMA VISÃO GERAL A RESPEITO DAS ATUAIS POLÍTICAS DE LAZER

Neste capítulo, direcionamos nossa atenção para identificar as principais políticas de lazer que vem sendo estabelecidas atualmente em Presidente Prudente, enfocando exclusivamente o "padrão" implantado de urbanização de fundos de vale.

Tendo em vista a política de lazer estabelecida nos últimos anos, a qual compreende a implementação de um conjunto de praças dotadas de equipamentos de lazer na malha urbana de Presidente Prudente, partimos para a escolha das áreas selecionadas para a aplicação do questionário. Escolhemos quatro áreas de fundo de vale que foram urbanizadas, transformando-se em praças dotadas de equipamentos de lazer. Isso foi possível a partir de várias informações levantadas empiricamente e mapeadas no decorrer da pesquisa.

4.1 - As principais políticas e ações voltadas para o lazer

No mapa apresentado a seguir (**Mapa 4**), elaborado no ano de 2003, plotamos os espaços e equipamentos de lazer nas áreas consideradas de inclusão/ exclusão social. Com base nesse mapa, foi possível observar que há uma nítida concentração desses espaços e equipamentos nas áreas centrais da cidade, sobretudo dos equipamentos culturais, sendo muitos deles ligados à Secretaria de Cultura. Esses se encontram dispostos em um círculo que engloba poucos bairros, ressaltando principalmente as áreas centro e centro – oeste da cidade. Nessa primeira área podemos destacar a presença do Teatro Municipal, do Parque de Uso Múltiplo (PUM), da Biblioteca Municipal se estendendo até a Faculdade Toledo e ao SESI. Na segunda área, que corresponde à faixa centro – oeste da cidade se destaca a presença da UNESP, do SENAC, das Termas Municipais, da Casa do Médico e da Faculdade UNOESTE. Em alguns desses espaços e equipamentos mencionados, apesar de não haver o subsídio direto do poder público municipal, constata-se a presença de programas abertos à comunidade desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura.

No que se refere aos espaços e equipamentos esportivos, percebe-se que esses se encontram um pouco mais disseminados pela cidade, se estendendo em direção a

alguns pontos mais dispersos da malha urbana, contemplando algumas áreas de periferia. Nota-se nesse momento que os equipamentos públicos de lazer mais presentes na cidade são os campos de futebol, sendo possível detectar esses equipamentos como predominantes e praticamente os únicos a contemplar a maior parte das áreas periféricas da cidade.

A cidade de Presidente Prudente (no momento desse levantamento) não apresentava uma boa oferta de equipamentos públicos de lazer para atender a população em geral. Conforme fica evidente no mapa 4, observa-se que a distribuição dos equipamentos existentes se concentra nas áreas mais centrais da cidade, contrastando com os setores que apresentam um grau mais elevado de exclusão, já que esses setores compreendem as áreas de maior carência social e, por sua vez, são aquelas que mais necessitam de equipamentos públicos de lazer. É possível identificar que as áreas mais excluídas do ponto de vista sócio-espacial e econômico, coincidem com aquelas com baixa oferta de equipamentos de lazer, sendo que as áreas mais carentes da cidade correspondem às zonas leste e norte. Essas duas grandes áreas são contempladas por alguns campos de futebol, um ramal de biblioteca na Vila Operária, um teatro de arena na Vila Furquim, pelo SESI, pela Instituição Toledo de Ensino e por algumas áreas verdes que vêm sendo urbanizadas com o intuito de contemplar equipamentos de lazer. (LUCAS, 2003, p.31 - 2). Nesse mapa ainda se encontram presentes, a localização dos dois shopping centers da cidade.

No decorrer da pesquisa de Mestrado, elaboramos um novo mapa (**Mapa 5**), produzido a partir das informações coletadas entre os anos de 2004 e 2006. No que diz respeito à disposição dos equipamentos de lazer, não procuramos dividi-los em equipamentos culturais e esportivos conforme o mapa anterior, porque concluímos que ambos são resultado de uma política comum efetivada sob o comando do mesmo prefeito e que teve à sua frente o papel da Secretaria de Obras como responsável pela implantação.

Tal política faz parte dessa nova agenda da prefeitura nesses anos mais recentes, que coloca a urbanização de fundos de vale como uma das principais marcas do governo e, por conseqüência, como a principal política voltada para o lazer na cidade. Nesse sentido é que adotamos nesse novo mapa o seguinte título: “Praças esportivas em áreas de fundo de vale”.

Percebe-se que a implantação dessas praças foi resultado da ação da Secretaria de Obras e compreende uma política articulada com a ação das duas Secretarias citadas anteriormente, a de Esportes e de Cultura. Possui em sua base, a implantação de determinados equipamentos vistos como “padrão” e presentes em quase todas as novas

praças, recebendo ainda influência do principal espaço público de lazer da cidade, instalado nas mesmas condições que compreende o Parque do Povo.

Esse segundo mapa se diferencia um pouco do primeiro se considerarmos a não disposição dos atuais equipamentos culturais e esportivos ligados às respectivas Secretarias Municipais. No entanto, observa-se que a prefeitura se mantém sob o comando da mesma gestão municipal desde o ano de 2001. Com base nisso, observamos a permanência de programas e equipamentos já mencionados no mapa anterior.

Fica claro nesse segundo momento que houve uma considerável disseminação de praças dotadas principalmente de equipamentos esportivos em diversas áreas de fundo de vale, sobretudo na periferia, compreendendo acima de tudo as áreas mais sujeitas à exclusão social.

Uma área da cidade significativamente contemplada por esses equipamentos corresponde à zona leste. Situação muito diferente em 2003, quando tínhamos a presença de pouquíssimas áreas dotadas de equipamentos esportivos voltados para o lazer, eram principalmente as praças do Jardim Brasília e da Vila Iti, além das praças da Vila Líder e Stª. Mônica recém inauguradas. No mapa atual, constatamos a presença de cerca de dez novas áreas de fundo de vale urbanizadas e dotadas de equipamentos de lazer, além das praças já existentes que passaram por reforma, sendo esse um dos fatores mais considerados para justificar a escolha de duas das áreas de nossa investigação empírica na zona leste de Presidente Prudente. (Praça de lazer da Vila Líder, que se encontra entre as Vilas Líder e Planaltina e, a Praça de lazer da Vila Brasil, a qual se encontra entre as Vilas Brasil e Iti).

O mesmo ocorreu com outra área da cidade composta por setores com alto grau de exclusão social, a zona norte. Nesse local, tínhamos a presença de praticamente uma única área que na verdade corresponde a um campo de futebol no bairro Brasil Novo, havendo em seguida a instalação de uma praça de lazer na Vila Angélica. Atualmente, verifica-se a implementação de seis novas praças dotadas desses equipamentos nessa área da cidade.

Portanto, percebe-se que essa política que vem implementando novas praças esportivas obedece a um “padrão”, disseminando os mesmos equipamentos esportivos em quase todas as áreas de fundo de vale urbanizadas. Esse novo “padrão” rompe com o anterior verificado nas praças esportivas, cuja maioria delas, eram compostas basicamente por campos de futebol. Nas mais recentes, verifica-se a expansão de uma quantidade variada de equipamentos, como quadras de cimento ou areia, parques infantis, quiosques, ou ainda as pistas de skate e de caminhada. (**Mapas nas páginas seguintes**).

MAPA 4 - Presidente Prudente -
Localização das áreas de Exclusão/ inclusão social e dos equipamentos de lazer e de cultura em 2003

CEMESPP
CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

Síntese dos indicadores

Inclusão Social	(67)
Baixa Exclusão Social	(104)
Média Exclusão Social	(56)
Alta Exclusão Social	(7)

Equipamentos Culturais

Equipamentos de Esporte

Shopping Centers

FONTE DE DADOS:
CEMESPP
Prefeitura Municipal de Presidente Prudente
e Fabrício da Mata Lucas

Organizador:
Fabrício da Mata Lucas

Apoio:
FAPESP

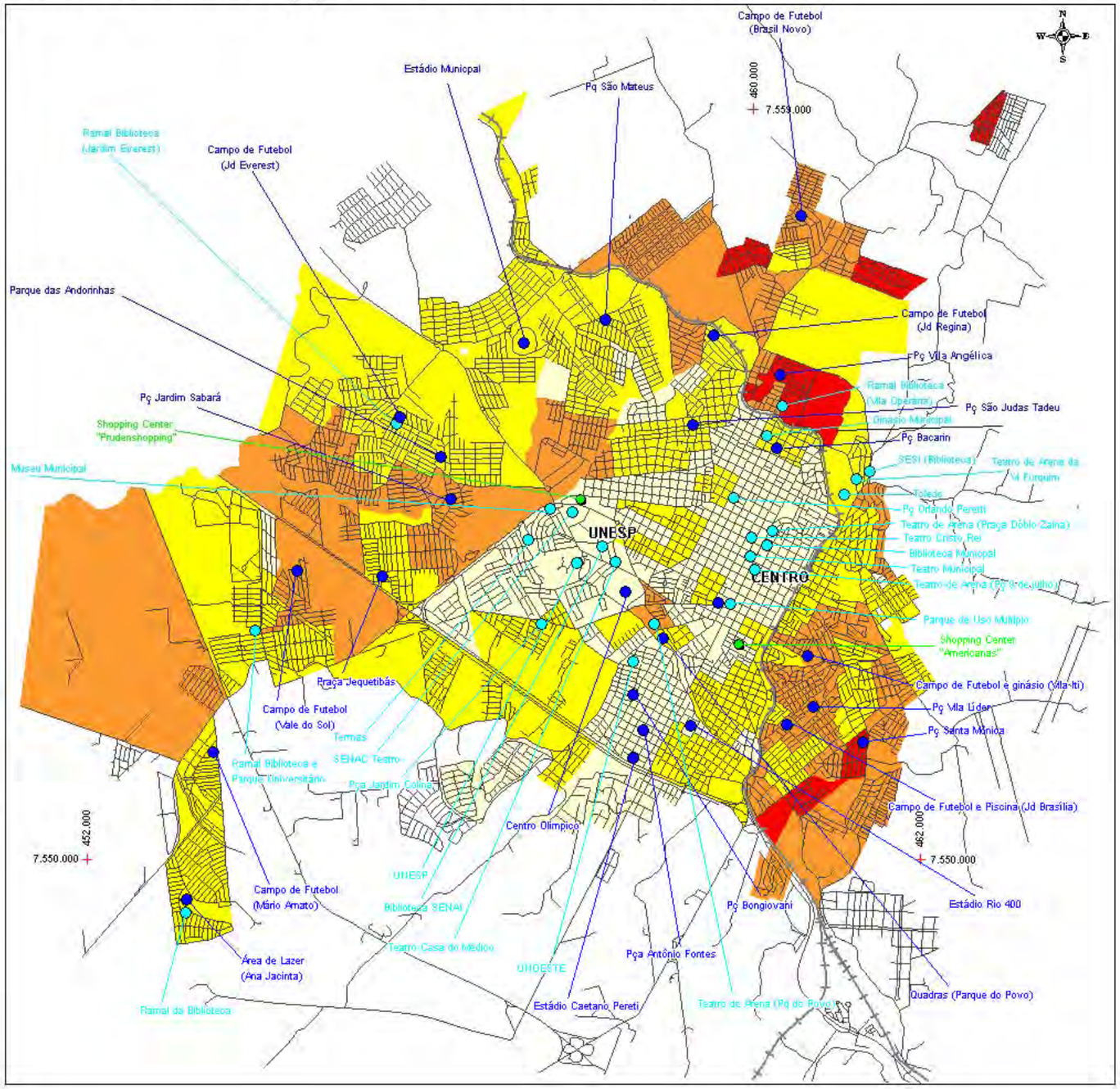
ANO: 2003

Escala Numérica: 1 : 50 000

Escala Gráfica

500 0 500 1000 1500 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



MAPA 5- Presidente Prudente -
Localização das áreas de Exclusão/ inclusão social e praças esportivas de lazer em 2006

CEMESPP
CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

Síntese dos indicadores

- Inclusão Social (67)
- Baixa Exclusão Social (104)
- Média Exclusão Social (56)
- Alta Exclusão Social (7)

Praças Esportivas em Áreas de Fundo de Vale (Implantadas a partir de 2004)

Praças Reformadas

FONTE DE DADOS:
CEMESPP
Prefeitura Municipal de Presidente Prudente
e Fabrício da Mata Lucas

Organizador:
Fabrício da Mata Lucas

Apoio:
FAPESP e CEMESPP

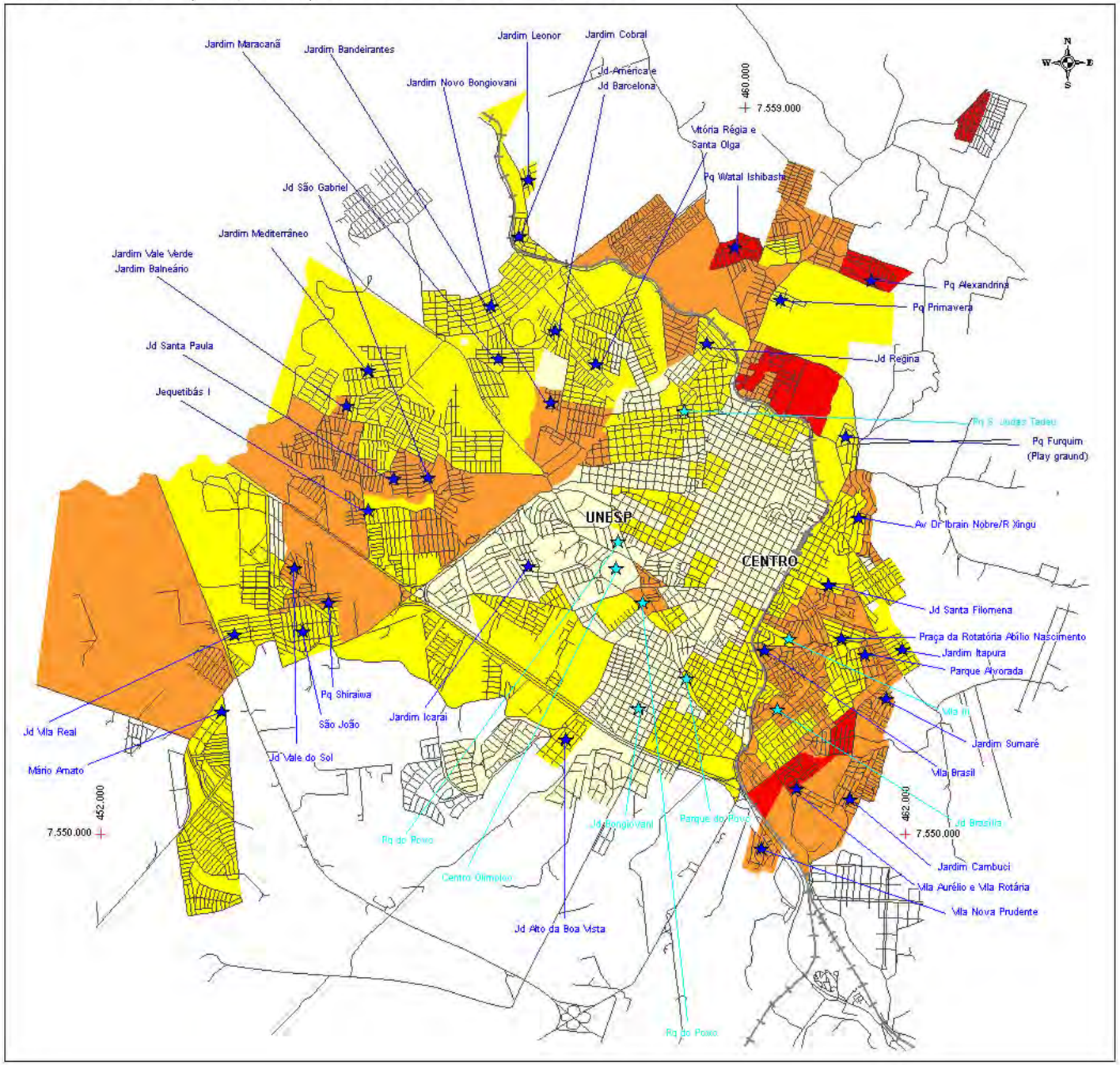
ANO: 2006

Escala Numérica: 1 : 50 000

Escala Gráfica

500 0 500 1000 1500 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Com o intuito de verificar a presença dessas novas áreas de lazer, bem como a composição dos equipamentos presentes em cada uma delas, realizamos um levantamento na cidade visitando mais de quarenta praças instaladas e/ ou reformadas nesses últimos anos, a maioria delas em áreas de fundo de vale.

A maior e mais bem aparelhada dessas praças passou por recente reforma e compreende o já citado 'Parque do Povo'[11]. Com uma extensão de aproximadamente 3 km, possui um amplo conjunto de equipamentos disponibilizados no decorrer dessa extensão. Apresentamos agora o número de equipamentos presentes nessa área, são eles: (Pista de caminhada envolvendo toda sua extensão, pista de ciclismo, barras de musculação, playground ou parques infantis em diferentes pontos, quadra de areia, teatro de arena, banheiros públicos, dois campos de futebol society, duas quadras de cimento e ainda existe a presença do Centro Olímpico, que compreende uma área dotada com um conjunto de piscinas, pista para ciclismo, quadra de bocha e onde se encontra a sede da Secretaria Municipal de Esportes).

Com relação aos outros locais visitados, não pretendemos nos desdobrar muito na descrição, mas destacamos uma listagem com o nome e o número de equipamentos presentes em cada um para em seguida tecer alguns comentários a respeito.

[11] Uma planta urbana trazendo à tona a localização dessa área será apresentada no final do capítulo.

Quadro 2 - Praças de lazer implantadas e/ ou reformadas a partir de 2001

Praças:	Equipamentos presentes:
1 - Vila Nova Prudente	Parque infantil
2 - Jardim Cambuci	Campo de futebol de areia, parque infantil (ao lado de escola)
3 - Jardim Sumaré	Campo de areia, quadra de areia, parque infantil, quiosque
4 - Parque Alvorada	Campo de areia, pista de skate, parque infantil
5 - Rotatória Abílio Nascimento	Campo de areia, parque infantil, quadra de areia
6 - Vila Brasil	2 quadras de areia, 2 parques infantis, pista de skate, campo de areia, quiosque
7 -Jardim Stª. Filomena	Parque infantil, pista de skate, 2 campos de areia, mini-campo de areia
8 - Jardim Itapura	Parque infantil, campo de areia, quadra de bocha, quiosque
9 – Av. Ibrain Nobre/ Xingu	Parque infantil
10 - Parque Furquim	Quadra de areia, parque infantil, teatro de arena
11 - Parque Primavera	Campo de futebol, parque infantil, quadra
12 - Parque Alexandrina	Pista de skate, campo de futebol, 2 quadras de areia, parque infantil, quadra de bocha, quiosque
13 - Parque Watal Ishibashi	2 quadras de areia, pista de skate, campo de futebol, parque infantil, campo de malha, quiosque
14 - Jardim Humberto Salvador	2 quadras de areia, 2 parques infantis, campo de areia
15 - Jardim Cobral	Parque infantil, campo de areia
16 - Jardim Leonor	Parque infantil
17 - Jardim Novo Bongiovanni	Quadra de areia, campo de areia, parque infantil
18 – Jd América e Barcelona	Campo de areia, 2 quadras de areia, parque infantil
19 - Jd. Santa Olga e Vitória Régia	Quadra de areia, parque infantil
20 - Jardim Regina	Parque infantil, quadra de areia, campo de malha, campo de futebol, pista de skate
21 - Parque Bandeirantes	Campo de areia, quadra de areia, parque infantil, quiosque
22 - Jardim Maracanã	Campo de areia, parque infantil, quiosque
23 - Jardim Stª. Paula	2 quadras de areia, parque infantil, quiosque, barras
24 - Jardim Vale Verde	2 quadras de areia, teatro de arena, pista de skate, campo de futebol, 2 quiosques, quadra de cimento, parque infantil, pista de caminhada, banheiro, campo de malha desativado
25 - Jardim Mediterrâneo	2 quadras de areia, pista de skate, parque infantil, quiosque
26 - Jardim Vale do Sol	2 quadras de areia, parque infantil, pista de skate, quiosque
27 - Jardim Shiraiwa	2 quadras de areia, parque infantil, quiosque

28 - Jardim Vila Real	Quadra de areia, parque infantil, quiosque
29 - Conjunto Habitacional Mário Amato	Parque infantil, 2 quiosques, 2 quadras de areia, pista de skate, campo de futebol, banheiro, quadra de cimento
30 - São João	Parque infantil, quadra de areia
31 - Jardim Alto da Boa Vista	Campo de futebol, mini-campo gramado, parque infantil, quiosque, quadra de areia
32 - Jardim Icaraí	Campo de areia, quadra de areia, barras, parque infantil quiosque
33 - Jardim Bongiovanni	2 quiosques, barras, parque infantil
34 - Jardim Jequitibás I e II	Parque infantil, quadra de cimento, campo de futebol, quiosque, banheiro
35 - Jardim Sabará	Parque infantil, quadra de areia, campo de areia, pista de skate, 2 quiosques, barras
36 - Parque São Judas Tadeu	2 parques infantis, quadra de cimento, pista de skate, quiosque
37 - Parque São Mateus	3 parques infantis, 2 quadras de areia, quadra de cimento, campo de areia, banheiro, quiosques, fonte
38 - Vila Angélica	2 campos de areia, quadra de areia, parque infantil, banheiro
40 - Vila Iti	Ginásio, campo de futebol, parque infantil, campo de areia
41 - Vila Líder	3 parques infantis, 2 quadras de cimento, pista de skate, campo de várzea, campo de futebol, pista de caminhada, 2 banheiros, quiosque
42 - Stª. Mônica	Campo de areia, quadra de areia, quadra de cimento, teatro de arena, parque infantil
43 - São Gabriel	*
44 - Vila Aurélio e Rotária	*
45 - Jardim Brasília	Campo de futebol, piscina
46 - Conjunto Habitacional Ana Jacinta	2 quadras de areia, 2 quadras de cimento, pista de skate, 2 banheiros, parque infantil, pista de caminhada, barras
47 - Parque das Andorinhas (COHAB/CECAP)	2 quadras de cimento, 2 quadras de bocha, pista de caminhada, parque infantil, quiosque com lanchonete

* praças não localizadas

Fonte: Trabalho de campo (agosto/ 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Essa é uma listagem do conjunto de praças instaladas e/ ou reformadas geralmente em áreas de fundo de vale que contemplam uma série de equipamentos voltados para a prática do lazer, sendo esses essencialmente esportivos. Essa listagem corresponde a uma atualização feita pela atual Prefeitura Municipal por meio de sua Secretaria de Obras em 23/01/2006. Portanto, são inclusas nesse quadro tanto as novas praças de lazer com obras iniciadas no decorrer de 2001, onde um conjunto representativo delas foram implantadas a partir de 2004, mas também são contempladas outras praças mais antigas que nos últimos anos receberam algum tipo de reforma, ou a instalação de novos equipamentos[12].

De uma forma geral, o que se observa é a predominância nas praças de Presidente Prudente de um conjunto de equipamentos esportivos, sendo bastante ínfima a presença de outros tipos de equipamentos culturais voltados para atividades coletivas, como teatro, música, dentre outras atividades. As quadras de areia, os parques infantis e os quiosques representam alguns dos equipamentos mais presentes nas áreas (praças) de lazer da cidade de Presidente Prudente.

Outro aspecto de grande relevância que merece ser analisado a respeito dessas praças refere-se à presença de áreas verdes. Se a implantação de praças não deveria vir desacompanhada de vegetação arbórea que possa propiciar um maior conforto térmico durante os momentos de lazer, observa-se nas praças de Presidente Prudente a predominância de extensas faixas compostas por ‘gramados’, sendo possível constatar ainda a presença de outras espécies de maior porte, que ora aparecem de forma bastante reduzida em algumas praças, ora de forma mais presente em outras.

Ao se pensar na instalação dessas praças de lazer do ponto de vista dos impactos que são gerados no ambiente, nos reportamos a alguns trabalhos que podem apoiar nossa discussão[13].

A implantação de novos loteamentos na cidade nem sempre tem obedecido aos critérios mais adequados estabelecidos nas legislações urbana e ambiental, seja no nível, federal, estadual ou municipal. Isso reflete diretamente na instalação das novas praças de lazer, pois como temos destacado até agora, a ampla maioria dessas praças está sendo instalada em áreas de fundo de vale, passando por um processo de urbanização que (re) qualifica o uso desses espaços.

---

[12] Esse levantamento não contemplou algumas novas praças dotadas desses equipamentos instaladas nos distritos de Presidente Prudente, como em Ameliópolis, Eneida e Floreta do Sul. Também não foi feita menção a uma importante área localizada fora da malha urbana da cidade que passou por um conjunto de reformas e oferece uma série de equipamentos voltados para a prática do lazer, conhecida como “Cidade da Criança”.

[13] Cf. Ikuta 2003 e Amorim 2001.

Ao pensar nessas áreas podemos destacar, fundamentalmente, conforme já apontamos, a importância de gerar um novo uso, pois ambas se encontravam na maior parte das vezes degradadas, sendo marcadas pela deposição e acúmulo de diversos tipos de resíduos. Pensando assim, torna-se possível levantar a importância desse novo uso através da instalação de equipamentos de lazer, propiciando sem dúvida, ao menos paisagisticamente num primeiro momento, melhorias no âmbito das opções de lazer das pessoas que habitam essas áreas de periferia.

Mesmo assim, não devemos deixar de ressaltar, conforme Amorim (2001) aponta, que segundo a lei municipal que regula a instalação de loteamentos urbanos, as áreas que deveriam ser destinadas para a formação de "sistemas de lazer" não poderiam ser as topograficamente menos privilegiadas no loteamento, não cabendo a ocupação das áreas de fundo de vale.

A autora destaca que:

> Segundo a lei 2110/80, que dispõe sobre o loteamento urbano do município de Presidente Prudente, no artigo 6º, inciso V, todas as áreas destinadas a sistemas de lazer e a usos institucionais deverão ocupar posições de topografia privilegiada no loteamento, não podendo, de forma alguma, ocupar fundo de vale ou área de superfície erodida. (AMORIM, 2001, p. 42).

No entanto, sabe-se que as principais áreas alvo de interferências do poder público no sentido de direcionar sistemas e equipamentos de lazer correspondem justamente a essas áreas de terrenos mais íngremes e próximas de mananciais e fundos de vale.

Segundo a Lei Complementar Nº 031/ 96, a qual institui o Zoneamento de uso e ocupação do solo da área urbana do município de Presidente Prudente, o artigo 18 apresenta as Zonas de Preservação e Proteção Ambiental (ZPPA), definindo da seguinte forma o uso e a ocupação dessas:

> Art. 18 - As Zonas de Preservação e Proteção Ambiental - ZPPA destinam-se exclusivamente a preservação e proteção de mananciais, fundos de vales, nascentes, córregos, ribeirões e matas, quaisquer obras nestas zonas, restringem-se a correções de escoamento de águas pluviais, saneamento, combate a erosão ou de infra-estrutura, e equipamentos de suporte as atividades de lazer e recreação. (LEI COMPLEMENTAR Nº 031 /96, Art. 18).

Ainda segundo essa Lei, no Art.19 referente às Zonas Especiais (ZE), é possível ressaltar outras atribuições ligadas ao lazer, como por exemplo no Inciso XII, referindo-se à "zona especial de recreação e lazer".

Tendo em vista essa Lei mais recente, fica atribuída a possibilidade de instalação de infra-estrutura voltada para o lazer nessas áreas de fundo de vale, sendo bastante recorrente essa prática a partir de 2000.

Ikuta (2003) chama a atenção para o pequeno valor dado aos cursos d água na composição desses novos empreendimentos voltados para o lazer, pois,

> [...] os projetos, em grande maioria, não atribuem aos fundos de vale um uso múltiplo, que combine área verde com espelho d água e área de lazer. O que se verifica com freqüência é a canalização aterrada, o que denota que nestes projetos não se concebem os cursos d água como elemento de valorização paisagística. (IKUTA, 2003, p.135).

Percebemos na prática, que com o passar dos anos prevalece a destinação das melhores áreas dos lotes para a comercialização e implantação das edificações. Em contrapartida, as áreas menos valorizadas, que não estão sob o interesse direto do mercado imobiliário e compreendem as proximidades de mananciais e fundos de vale, mantém-se sem uso específico, na maioria das vezes degradadas e suas proximidades ocupadas por populações de baixa renda. Mais recentemente, um grande número dessas áreas vem passando por uma intervenção urbana, consolidando a instalação de um conjunto de praças dotadas de equipamentos de lazer, muito embora, em praticamente todas essas áreas seja dado pouco valor aos cursos d água, prevalecendo a canalização aterrada.

É perceptível a concretização de diversos interesses ao longo dos anos, interesses que estiveram acima de tudo ao lado do grande capital imobiliário, ficando aparente o menor interesse com relação a essas áreas de fundo de vale, pouco valorizadas e sujeitas até a inundações. Tendo em vista esse contexto, percebe-se a atuação do poder público no sentido de direcionar essas áreas, as quais compreendem muitas vezes as nascentes de córregos e geralmente se encontram bastante deterioradas a um tipo de uso voltado para o lazer. Ou seja, essas áreas acabam se tornando locais apropriados para a instalação de equipamentos e sistemas de lazer para atender bairros com população de baixa renda.

Pretendemos deixar claro que, embora originalmente essas áreas de fundos de vale não estivessem direcionadas a receber a instalação de equipamentos de lazer, sendo em seguida apresentadas algumas mudanças nas leis municipais nesse sentido, observa-se atualmente, um tipo de política inspirada numa obra que começava a ser estabelecida na cidade no final da década de 1970 (implantação do Parque do Povo).

Essa obra representa o grande referencial para a implantação de áreas de lazer em fundos de vale na cidade, não cabendo questionar conforme Calixto (2001, p.147) destaca, a instalação dessa obra como importante espaço destinado à prática do lazer, “[...],

mas sim, chamar a atenção para a forma como foi conduzido o processo", pois na visão da autora, a construção desse 'parque' foi muito mais uma forma de valorizar as áreas adjacentes através da implantação de importantes vias de circulação e loteamentos destinados a receber população com maior poder aquisitivo do que necessariamente valorizá-lo como área de lazer.

Essas atuais obras realizadas na maioria das vezes em áreas de fundo vale reforçam nossas considerações realizadas no capítulo anterior, quando nos referimos à importância dada pela atual administração municipal na criação de áreas de lazer em tais locais.

Segundo Miño (2004):

> "O prefeito Agripino Lima tem definido como um dos objetivos de sua administração 'acabar com os fundos de vale', colocando sempre essas obras como prioritárias quando se trata de conseguir recursos externos à prefeitura". (MIÑO, 2004, p.85).

Na visão do autor citado, a implantação desse conjunto de obras ligadas à urbanização dessas áreas de fundo de vale é algo consideravelmente positivo, ao constituir:

> "[...] Um fato muito interessante que os bairros beneficiados são áreas residenciais de população de renda baixa e média - baixa, [...], já que possibilitam áreas para o lazer da população que tem tido, historicamente, menos direito à apropriação de espaços como esses". (MIÑO, 2004, p.85).

Portanto, esses espaços podem ser considerados como obras de extrema importância, tendo em vista as possibilidades que passam a ser ofertadas de se vivenciar o lazer em espaços de acesso livre e gratuito, e ainda próximos de áreas periféricas sujeitas à exclusão. Podendo essas obras, desde que consigam garantir a possibilidade do pleno uso por parte dos usuários, representar um dos possíveis "pilares" no combate à exclusão social.

Ainda que Miño (2004) destaca a relevância de tais obras nessas áreas, não deixa de evidenciar a forte relação clientelista existente no interior do discurso ligado à implementação dessas obras. Na análise realizada por esse autor, são verificados dois momentos reveladores dessa relação clientelista, sendo um primeiro durante as cerimônias de inauguração de algumas praças de lazer, quando "[...] o prefeito apresentava o Secretário de Obras e Serviços Públicos [...] como seu sucessor ou vice para a reeleição, preparando-se para a eleição municipal". (MIÑO, 2004, p.89). Outro momento corresponde, segundo o autor, à própria visão de muitos dos moradores entrevistados, também reforçada pelos meios de comunicação, referindo-se à instalação dessas obras "[...] não [...] como uma função precípua da administração municipal e sim como uma capacidade especial do prefeito para 'resolver' os problemas da população". (MIÑO, 2004, p.89).

Diante das informações apresentadas, concordamos com o autor citado, tanto em relação à importância ligada a instalação dessas praças de lazer, quanto à verificação de práticas clientelistas, algo que ainda hoje é bastante comum em muitas das administrações presentes no cenário da política brasileira.

Essa visão a respeito do atual prefeito como “alguém que faz”, capaz de resolver os problemas e contemplar as necessidades dos moradores é algo extremamente relevante para esse trabalho, tendo em vista o grande conjunto de obras que vem sendo realizadas visando a implantação dessas praças de lazer. Esse discurso dos moradores favorável à atual administração municipal, sobretudo em relação ao incentivo ao lazer, se encontra verificado adiante no presente trabalho.

Essas informações fornecidas até o momento permitiram direcionar nosso enfoque para algumas áreas da cidade, com vistas a verificar os reais anseios dos moradores de algumas áreas periféricas a respeito do lazer conforme se apresenta no próximo Capítulo. A escolha das áreas esteve vinculada à implantação de um grande número de praças de lazer pela cidade, havendo maior destaque para algumas dessas praças com considerável dimensão física inseridas em diferentes bairros com população de renda baixa a média - baixa. O cruzamento de informações obtidas através do acervo jornalístico analisado no Capítulo 3, também nos auxiliou em tal escolha, pois essas informações referem-se ora a uma série de reivindicações feitas pela população por áreas e mais opções de lazer em seus respectivos bairros e, já em outros momentos por algumas iniciativas realizadas pelo poder público no incentivo ao lazer na cidade.

Essas informações coletadas forneceram a base necessária para a produção de dois mapas já mencionados no Capítulo 3, um primeiro (**Mapa 2**) apresentando as reivindicações veiculadas pelo jornal e realizadas pela população de alguns bairros se referindo à falta de lazer, em seguida, um segundo mapa (**Mapa 3**) fazendo menção às iniciativas realizadas pelo poder público no sentido de contemplar algumas áreas com benfeitorias e equipamentos de lazer segundo o jornal.

4.2 - Definindo as áreas estudadas

Para a definição das áreas de estudo, temos como ponto de partida o fato de haver um expressivo aumento do número de praças de lazer em áreas de fundo de vale, sobretudo nas proximidades de bairros mais periféricos com predomínio de populações de renda baixa a média - baixa. Outro fator considerável, diz respeito a essas informações trazidas pelo jornal "O Imparcial" a respeito da falta de opções de lazer em algumas áreas e, em momento posterior destacando a implantação de áreas de lazer.

Nesse sentido, uma área da cidade que merece atenção refere-se à zona leste, principalmente devido ao grande número de praças de lazer implementadas e reformadas. Assim, foram escolhidas duas praças de lazer próximas uma da outra, sendo uma delas mencionada no mapa que ressalta a implantação de várias praças de lazer em período mais recente segundo o jornal, compreendendo à "Praça de lazer da Vila Líder". Outra importante praça instalada nessa área da cidade e próxima dessa praça anterior, diz respeito à "Praça de lazer da Vila Brasil". A escolha dessas duas praças para a análise está ligada fundamentalmente ao grande espaço físico compreendido por cada uma delas, ambas localizadas no entorno de vários bairros densamente povoados, apresentando médio grau de exclusão social (Ver Mapa 1).

Outra praça escolhida encontra-se numa área da cidade que apresenta entre alto e médio grau de exclusão social (Ver Mapa 1), compreendendo as imediações de um bairro localizado na zona norte da cidade, área esta que recebe a instalação de algumas praças de lazer nesses últimos anos, a partir de 2004. Estamos nos referindo à "Praça do Watal Ishibashi", instalada nas imediações do Parque Watal Ishibashi, onde se verificou ainda, uma reivindicação dos moradores cobrando por áreas de lazer no início da década de 1990, constatada no acervo jornalístico levantado.

Uma outra praça de lazer de considerável extensão e levantada nesse trabalho localiza-se na porção sudoeste da cidade. Refere-se às imediações de um bairro populoso (cerca de 15% da população da cidade) que apresenta considerável distância do centro principal de Presidente Prudente. Trata-se do Conjunto Habitacional Ana Jacinta, cujos setores que o compõem, apresentam baixa exclusão social (Ver Mapa 1). Apesar de existir uma elevada distância dessa área com relação ao centro da cidade, reforçando a existência de uma fragmentação da malha urbana, o bairro Ana Jacinta se encontra servido de uma série de

equipamentos urbanos, principalmente ligados aos setores comerciais e de serviços, constituindo-se um sub centro[14].

A praça de lazer desse bairro se encontra evidenciada no mapa que traz à tona as informações fornecidas pelo acervo jornalístico a respeito das praças de lazer instaladas na cidade.

No próximo Capítulo, abordaremos a opinião da população residente no entorno dessas diferentes praças destacadas, considerando-se a "praça do bairro Ana Jacinta" como área 1, a junção das duas praças de lazer da zona leste da cidade, "praça da Vila Brasil" e "praça da Vila Líder" como área 2 e, a "praça do Watal Ishibashi" como área 3.

Segue no final deste capítulo a presença de um mapa que traz a malha urbana da cidade (**Mapa 6**), apresentando a localização do Parque do Povo e das quatro praças de lazer que são alvo de nossa investigação empírica.

[14] Tal local vem se constituindo conforme nos aponta Pereira (2002, p.57) em um dos subcentros presentes na cidade. Essa área da cidade constitui-se um sub centro predominantemente ligado ao comércio e serviços de vizinhança. O predomínio de tais serviços está ligado ao fato dessa área não ser considerada como atrativa para investimentos, " [...] pois a clientela residente possui um baixo poder aquisitivo em comparação a outras áreas da cidade que se desenvolveram, em termos de equipamentos comerciais e de serviços, por possuir nas suas imediações residentes com poder aquisitivo mais elevado".

MAPA 6 - Localização das prças de Lazer estudadas e do Parque do Povo

CEMESPP
CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA

- Praças de lazer estudadas
- Parque do Povo

Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Trabalho de campo (2006)

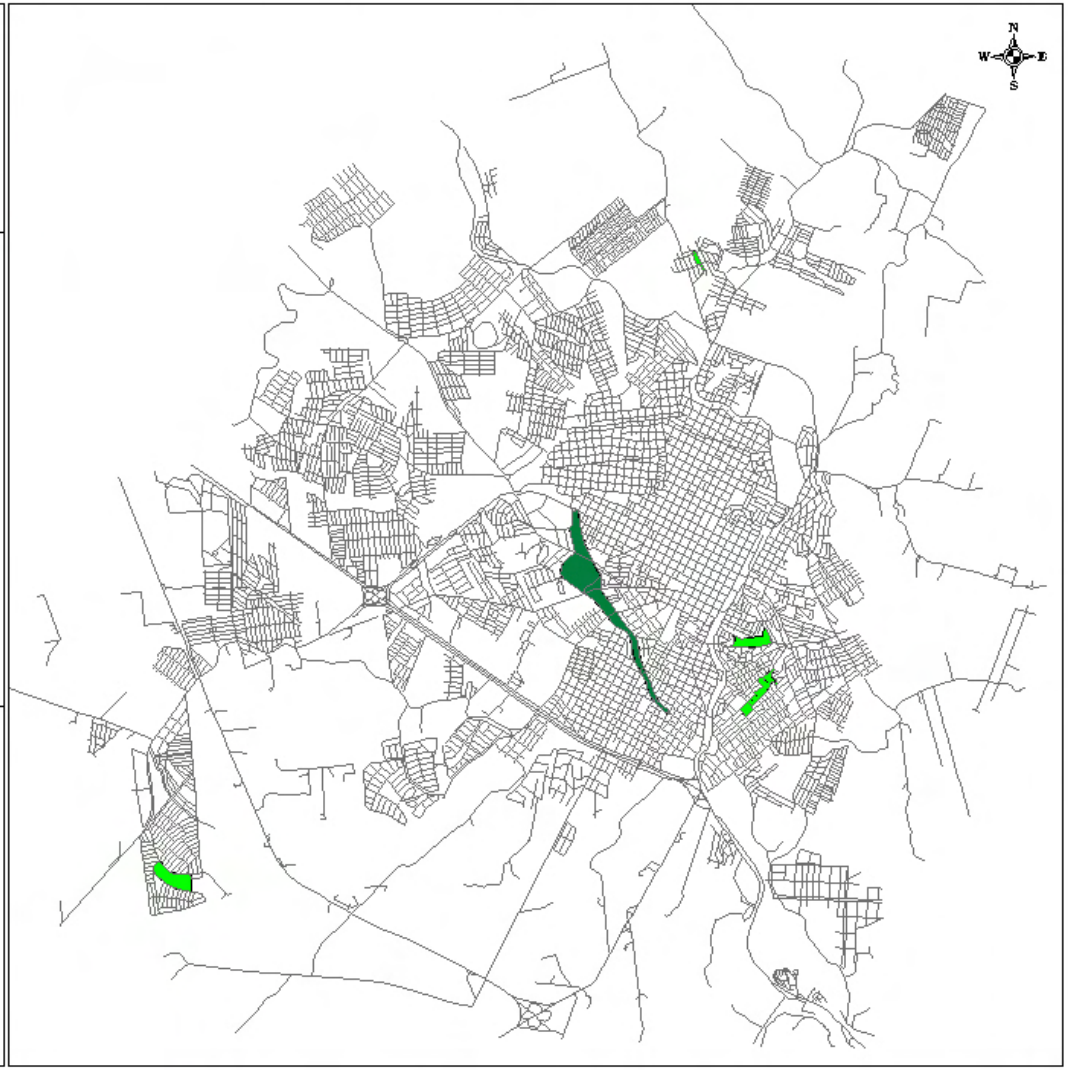
Apoio: CEMESPP e FAPESP

Escala Numérica: 1: 72.000

Escala Gráfica

720 0 720 1440 2160 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



CAPÍTULO 5 – O LAZER SOB A ÓTICA DOS MORADORES DE ALGUMAS ÁREAS PERIFÉRICAS

Resgatando a conceituação de política pública de Costa (1997), nesse momento procuramos verificar se realmente as políticas públicas de lazer implementadas em Presidente Prudente atendem aos interesses da população habitante de áreas de periferia[15] e sujeitas à exclusão social.

Para isso, vamos nos remeter a Milton Santos (1987), quando este destaca a importância de um ideal de modelo cívico que traga à tona a cultura e o território. Nesse momento, fazendo referência às palavras do referido autor, é necessário refletir acerca da existência desses componentes territoriais e culturais perante a população. Podemos pensar qual é o grau de acessibilidade que as pessoas de baixa renda ocupantes de áreas sujeitas à exclusão possuem diante do território no qual estão inseridas, especificamente falando do acesso à contemplação de práticas de lazer no entorno de seus bairros e ao longo da cidade.

Para Santos (1987), esse "componente cívico" em um país como o Brasil se encontra incompleto, pois se observa a maior prioridade ao econômico em detrimento de uma cidadania verdadeiramente completa.

Com o intuito de verificar como está sendo instrumentalizado o território no sentido de disponibilizar aos habitantes da cidade uma série de bens e serviços indispensáveis, entre estes o acesso ao lazer, abordamos como os moradores de algumas áreas periféricas sujeitas à exclusão social vivenciam suas práticas de lazer e como concebem as políticas de lazer ofertadas pelo poder público.

Tendo como referência as três áreas classificadas para nossa análise, destacamos nesse momento o levantamento de um conjunto de informações referentes às

[15] A respeito do que vem a ser a "periferia", ver Spósito (2004). Esta autora destaca a necessidade de se aplicar corretamente o uso do termo, "[...] a partir de realidades espaço-temporais bem definidas, de forma a se contribuir, em algum plano, para sua consistência conceitual" (Spósito, 2004, p.288). Tal autora enfoca o importante papel que cabe aos geógrafos no estudo das diferentes formas de produção dos espaços urbanos periféricos, distinguindo a forma como foi sendo constituída a 'periferia propriamente dita' e os subúrbios. É relevante compreender a diversificação de formas de ocupação dessas áreas periféricas distantes do centro, sobretudo na atual realidade urbana brasileira, tendo em vista tanto a produção de loteamentos para abrigar populações de baixa renda, vistos como uma tentativa de solucionar os problemas ligados à habitação, bem como os loteamentos voltados para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo. As áreas de periferia contempladas nesse trabalho compreendem esses loteamentos que abrigam populações de renda baixa a média-baixa.

práticas de lazer vivenciadas pelos moradores habitantes do entorno dessas áreas, tendo em vista verificar como são configuradas as políticas de lazer na visão desses moradores. Com o intuito de verificar os anseios da população dessas áreas periféricas em relação ao lazer, partimos para a elaboração de um questionário visando abordar as opiniões dos segmentos familiares que compõem cada um dos domicílios elencados.

Para isto, tivemos a supervisão do Prof. Mário Tarumoto[16], e de acordo com sua orientação, a amostragem foi estabelecida através de três etapas. Uma primeira denominada de amostragem estratificada, sendo selecionados três estratos de análise, um que compreende o entorno da praça de lazer do bairro Ana Jacinta (área 1); um segundo correspondendo a uma área que abrange o entorno de duas praças de lazer localizadas na zona leste da cidade devido à proximidade, respectivamente o entorno das praças de lazer dos bairros Vila Brasil e Vila Líder (área 2); um terceiro que compreende o entorno da praça de lazer do bairro Watal Ishibashi (área 3).

Uma segunda etapa amostral refere-se à amostragem por conglomerados, sendo as quadras cada um desses conglomerados. Em uma terceira etapa, utilizamos a amostra aleatória simples das casas nas respectivas quadras selecionadas, enfocando uma em cada cinco casas, procurando demonstrar de forma mais fidedigna a diversidade dos habitantes dessas áreas.

Buscamos no âmbito de cada um desses estratos incluir os setores censitários mais próximos das praças de lazer mencionadas, destacando no caso da zona leste os setores que compreendem a junção das duas praças de lazer analisadas. A partir dessa etapa, selecionamos um número proporcionalmente semelhante de quadras nas três áreas, passando a representar os chamados ‘conglomerados’. Em seguida partimos justamente para a aplicação dos questionários junto aos moradores, estabelecendo-se nesse momento a contagem de uma em cada cinco casas nas respectivas quadras selecionadas. Ficou estabelecida uma proporcionalidade no número das quadras selecionadas em cada área, ou seja, entre dez e doze quadras sorteadas ao redor de cada uma das três áreas de lazer. No caso específico da área 2 (Z. Leste), selecionamos as quadras que se encontram ao redor das duas praças de lazer, tendo em vista a mesma proporcionalidade estabelecida sobretudo na área 1 (A. Jacinta).

[16] Consultamos o Prof. Drº. Mario Tarumoto, Estatístico e Docente do Departamento de Matemática, Estatística e Ciências da Computação da FCT/ UNESP - P. Prudente. Esse professor nos auxiliou durante toda fase de tabulação das informações fornecidas pelos entrevistados ou respondentes, desde a elaboração até a análise dos questionários aplicados.

Através dessa amostragem aleatória simples por domicílio em cada uma das áreas, procuramos enfocar especificamente as informações fornecidas pelos "chefes de família", ou seja, pelos entrevistados responsáveis por cada domicílio, o que não restringiu esse levantamento somente ao universo de lazer vivenciado por esses respondentes, mas também foi nosso intuito verificar as opções e a vivência do lazer de todos os moradores residentes em cada domicílio[17].

Entrevistamos um total de 172 domicílios nas três áreas, cuja distribuição dos domicílios e do número de pessoas residentes em cada um pode ser verificada na Tabela 1. Essa tabela também contempla o número médio de pessoas por domicílio, comprovando que esse número médio de pessoas em cada domicílio é semelhante nas três áreas[18].

Tabela 1 - Distribuição dos entrevistados nas três áreas

Área	Número de domicílios	Número de pessoas nos domicílios	Número médio (desvio padrão) pessoas por domicílio
1 - Ana Jacinta	67	257	3,83 (1,27)
2 - Zona Leste	72	248	3,44 (1,44)
3 - Watal Ishibashi	33	123	3,73 (1,42)
Total	172	628	3,65 (1,39)

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Através dessa tabela, é possível observar que embora o número dos "chefes de família" por domicílio entrevistado tenha sido ligeiramente maior na área 2 (Z. Leste), quando nos referimos ao número total de pessoas presentes nos domicílios, percebe-se a presença de um número maior de pessoas nos domicílios próximos da área de lazer 1 (A. Jacinta). Tanto o número de "chefes de família" entrevistados por domicílio, quanto o número total de pessoas no entorno da área 3 (W. Ishibashi) correspondem a totais relativamente

[17] No que se refere a esses respondentes ou "chefes de família", em muitos casos houveram informações fornecidas pelos seus respectivos companheiros(as) de matrimônio, prevalecendo nesse caso a opinião de mulheres "donas de casa" que responderam enquanto seus maridos estavam fora de casa.

[18] Para testar a confiabilidade das informações fornecidas, no caso dessa primeira tabela, foi realizada através do auxílio do já mencionado profissional em Estatística a análise de variância para testar a igualdade das médias, tendo obtido uma estatística F=1,47 com um p_valor = 0, 2332, indicando que não há diferença na composição dos domicílios entre as áreas.

menores se comparado às outras duas áreas. No entanto, é necessário ressaltar a presença de um número menor de domicílios nas quadras ou conglomerados próximos dessa área. Ao compararmos o número médio, observa-se a equivalência nas três áreas com relação ao número de pessoas por domicílio.

Uma segunda tabela faz referência à distribuição da população por faixa etária de acordo com cada área. As informações fornecidas através dessa tabela (Tabela 2) permitem verificar que existe uma distribuição semelhante dos moradores por faixa etária entre as três áreas.

Tabela 2: Distribuição das faixas etárias em cada área

Área	Faixa etária - anos (Nº total e percentual %)					Total
	< 10	10 - 14	15 - 20	21 - 50	> 51	
1 - Ana Jacinta	37 14,40	20 7,78	35 13,62	127 49,42	38 14,79	257
2 - Zona leste	30 12,10	22 8,87	27 10,89	110 44,35	59 23,79	248
3 - Watal Ishibashi	24 19,51	11 8,94	13 10,57	52 42,28	23 18,70	123
Total	91	51	75	290	120	628

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Observa-se através dessa tabela uma equivalência entre as três áreas no que diz respeito à distribuição dos moradores[19] de acordo com cada uma das faixas etárias estabelecidas, notando uma correspondência entre os maiores percentuais na idade adulta entre 21 e 50 anos, acima dos 42% em todas elas. Considerando-se que as três áreas estudadas possuem estrutura familiar e distribuição por faixa etária dos moradores semelhantes, podemos em seguida adentrar na análise das informações mais relevantes no âmbito desse trabalho, se referindo ao hábito e à vivência de práticas de lazer por parte dos moradores dessas áreas, sendo possível traçar uma comparação entre essas.

[19] Foi aplicado no decorrer das informações apresentadas nas tabelas o teste qui-quadrado, para verificar se existe associação entre as áreas e as respectivas informações levantadas. Comprovando em todas as informações um p_valor calculado acima de 0,005, indicando confiabilidade na amostragem realizada, podendo conseqüentemente estabelecer uma comparação das informações levantadas nas três áreas estudadas.

A tabela 3 nos mostra os números absolutos e os percentuais referentes às opiniões dos moradores que usufruem ‘sempre’, ‘irregularmente’, ou ‘não usufruem’ momentos de lazer[20]. Esses números revelam que através de um montante de 257 moradores da área 1 (A. Jacinta), 201 usufruem momentos de lazer, denotando um percentual em torno de 78%. A grande maioria, representada por mais de 56% não usufrui de forma regular, não se evidenciando dias nem horários pré-determinados para a vivência de tal prática. Na área 2 (Z.Leste), dos 248 moradores ressaltados, 188, o que representa mais de 75% usufruem momentos de lazer, em torno de 58% usufruem irregularmente, sem período específico. Na área 3 (W. Ishibashi), dos 123 moradores destacados, 107 usufruem momentos de lazer, representando aproximadamente 87%, sendo possível apontar que em torno de 73% usufruem irregularmente dessas práticas ligadas ao lazer.

Tabela 3: Distribuição dos moradores que usufruem momentos de lazer

Área	Usufrui momentos de lazer (Nº total e percentual %)			Total
	Não usufrui	Irregularmente	Sempre	
1 - A. Jacinta	56 (21,79)	145 (56,42)	56 (21,79)	257
2 - Z. Leste	60 (24,19)	145 (58,47)	43 (17,34)	248
3 – W. Ishibashi	16 (13,01)	90 (73,17)	17 (13,83)	123
Total	132	380	116	628

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

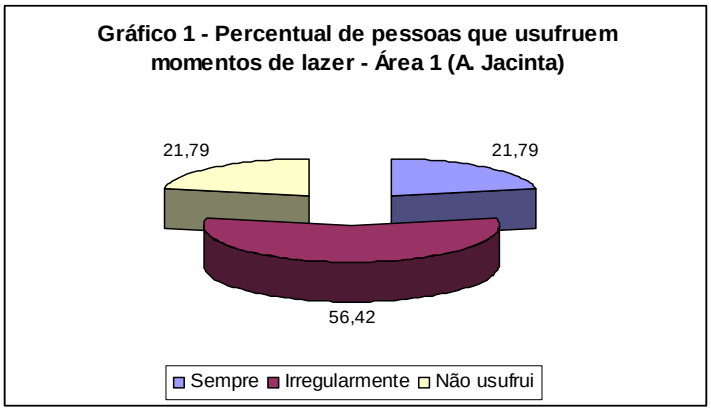
Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Observa-se na área 1 (A. Jacinta) que o percentual de moradores que usufruem regularmente dessa prática é ligeiramente maior se compararmos às duas outras áreas, enquanto na área 3 (W. Ishibashi), o percentual de moradores que usufruem irregularmente de práticas ou momentos de lazer é maior comparado às demais. Com relação aos moradores que não usufruem dessas práticas de lazer, nota-se um certo equilíbrio entre as áreas 1 (A. Jacinta) e 2 (Z. Leste), com um ligeiro predomínio da área 2, apresentando um percentual em torno de 24%. Por sua vez, a área com menor incidência de moradores que não

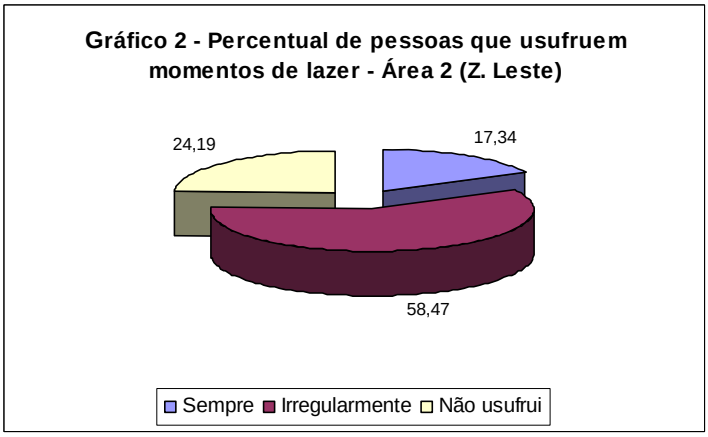
[20] Foi aplicado o teste qui-quadrado para verificar se a fruição dos momentos de lazer está associada à área. O teste encontrado foi qui-quadrado=12,37 com um p_valor=0,0148, indicando que o fato de utilizar ou não os momentos de lazer depende de cada da área.

usufruem momentos ou práticas de lazer corresponde à área 3 (W. Ishibashi), com um percentual aproximadamente 10% menor que na área 2.

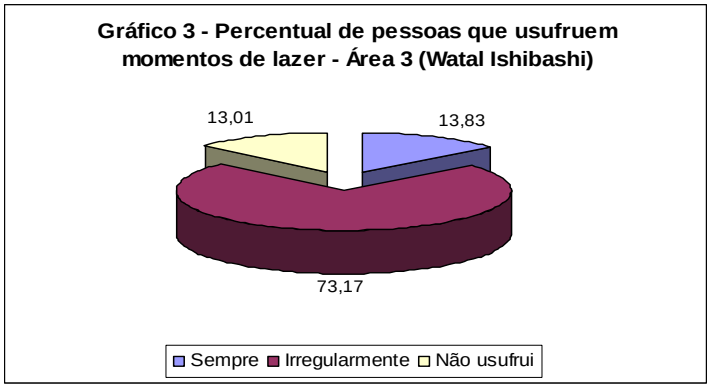
São destacados abaixo três gráficos que particularizam para cada uma das áreas o hábito de usufruir momentos de lazer conforme foi exposto.



Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)
Organizador: Fabrício da Mata Lucas



Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)
Organizador: Fabrício da Mata Lucas



Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)
Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Através dessas informações preliminares, percebemos que embora a área 2 (Z. Leste) compreenda o entorno de duas praças de lazer próximas de bairros com elevado adensamento populacional e fácil acesso ao restante da malha urbana, principalmente do centro principal, constata-se um percentual representativo de pessoas que não usufruem lazer em suas vidas. Mesmo assim, apesar dos percentuais referentes às pessoas que não usufruem momentos de lazer serem relativamente expressivos, sobretudo na já citada área 2 e na área 1, percebe-se uma soma dos percentuais das pessoas que usufruem irregularmente ou sempre essa prática consideravelmente maior se comparado aos que não usufruem.

Com isso, podemos reforçar nossas reflexões ao constatar que de fato a prática do lazer ganha importância cada vez maior na sociedade atual, sendo evidenciada para grande parte das pessoas como uma atividade complementar ao tempo das obrigações identificadas acima de tudo no trabalho. Assim, cabe a nós identificarmos quais são as opções de lazer dessas pessoas.

Marcellino (2000, p.14) destaca que “a possibilidade de escolha das atividades e o caráter ‘desinteressado’ de suas práticas são características básicas do lazer”. Supõe-se então, que a prática do lazer possa apresentar um caráter de livre escolha na vida das pessoas e, conforme foi possível observar, podemos apontar que a vivência do lazer para as pessoas dessas áreas de periferia, com relação a suas diferentes perspectivas e anseios se encontra ligada principalmente à condição sócio-econômica. Ao apontarmos isso, não significa ressaltar que tal fato não ocorra em outros segmentos da sociedade com maior ascensão social, pois é evidente na sociedade capitalista, que a apropriação das práticas de lazer ganha diferentes contornos e perspectivas de acordo com o âmbito das diferentes classes sociais, tendo em vista a associação dada à prática do lazer e ao mundo do consumo. Mesmo assim, é relevante apontar com relação aos habitantes dessas áreas de periferia de renda baixa

a média - baixa, que o fator sócio-econômico reflete de forma bem mais preponderante e perversa nas possibilidades ou não dessas pessoas usufruírem momentos de lazer.

5.1 - A visão dos moradores acerca do lazer

Para muitos entrevistados, o grande empecilho na vivência do lazer é justamente a falta de uma condição econômica mais favorável, pois alguns apontaram existir em suas respectivas residências outros membros da família usufruindo práticas de lazer, mesmo quando esses chefes de família não usufruem, predominando nesses casos um tipo de lazer próximo dos locais de morada, estando principalmente ligado à utilização de equipamentos esportivos por parte dos mais jovens.

É possível refletir que, embora procuramos pensar em um tipo de lazer que garanta o sentido da fruição e livre escolha dos indivíduos, colocando-o como essa "cultura mais ampla vivenciada no tempo disponível" conforme Marcellino traz à tona, nos dias atuais essa livre escolha apresenta uma forte conotação com o 'poder de compra' dos indivíduos. E mesmo em áreas de periferia sujeitas à exclusão social, as possibilidades de usufruir o lazer, seja nos espaços públicos ou em outros espaços, apresenta uma forte relação com a capacidade de consumir, pois esse consumo se inicia no próprio deslocamento para outros locais, incorporando outros componentes ao se chegar no destino escolhido.

Dentro dessa perspectiva, é possível pensarmos que essa forte associação entre a vivência do lazer e a condição econômica do indivíduo, reflete de forma mais ampla essa 'mercantilização' dos componentes do lazer, por mais corriqueiras e lúdicas que sejam as práticas ligadas à vivência desse lazer.

Isso se tornou bastante claro na pesquisa de campo, credenciando assim a presente constatação que reforça esse caráter mercadológico ou consumista na esfera do lazer já evidenciado ao longo do trabalho quando nos referimos a alguns autores como, Santos (1987), Carlos (1992) e Marcellino (1995 e 2000).

A seguir, apresentamos o conjunto das opções de lazer vivenciadas pelos moradores habitantes dos domicílios levantados. (Tabela 4)

Tabela 4 - Distribuição das opções de lazer nas três áreas (Nº absoluto e percentual %)

Resposta (Item Nº)	Área 1 (A. Jacinta)	Área 2 (Z. Leste)	Área 3 (W. Ishibashi)	Total
1	09 (4,47)	08 (4,25)	08 (7,47)	25
2	13 (6,46)	11 (5,85)	0 (0,00)	24
3	21 (10,44)	19 (10,10)	05 (4,67)	45
4	09 (4,47)	05 (2,65)	01 (0,93)	15
1,2	22 (10,94)	14 (7,44)	30 (28,03)	66
1,3	07 (3,48)	19 (10,10)	11 (10,28)	37
1,4	01 (0,49)	13 (6,91)	13 (12,14)	27
2,3	68 (33,83)	26 (13,82)	06 (5,60)	100
2,4	03 (1,49)	07 (3,72)	04 (3,73)	14
3,4	02 (0,99)	07 (3,72)	0 (0,00)	09
1,2,3	39 (19,40)	20 (10,63)	07 (6,54)	66
1,2,4	03 (1,49)	05 (2,65)	06 (5,60)	14
1,3,4	0 (0,00)	01 (0,53)	03 (2,80)	04
2,3,4	04 (1,99)	28 (14,89)	12 (11,21)	44
1,2,3,4	0 (0,00)	05 (2,65)	01 (0,93)	06
Total	201	188	107	496

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Legenda:

1 - Fica em casa (descanso, assistir TV, ouvir música, atividades manuais)
2 - Freqüenta espaços públicos (praças, parques, etc.)
3 - Freqüenta outros tipos de espaços de uso coletivo - semipúblicos ou privados (clubes, shopping, bares, casas noturnas, lanchonetes, etc.)
4 - Nenhuma das alternativas (especifique)

Para nos referirmos ao conjunto de opções de lazer vivenciadas pelos moradores presentes nos domicílios entrevistados, destacamos alguns tópicos, enquadrando uma série de possibilidades presentes na esfera do tempo disponível ou de lazer. São basicamente quatro tópicos, o primeiro compreende o ato de ‘ficar em casa’ como uma das opções de lazer (item nº1), podendo identificar diferentes atividades desenvolvidas no interior dessa opção, desde o simples descanso acompanhado da TV ou do rádio, até algum tipo de

atividade de caráter ativo, como por exemplo, ‘cuidar do jardim’, desde que não se torne uma atividade obrigatória, proporcionando desprazer.

Para enfatizarmos mais especificamente o item 2, bem como o item 3 que virá a seguir, torna-se necessário adentrarmos num conjunto de considerações apontadas por Gomes (2002). Esse autor destaca alguns equívocos presentes na forma de se conceber os espaços públicos. Um primeiro refere-se a uma forma negativa largamente utilizada que considera o “[...] público aquilo que não é privado, [...]”. Pois existe uma “[...] ambigüidade de fronteiras assim delimitadas, somada ao fato de também existirem outros estatutos possíveis para o espaço, comum, coletivo, etc”. (GOMES, 2002, p. 159).

Um segundo equívoco na visão desse autor diz respeito ao fato de:

> [...] Tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada, ou seja, apelar para o texto legal que regulamenta a existência desses espaços, [...]. Em outros termos, partimos da lei que regulamenta uma existência para definir o objeto, quando é possível imaginar que este precede a lei e que, além disso, manifeste-se em uma variedade fenomenológica que não obrigatoriamente é do interesse estrito da legislação descrever. (GOMES, 2002, p. 159 - 160)

Um terceiro obstáculo para se compreender os espaços públicos, está ligado à difusão da idéia “[...] de que ele é simplesmente definido pela qualidade de livre acesso”. Essa concepção traz alguns equívocos na visão desse autor, pois não distingue público de coletivo ou comum, pois “[...] a simples característica de ter um acesso livre não configura um estatuto público ao espaço”. (GOMES, 2002, p.160).

Serpa (2004, p.22) ressalta que “na análise do espaço público urbano, forma e conteúdo são, portanto, indissociáveis”. E, ao se referir à acessibilidade nos espaços públicos, destaca que essa “[...] não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings* e prédios públicos”.

Para Gomes, o espaço público deve considerar as relações que permeiam a vida pública. “Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa”. (GOMES, 2002, p.162).

Nesse sentido, qualquer tipo de ‘espaço’ no qual exista a confluência e a inserção de diferentes públicos com os mais diversos anseios possíveis, compreendendo algo que vá além da identificação através do gosto comum ou coletivo, pode ser considerado um espaço público. Os espaços públicos, apesar de serem constituídos pelas diferenças, devem

estar submetidos num sentido mais geral às normas e regras estabelecidas na sociedade, ou seja, às regras de civilidade impostas a cada lugar.

Acreditamos haver um conjunto de regras que condicionam o uso desses espaços públicos e permitem um convívio das diferenças nesses espaços, sendo que em última instância prevalecem tais regras, muito embora possam existir transgressões a essas.

Diante desse contexto, queremos apresentar dois itens levantados nessa tabela 4 referentes à utilização dos espaços destinados ao lazer. Identificamos os espaços públicos de lazer principalmente através das 'praças e parques' subsidiados pelo poder público municipal (item 2), compreendendo essas praças e parques como espaços essencialmente destinados à prática do lazer nas cidades. Portanto, o item nº2 corresponde mais especificamente a uma opção de lazer que entendemos ser o ponto mais significativo para esse trabalho, se referindo aos 'espaços públicos' voltados para a prática do lazer, evidenciando assim, sobretudo as praças e parques abertos destinados a tal uso, servindo para abrigar pessoas de diferentes origens sociais em busca de diversos anseios, seja a nível individual ou coletivo.

Nosso enfoque é dado a esse tipo de 'espaço público' em específico, voltado acima de tudo para ser utilizado como 'ponto de encontro', 'local de descanso', 'recreação', 'prática de esportes', 'ensaios artísticos', dentre outras tantas possibilidades que compõem a esfera de uma cultura de lazer, identificado consideravelmente através dessas praças e parques. Ao entendermos o lazer numa perspectiva já enfatizada, a qual visa compreendê-lo no âmbito de um universo de possibilidades de serem vivenciadas no tempo disponível, com base na conceituação de Marcellino (1995), procuramos enfocar dentre essas possibilidades principalmente as práticas de lazer associadas ao convívio nesses espaços públicos. Portanto, apresentamos especial atenção a este tópico, sobretudo no que diz respeito às implicações ligadas ao uso ou não dessas quatro praças de lazer elencadas neste trabalho.

Um terceiro tópico (item nº3) refere-se à freqüência aos outros tipos de espaços, que na classificação apresentada por Gomes (2002), alguns deles compõem fisicamente os chamados espaços públicos. Referimo-nos no trabalho aos "outros espaços de uso coletivo e individual de livre acesso e/ ou privados". Podemos considerar no interior desses outros espaços uma série de alternativas, dentre essas, 'os clubes', 'shopping-centers', 'bares', 'casas noturnas', 'lanchonetes', etc.

Nesses espaços, encontra-se presente um sistema de regras e condutas diferenciadas, e mesmo esse livre acesso estando condicionado às regras estabelecidas, o momento máximo de lazer relacionado à utilização desses locais se encontra condicionado ao

consumo. Foi pensando nessas ponderações que resolvemos identificar esses espaços classificando-os como semipúblicos e/ ou privados, facilitando assim, a identificação e diferenciação das práticas e hábitos de lazer dos moradores das três áreas no que compreende à utilização dos espaços de lazer destinados pelo poder público, ou por outros segmentos da sociedade.

O quarto tópico (item nº4) traz à tona o item “nenhuma das alternativas”, compreendendo outras formas de se vivenciar o lazer não evidenciadas nestes três primeiros itens ou tópicos apresentados. Temos nesse momento algumas opções destacadas pelos entrevistados, como por exemplo: ‘Visita a familiares’, ‘pescaria’, ‘visita a sítios’ e, ainda o item que merece maior reflexão a respeito, ‘freqüência a igrejas’.

Este item apontado, o qual coloca a ‘igreja’ como um espaço apropriado para se vivenciar o lazer requer uma maior atenção de nossa parte, principalmente se remetermos a uma conceituação trazida por Dumazedier, colocando o lazer como um momento de máxima liberdade ligado ao uso do tempo livre. Assim, o autor acredita ser mais prudente, “[...] destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último”, pois este tempo é outorgado supondo que a pessoa já desempenhou suas obrigações profissionais, familiais e sócio-espirituais. (DUMAZEDIER, 1999, p.91).

Mesmo assim, apesar de haver essa separação da esfera do lazer de uma série de obrigações, entre elas as “sócio-espirituais”, existe a possibilidade de se pensar no ‘espaço’ da igreja não como uma obrigação, mas sim como um espaço que pode ser destinado à fruição e ao lazer. Nesse sentido, para o próprio autor citado o lazer pode se apropriar desses espaços, pois “[...] o espaço de lazer penetra também as igrejas e os templos, alguns dos quais estão equipados não apenas para o culto, mas outrossim para reuniões, jogos, concertos [...]”. (DUMAZEDIER, 1999, p.169).

Interessa pensarmos que o ambiente da ‘igreja’ proporciona na vida de muitas pessoas um grau de prazer e descontração elevado, podendo os momentos de lazer serem buscados nas igrejas visando os mais diversos fins, seja através do contato coletivo com outras pessoas, ou por meio de viagens, atividades musicais e recreativas, ou através de fins puramente espirituais, mesmo as vezes exigindo uma certa contrapartida desses freqüentadores, ligada tanto a trabalhos voluntários ou alguma outra exigência, o que na visão dos entrevistados proporciona uma vida mais agradável.

Ao esclarecermos um pouco a respeito da inclusão do item ‘igreja’ como uma possibilidade de se usufruir momentos de lazer, adentramos às informações fornecidas

pelos entrevistados acerca das opções de lazer do conjunto de pessoas que habitam os domicílios levantados. Ao analisarmos a disposição dos percentuais referentes a cada item, encontram-se presentes os percentuais apontados individualmente sobre cada item (item 1, ou item 2), bem como o cruzamento verificado entre os diversos itens (item 1,2 ou item 2,3).

Com relação aos itens 1 e 2 analisados individualmente, verifica-se um número total de ocorrências muito semelhante somado as três áreas analisadas, 25 correspondendo ao item 1, e 24 ao item 2. Comparando as três áreas, observa-se uma semelhança entre a distribuição do item 1 em ambas as áreas, respectivamente 4.47% na área 1 (A. Jacinta), 4,25% na área 2 (Z. Leste) e 7,47% na área 3 (W. Ishibashi), revelando um maior destaque para as pessoas que usufruem momentos de lazer somente em casa nessa última área. A distribuição dos percentuais apresentados no item 2 (freqüenta espaços públicos) é bastante semelhante entre as áreas 1 e 2, 6,46% na primeira e 5,85% na segunda, não sendo constatada nenhuma ocorrência na área 3. O item 3 (freqüenta outros espaços de uso coletivo e individual de livre acesso e/ ou privados) por sua vez, recebe um considerável destaque nas áreas 1 e 2, sendo mais uma vez verificada a semelhança entre essas duas áreas, 10,44% na área 1 e 10,10% na área 2, enquanto na área 3 verifica-se um percentual de 4,67%. O item 4, referente a outras alternativas não contempladas no itens anteriores, apresenta maior expressão na área 1 com 4,47%, seguido por 2,65% na área 2 e 0,93% na área 3.

Ao analisarmos o conjunto de ocorrências ou apontamentos destacados, enfatizando separadamente cada um dos quatro itens elencados, observamos a priori a maior relevância dada ao item 3, o qual menciona a freqüência a outros espaços de uso coletivo e individual privados ou de livre acesso. Este item recebe uma razoável relevância nas três áreas, sendo um pouco menor na área 3, mesmo assim, prevalece na opinião dos moradores a freqüência a lanchonetes como sendo a opção de lazer favorita compartilhada pelas famílias, enquanto os bares e casas noturnas são apontados para os segmentos mais jovens. As pessoas que compartilham das opções enquadradas neste item, independentemente da idade ressaltam o shopping center como um importante espaço de lazer para a família presente na cidade e freqüentado de forma mais esporádica.

Quando nos referimos às informações cruzadas, ou seja, às ocorrências que levantam mais de um dos itens mencionados separadamente, podemos analisar diversos tipos de cruzamentos enquadrando a escolha das opções de lazer dos moradores residentes nos domicílios ressaltados nessas áreas.

Tendo em vista a identificação já mencionada dos itens, ou seja, dos chamados itens primários conforme iremos apontá-los daqui a diante, destacando-os como

item 1 (ficar em casa), 2 (freqüência a espaços públicos), 3 (freqüência a “outros espaços”) e 4 (nenhuma das alternativas), verifica-se nas três áreas (ver Tabela 4) os seguintes cruzamentos gerando os novos itens: “1,2” variando percentuais entre 28,03% na área 3 (W. Ishibashi) a 7,44% na área 2 (Z. Leste); “1,3” com 10,10 e 10,28% nas áreas 2 e 3 respectivamente e, em contrapartida 3,48% na área 1(A. Jacinta); “1,4” entre 12,14% na área 3 e apenas 0,49% na área 1; “2,3” variando entre 33,83% na área 1 a 5,60% na área 3; “2,4” com percentuais razoavelmente baixos e praticamente iguais nas áreas 2 e 3 (3,72% na primeira e 3,73% na segunda) e 1,49% na área 1; “3,4” variando entre 3,72% na área 2 e nenhuma ocorrência na área 3; “1,2,3” entre 19,40% na área 1 e 6,54% na área 3; “1,2,4” entre 5,60% na área 3 e 1,49% na área 1; “1,3,4” variando entre 2,80% na área 3 e nenhuma ocorrência na área 1; “2,3,4” com percentuais próximos entre as áreas 2 e 3 (14,89% na primeira e 11,21% na segunda) e apenas 1,99% na área 1; por fim, o cruzamento entre todos os itens, “1,2,3,4” com baixíssimos percentuais variando entre 2,65% na área 2 e nenhuma ocorrência na área 1.

De uma forma geral, o destaque para o número absoluto referente a essas ocorrências pode ser dado para três desses cruzamentos. Primeiramente, cabe destacar a junção dos itens “2,3”, caracterizados como opção de lazer de 100 pessoas nas três áreas, apresentando um percentual consideravelmente mais alto na área 1 (A. Jacinta) conforme observa-se na Tabela 4 e no parágrafo anterior. Em seguida cabe apontar outros dois cruzamentos trazendo à tona um número absoluto exatamente igual de ocorrências, correspondendo a 66, tanto se referindo ao cruzamento dos itens “1,2” quanto dos itens “1,2,3”.

Até esse momento, consideramos dois grupos de informações apresentadas numa mesma tabela. Num primeiro, verificamos as opções de lazer das pessoas que vivenciam apenas um dos itens incluídos como opção de lazer (itens primários), prevalecendo nesse momento o item 3, destacando uma maior utilização dos “outros tipos de espaços de uso coletivo ou não”, sejam privados e/ ou de livre acesso. Um segundo grupo de informações corresponde ao cruzamento dos itens, ou seja, ao público que vivencia variadas opções de lazer presentes em mais de um dos itens primários apresentados (itens secundários). Nesse segundo momento, prevalece a utilização de dois tipos de ‘espaços’, os espaços públicos (item 2) juntamente com os “outros espaços de uso coletivo ou não” privados e/ ou de livre acesso (item 3).

Diante dessas informações, torna-se de grande relevância analisar através de uma próxima tabela que absorve a apresentada anteriormente, os números absolutos e os

percentuais correspondentes ao total de ocorrências referentes a cada um dos quatro primeiros itens levantados, separando nesse momento os itens cruzados (secundários) e anexando-os em seguida separadamente aos quatro itens considerados primários. Apresenta-se nessa tabela, a soma das ocorrências que enquadram os itens primários, os quais enfatizam apenas uma única opção de lazer, juntamente com as ocorrências referentes aos itens secundários, os quais absorvem mais de uma opção de lazer num mesmo item.

Assim, temos um aumento considerável dos números correspondentes aos totais de ocorrências ligadas ao lazer em cada área. Esse aumento ocorre devido a uma duplicação das informações relativas aos itens cruzados ou secundários, por exemplo, ao contrário de considerar o apontamento '1,2' como um único item, é separada a informação referente ao item 1 (ficar em casa) do item 2 (freqüenta espaços públicos) incorporando em seguida cada um ao conjunto das ocorrências verificadas anteriormente de forma separada, aos chamados itens primários. Nesse sentido, apresenta-se a seguir o total absoluto de ocorrências e os percentuais ligados a cada um dos quatro itens.

Tabela 5 - Distribuição das opções de lazer nas três áreas agrupando os itens primários e secundários (Nº absoluto e percentual %)

Resposta (Item Nº)	Área 1 (A. Jacinta)	Área 2 (Z. Leste)	Área 3 (W. Ishibashi)	Total
1	81(20,45)	85(21,41)	79(34,34)	245
2	152(38,38)	116(29,21)	66(28,69)	334
3	141(35,60)	125(31,48)	45(19,56)	311
4	22(5,55)	71(17,88)	40(17,39)	133
Total	396	397	230	1023

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Legenda:

1 - Fica em casa (descansar, assistir TV, ouvir música, atividades manuais)
2 - Freqüenta espaços públicos (praças, parques, etc.)
3 - Freqüenta outros tipos de espaços de uso coletivo e individual - semi-públicos ou privados (clubes, shopping, bares, casas noturnas, lanchonetes, etc.)
4 - Nenhuma das alternativas (especifique)

Através dessa última tabela, podemos estabelecer diferenças significativas entre as três áreas no que diz respeito às opções de lazer mais relevantes em cada uma delas. Não devemos deixar falsas impressões, pois apesar dessa tabela trazer à tona um total de

ocorrências amplamente maior se comparado às ocorrências ligadas ao número real de pessoas presentes nos domicílios entrevistados, essas informações levantadas a partir dessa tabela são extremamente importantes para se verificar num âmbito geral quantas ocorrências enfatizam cada um dos itens ou opções de lazer elencadas.

A partir desse conjunto de informações, observa-se um grande aumento das ocorrências, pois dos 201 moradores que usufruem momentos de lazer na área 1 (A. Jacinta), passa-se a verificar um total de 396 ocorrências. Valor também muito semelhante na área 2 (Z. Leste), dos 188 moradores levantados, aumenta para 397 o total de ocorrências. Na área 3 (W. Ishibashi) dos 107 moradores, expande para 230 as ocorrências.

Nesse sentido, torna-se possível evidenciar na área 1 (A. Jacinta) um ligeiro predomínio do item 2, ressaltando a freqüência aos espaços públicos como parques e praças, com um percentual de 38,38%. Nessa área constata-se a presença do maior percentual de moradores que utilizam praças e parques em busca de lazer. O percentual referente à freqüência em outros espaços de uso coletivo ou não, também é bastante considerável, 35,60%.

Na área 2 (Z. Leste) evidencia-se praticamente os mesmos percentuais de ocorrências ligadas aos itens 2 e 3, a busca por outros espaços de uso coletivo ou não, privados e/ ou de livre acesso (item 3) representa 31,48%, enquanto a utilização de espaços públicos (item 2) corresponde a 29,21%. Podemos apontar que embora o item 3 seja verificado com grande destaque para essa área, ainda é possível enfatizar que o percentual relativo a este item não é maior que o correspondente a este mesmo item na área 1 (A. Jacinta).

Na área 3 (W. Ishibashi) ao contrário dessas anteriores, verifica-se um predomínio das ocorrências ligadas ao item 1, onde 34,34% destacam a opção ficar em casa. O item 2, referente à utilização de espaços públicos também recebe um percentual de destaque nessa área, 28,69%.

O item 1, relacionado ao aproveitamento da própria casa como local de lazer aparece de forma representativa nas três áreas, verificando-se com certeza o maior destaque na área 3. As pessoas que apontaram ‘ o ficar em casa’ como opção de lazer em ambas as áreas e, independentemente de contemplarem ou não de outras opções, vivenciam esse “espaço da casa” para fins de descanso, geralmente acompanhados da TV, do rádio e até de algum “churrasquinho” esporádico entre familiares e amigos é considerável nesse levantamento. Ao pensarmos nessas considerações, principalmente se referindo à área 3 (W. Ishibashi), onde temos um percentual representativo de pessoas utilizando-se da própria casa

como espaço de lazer, podemos nos remeter às considerações de Camargo (2003), quando este destaca a importância do espaço doméstico para o lazer.

É importante ressaltar, que dentre as diversas possibilidades de se usufruir momentos de lazer, mesmo o ‘espaço da casa’ aparecendo com significativo destaque, buscamos contemplar acima de tudo as práticas vivenciadas a partir de espaços que possibilitam o contato coletivo, mais especificamente os espaços públicos.

O item 4 referente às outras alternativas além dessas três definitivamente caracterizadas nos itens anteriores, contempla nesse trabalho os seguintes apontamentos: ‘Visita a familiares’, ‘pescaria’, ‘visita a sítios’e ‘freqüência a igrejas’. Este item aparece com maior destaque nas áreas 2 (Z. Leste) e 3 (W. Ishibashi), apresentando percentuais muito semelhantes, respectivamente 17,88% na primeira e 17,39% na segunda. Nessas duas áreas observamos esses quatro tipos de apontamentos ligados a esse item, principalmente as ‘visitas a familiares’ e a ‘freqüência a igrejas’. Já na área 1 (A. Jacinta), o percentual correspondente a este item aparece com menor importância, representado por 5,55% e relacionado sobretudo às visitas a familiares, mas também aparecendo mais esporadicamente a ‘freqüência a igrejas’.

Pensando em alguns espaços utilizados para o lazer, tanto públicos, de livre acesso e/ ou privados, apresentamos através de alguns mapas a localização das quatro praças de lazer identificadas no trabalho e uma série de equipamentos e espaços de convivência localizados no entorno dessas. (**Mapas 7, 8, 9, 10).**

Nesses quatro mapas, encontram-se presentes alguns equipamentos e espaços utilizados durante os momentos de lazer dos moradores das adjacências das quatro praças de lazer levantadas, correspondendo principalmente a ‘bares’, ‘mercearias’, ‘lanches ou lanchonetes’, ‘igrejas’, ‘centros comunitários’ e ‘escolas’. Nosso intuito não foi o de considerar todos os equipamentos presentes ao longo dos setores entrevistados, mas sim, identificar estritamente os equipamentos localizados ao redor dessas praças.

No entorno da praça que se encontra na área 1 (A. Jacinta), percebe-se uma maior diversidade de equipamentos presentes, sendo evidenciado especificamente os equipamentos localizados nas quadras mais próximas à praça.

No que diz respeito a um desses itens em especial, enquadrado nas duas tabelas anteriores como “outras alternativas”, o qual se refere às ‘igrejas’, podemos identificar nesses quatro mapas um conjunto significativo de igrejas no entorno das quatro praças de lazer, sobretudo de igrejas evangélicas.

A seguir, encontram-se os quatro mapas mencionados trazendo à tona as quatro praças de lazer, bem como alguns equipamentos que podem ser utilizados para tal prática localizados no entorno dessas praças. (páginas 129, 130, 131,132).

MAPA 7 - Equipamentos e espaços de convivência próximos de área de lazer (Bairro Vila Brasil)

CEMESPP

CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Legenda:

- Praça de Lazer
- Igreja Evangélica
- Igreja Católica
- Mercearia
- Bar
- Escola
- Lanchonete

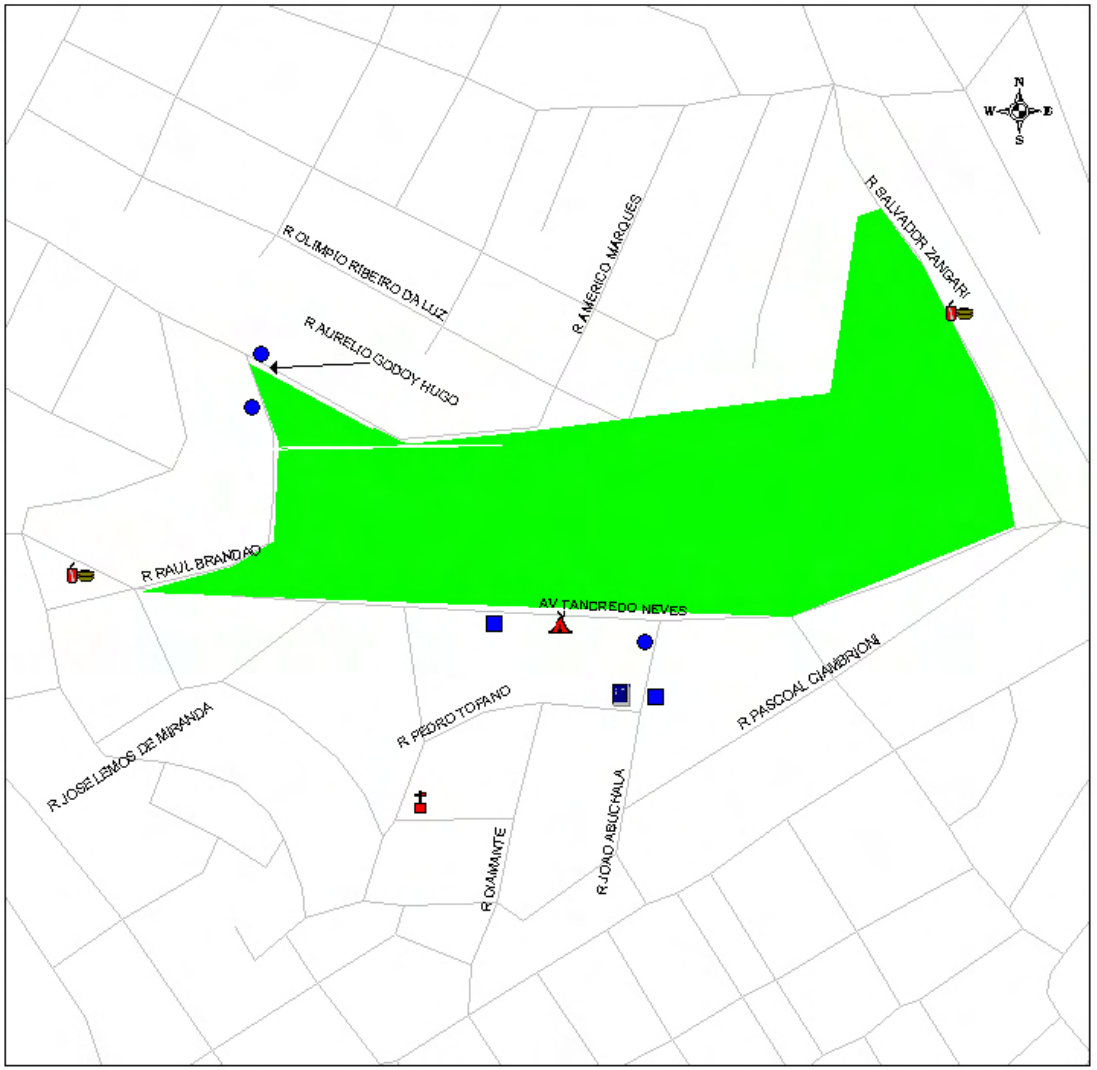
Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Trabalho de Campo (2006)
Apoio: FAPESP e CEMESPP

Escala Numérica: 1 : 3.600

Escala Gráfica

49 0 49 98 147 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



MAPA 8 - Equipamentos e espaços de convivência próximos de área de lazer (Bairro Vila Brasil)

CEMESPP
CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Legenda:

- Praça de Lazer
- Igreja Evangélica
- Igreja Católica
- Mercearia
- Bar
- Escola
- Lanchonete

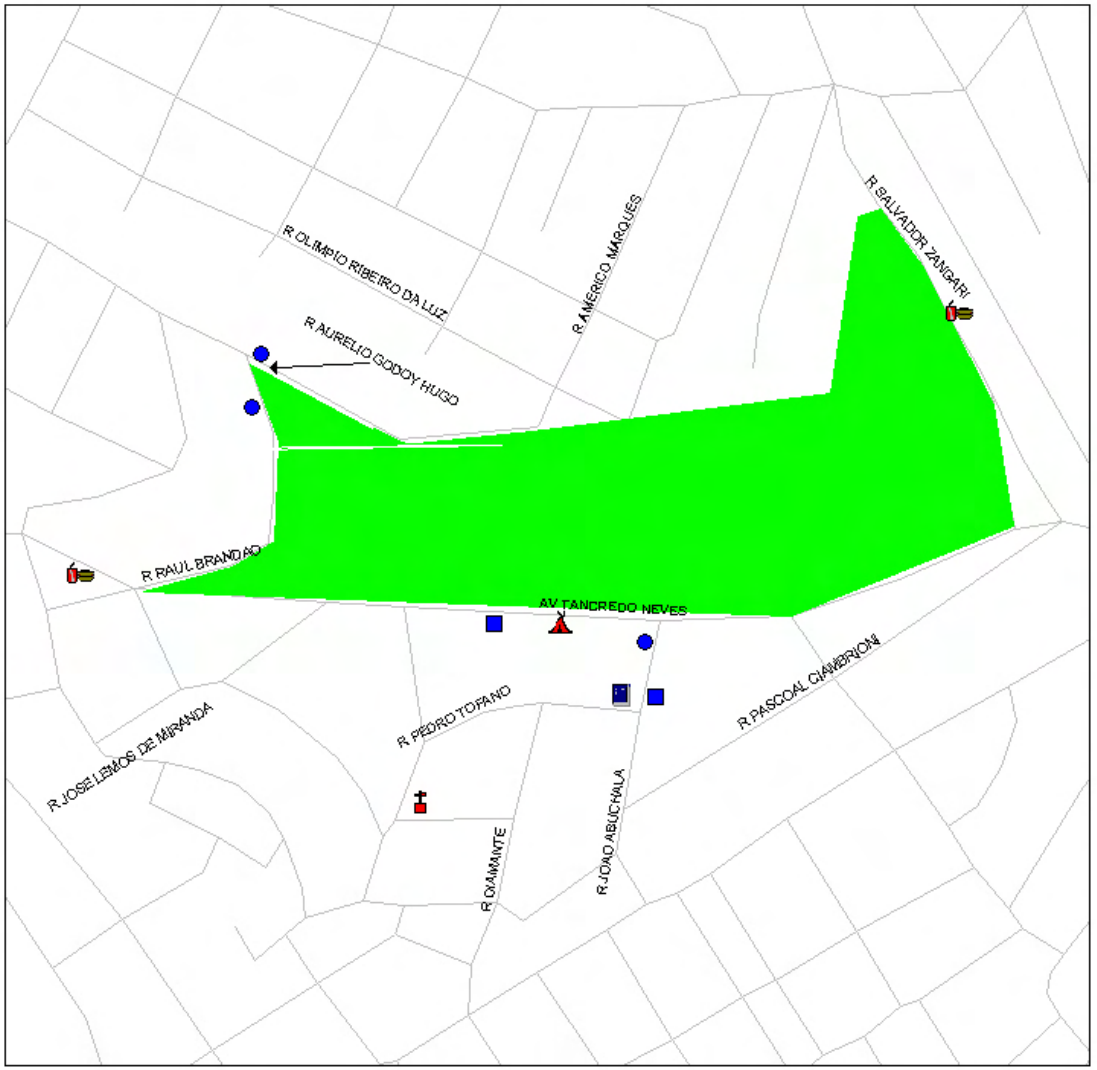
Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Trabalho de Campo (2006)
Apoio: FAPESP e CEMESPP

Escala Numérica: 1 : 3.600

Escala Gráfica

49 0 49 98 147 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



MAPA 9 - Equipamentos e espaços de convivência próximos de área de lazer (Bairro Vila Líder)

CEMESPP
CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

LEGENDA:

- Praça de Lazer
- Mercearia
- Bar
- Igreja Evangélica
- CIEM

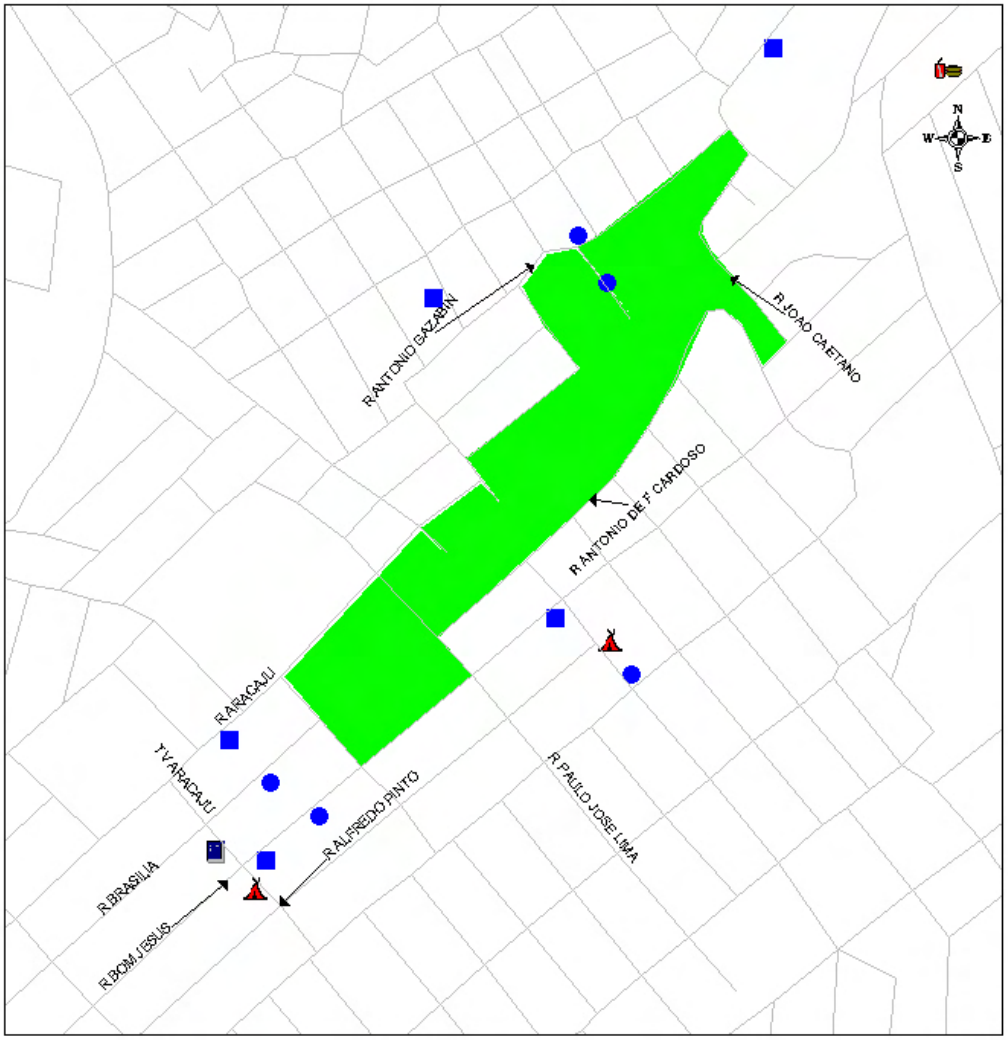
Organizador: Fabricio da Mata Lucas
Fonte: Trabalho de campo (2006)
Apoio: FAPESP e CEMESPP

Escala Numérica: 1 : 5.500

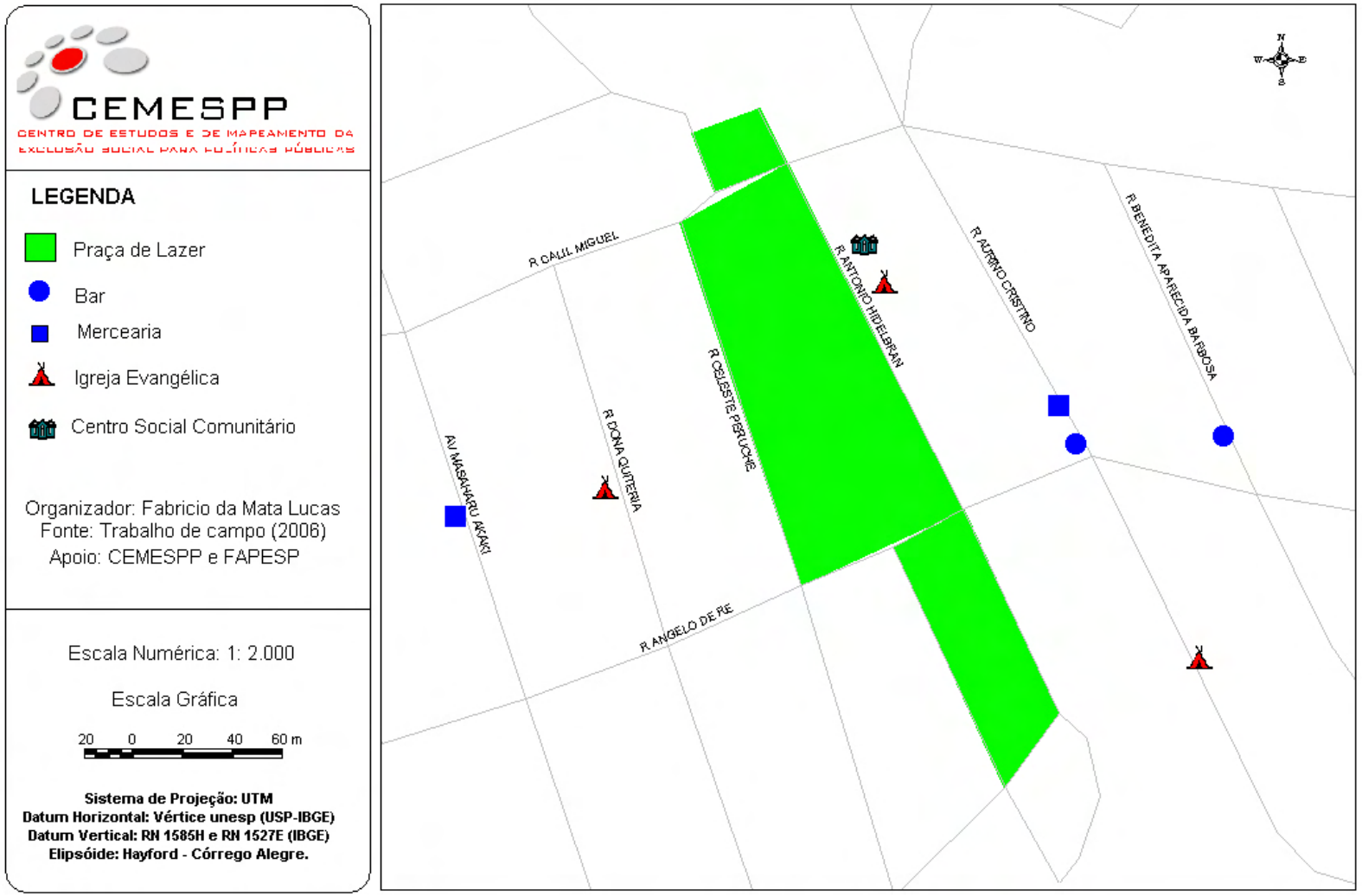
Escala Gráfica

55 0 55 110 165 m

Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



MAPA 10 - Equipamentos coletivos próximos à área de lazer (Watal Ishibashi)



Podemos nesse momento ponderar que a freqüência a esses espaços públicos ou não, vistos como pontos materializados na cidade (“sistema de objetos”) e dotados de relações sociais (“ações”) as mais diversas possíveis, compreendem o principal ‘lócus’ de vivência de práticas de lazer no espaço urbano.

Gomes ressalta (2002, p.172) que ao se pensar no espaço público sob um viés geográfico, torna-se possível por um lado conceber “[...] sua configuração física e, por outro, os tipos de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais”. Percebendo aí, a forte conotação com a concepção de espaço abordada por Milton Santos.

A utilização de muitos desses espaços públicos se encontra sujeita a uma coexistência de ocupações e interações muitas vezes conflituosas, mesmo esse conflito estando às vezes no plano simbólico, o que acaba deixando algumas pessoas inibidas de usar e freqüentar tais espaços, caminhando no sentido de algumas soluções excludentes, implicando em certo abandono do espaço público[21].

Algumas situações verificadas nas áreas analisadas se aproximam dessas considerações mencionadas no parágrafo anterior, ao menos em relação à opinião dos moradores entrevistados, podendo destacar que mesmo se tratando de uma cidade como Presidente Prudente, esses conflitos ligados ao uso dos espaços públicos conforme Frúgoli Júnior (1995) destaca ao retratar a realidade de São Paulo se encontram presentes.

A tabela 6 apresenta a distribuição percentual dos moradores que freqüentam essas praças de acordo com os diferentes períodos do dia, incluindo tanto os que visitam todos os dias (manhã, tarde ou noite), bem como os freqüentadores dos finais de semana, aqueles freqüentadores sem regularidade específica e ainda os que não freqüentam essas praças.

Através dessa tabela, temos um panorama interessante que diferencia significativamente o uso dessas praças pela população de acordo com cada uma das áreas selecionadas. Nesse sentido, constatamos que a praça com maior presença de pessoas do bairro e de seu entorno corresponde à praça da área 1 (A. Jacinta), com uma freqüência

[21] Ao pensarmos nessas soluções excludentes, nos remetemos a Frúgoli Júnior (1995), que ao trabalhar com a realidade dos espaços públicos de São Paulo, mostra as diversas formas apontadas para se resolver os conflitos ligados ao uso desses espaços, destacando que as maneiras do poder público agir nesses espaços visam, sobretudo reforçar o policiamento e resolver os problemas com ‘populações indesejáveis’, ressaltando “[...] uma atitude conservadora quanto aos rumos da cidade em sua dimensão pública, uma vez que, em vez de tentarem criar novas formas de relação entre grupos diferentes, caminharão no sentido de soluções excludentes que implicam um abandono do espaço público”. (FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p.72).

relativamente alta se comparado às demais. Apresentamos uma primeira tabela (6) separando os percentuais referentes às pessoas que freqüentam as praças todos os dias nos diferentes períodos já especificados, e uma segunda tabela (7) agrupando em um mesmo item o percentual das pessoas freqüentadoras durante todos os dias, sem definir os diferentes períodos de uso dessas praças no decorrer de cada dia.

Tabela 6 - Distribuição referente à freqüência e ao horário dos moradores nas praças de lazer

Área	Freqüência às praças de lazer (Nº absoluto e percentual %)							Total
	Não	Todos os dias (manhã)	Todos os dias (tarde)	Todos os dias (noite)	Finais de semana	Não possui regularidade	Manhã e tarde	
1 - A. Jacinta	51 25,37	4 1,99	7 3,48	2 1,00	25 12,44	108 53,73	4 1,99	201
2 - Z. Leste	121 64,36	4 2,13	7 3,72	1 0,53	3 1,60	52 27,66	0 0,00	188
3 - W. Ishibashi	58 54,21	1 0,93	2 1,87	0 0,00	10 9,35	36 33,64	0 0,00	107
Total	230	9	16	3	38	196	4	496

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Tabela 7 - Distribuição referente à freqüência dos moradores nas praças de lazer

Área	Freqüência às praças de lazer (Nº absoluto e percentual %)				Total
	Não	Todos os dias	Finais de semana	Não possui regularidade	
1 - A. Jacinta	51 25,37	17 8,46	25 12,44	108 53,73	201
2 - Z. Leste	121 64,36	12 6,38	3 1,61	52 27,65	188
3 - W. Ishibashi	58 54,21	3 2,80	10 9,35	36 33,64	107
Total	230	32	38	196	496

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Analisando tanto separadamente os períodos do dia freqüentados, quanto em conjunto, percebe-se a presença de percentuais relativamente baixos nessas áreas quando nos referimos às pessoas que freqüentam essas praças todos os dias. Mesmo assim, é relativamente maior a presença de pessoas que freqüentam todos os dias a praça do bairro Ana Jacinta se compararmos com a freqüência diária nas outras praças elencadas, pois temos 8,46% de pessoas usufruindo todos os dias a praça da área 1 (A. Jacinta), com aproximadamente 3,5% no período da tarde. Nas praças da área 2 (Z. Leste) encontramos um percentual de 6,38% de uso diário, sendo o período da tarde também o de maior destaque com 3,72%. No caso específico da área 3 (W. Ishibashi) foi possível constatar a presença ínfima de pessoas freqüentadoras dessas praças durante todos os dias, correspondendo apenas a 2,8%.

Algo interessante e possível de ser enfatizado é o fato de termos 2% de pessoas a mais usufruindo diariamente a praça de lazer da área 1 (A. Jacinta) se comparado à área 2 (Z. Leste) representada por duas praças, no entanto, o período de maior freqüência de ambas as áreas corresponde ao período da tarde, com um ligeiro predomínio de freqüentadores na área 2, em torno de 0,24%.

Podemos destacar a princípio, que não existe uma quantidade representativa de pessoas freqüentadoras dessas praças durante todos os dias, segundo os respondentes “chefes de família”, essa freqüência durante os períodos da manhã e da tarde

está exclusivamente ligada à presença de crianças, no período da noite observa-se a presença de outros segmentos como adolescentes e adultos. Muito embora a presença nesse período da noite seja praticamente insignificante, se levarmos em conta o montante de pessoas entrevistadas e residentes nos respectivos domicílios entrevistados. É importante destacarmos que grande parte dos respondentes enfatiza não haver condições de freqüentar essas praças no período noturno, pois nesse período as praças se tornam verdadeiros "(...) *redutos de marginais*", prevalecendo o consumo de 'drogas' e entorpecentes. Afirmações como essa aparecem de forma constante nas áreas 2 (Z. Leste) e 3 (Watal Ishibashi), cabendo realizar uma maior reflexão a respeito.

Quando nos referimos à freqüência nos finais de semana, bem como à freqüência que não apresenta uma regularidade específica, chegamos a percentuais bem maiores em ambas as áreas, com exceção da freqüência durante os finais de semana na área 2 (Z. Leste). Embora a freqüência de forma irregular em todas as três áreas seja considerável, não podemos perder de vista as diferenças fundamentais presentes no uso das quatro praças de lazer. É significativo apontarmos que em apenas uma praça das quatro analisadas verificamos grande freqüência de pessoas, apresentando um percentual somando as freqüências diárias, em finais de semana e irregulares de aproximadamente 75%, correspondendo à chamada área 1(A. Jacinta).

Nessa área (área 1), ao contrário das outras duas, percebemos uma maior 'familiaridade' por parte das pessoas com tal praça. Muitos apontamentos indicaram a utilização esporádica ligada a "passeios com cachorros", "caminhadas" e "conversas entre amigos" mesmo em momentos bastante limitados sem regularidade quanto ao dia. A única ressalva que pode ser considerada refere-se ao período noturno, pois muitos dos entrevistados alegaram haver pouca segurança, ocasionalmente ocorrendo problemas com grupos de jovens muitas vezes portadores de 'drogas'.

Conforme apontamos, essa área levantada acima compreende uma exceção dentre as três áreas analisadas na cidade referentes ao entorno das quatro praças de lazer mencionadas. Na área 3 (W. Ishibashi), 45,79% das famílias levantadas usufruem momentos de lazer na praça localizada no bairro, percentual este, menor se comparado ao referente às pessoas que não se utilizam dessa praça, representado por 54,21%.

A área 2 (Z. Leste) apresenta um percentual maior ainda de pessoas que não usufruem das duas praças de lazer destacadas nessa área, dentre o montante de famílias levantadas, em torno de 64,36% não freqüentam tais praças, restando 35,64% de freqüentadores.

Fica realmente evidente a baixa freqüência nas praças de lazer das áreas 2 e 3 por parte dos moradores habitantes de suas adjacências, principalmente na área 2 (Z. Leste). Isso nos permite compreender que embora as praças mencionadas estejam localizadas em áreas sujeitas à exclusão social, onde a instalação dessas pode propiciar a geração de importantes espaços destinados a práticas de lazer gratuitas, não existe uma plena utilização dessas praças, sugerindo que para a ampliação das práticas de lazer da população de baixa renda não basta implantar equipamentos. A dimensão de uma política pública de lazer efetiva torna-se, portanto, extremante relevante.

É possível enfatizarmos um trabalho anterior também ligado à temática do lazer em Presidente Prudente, o qual retrata a implantação e o uso de uma área de lazer denominada "Parque das Andorinhas". Nesse trabalho, Ribas (1998) destaca a subutilização dessa área de lazer citada, mostrando que nos anos iniciais correspondentes à sua implantação, a plena utilização dessa área deixou a desejar. A autora atesta a inexistência de programas articulados levando em conta a esfera do lazer, destacando que a constituição de áreas de lazer em fundos de vale possui muito mais uma função paisagística, do que necessariamente de espaço para o lazer, garantindo a "[...] esses locais desvalorizados [...] uma nova função [...]". (Ribas, 1998, p.91).

Em meio a essa baixa utilização das praças de lazer localizadas nas áreas 2 e 3, é que se verifica um conflito de interesses presente entre os diferentes públicos de moradores habitantes das proximidades dessas áreas. A maior utilização da praça de lazer da área 1, certamente está atrelada à distância significativa deste bairro com relação a outras áreas de lazer localizadas em áreas mais centrais da cidade, fato este que não ocorre necessariamente na área 3 apesar de sua razoável distância de outros equipamentos de lazer disponíveis na cidade. Nessa área (área 3) e principalmente na área 2, a qual se encontra bastante próxima da área central, percebe-se uma freqüência pouco considerável dos moradores a essas respectivas praças de lazer destacadas.

Esse conflito de interesses se encontra caracterizado através da visão dos moradores que ressaltaram não haver condições de freqüentar essas praças, pois de acordo com um morador[22], *"no horário que (podia) se freqüentar que é depois do serviço..., depois das 6 da tarde tem sempre gente usando drogas e mexendo com as crianças..."*.

Portanto, observa-se claramente os traços de uma apropriação dessas praças (áreas 2 e 3) por alguns segmentos a partir do final da tarde, segmentos estes

[22] Fala apresentada por um morador das imediações da Vila Líder, área 2 (Zona Leste), momentos antes de responder o questionário, aproximadamente às 18:35 horas do dia 01/08/2006.

geralmente compostos por adolescentes que sempre se encontram em “rodas” aparentemente conversando. Ao abordar um adolescente, aparentando ter entre 16 e 18 anos no período noturno na ‘praça de lazer da Vila Líder’ (área 2), iniciamos uma conversa informal para saber se ele morava nas proximidades da área de lazer, a recepção a princípio não foi muito “amigável”, pois pensou se tratar de alguma pesquisa eleitoral, mas aos poucos ficou mais tranqüilo e começou a relatar como era sua relação com aquele espaço. *“Aqui é legal, a gente joga bola, faz o que quer..., a gente manda aqui..., fica na (moral) a noite, fuma..., é isso aí”*[23].

Percebe-se nesse sentido, a existência de uma apropriação do espaço público por parte desses jovens no período noturno, cabendo com as suas devidas diferenças, fazer uma breve relação com a diversidade de usos e a apropriação por parte de alguns segmentos verificada por Frúgoli Júnior (1995) nas praças analisadas em seu trabalho na cidade de São Paulo.

É importante ressaltar essas diferenças, pois nas praças de lazer analisadas em Presidente Prudente, especificamente as quatro abordadas em nosso trabalho, não se constata essa diferença de usos ligada a um grande complexo de atividades desenvolvidas, o que prevalece é o uso voltado para o lazer, seja nos parques infantis, nas caminhadas, no “campinho”, ou na simples conversa entre colegas ou conhecidos, momento esse que inclui as práticas desenvolvidas por esses jovens já destacados. Mesmo as atividades comerciais instaladas nessas áreas, são na maioria das vezes itinerantes e se encontram voltadas para um uso através do lazer, como os *“pula - pulas”* nos finais de semana, ou esporadicamente a chegada de vendedores de *“algodão doce”*, *“picolé”* ou *“cachorro quente”*.

A seguir, apresentamos um conjunto de fotos das quatro praças identificadas nessas três áreas.

[23] Relato evidenciado através de uma ‘conversa informal’ com um adolescente que se encontrava na “praça de lazer da Vila Líder (área 2) por volta das 20:00 horas do dia 31/07/2006.

FOTO 1 – Praça de lazer da área 1 (Ana Jacinta)

FONTE: Fabrício da Mata Lucas
Trabalho de campo – 03/07/2005

Nesta foto observa-se a freqüência de algumas crianças na praça de lazer da área 1 (A. Jacinta) numa tarde de domingo, constando-se um intenso uso dessa área, sobretudo nos finais de semana.

FOTO 2 – Praça de lazer da área 2 (Vila Brasil)

FONTE: Fabrício da Mata Lucas
Trabalho de campo – 07/07/2005

Através desta foto é possível verificar a presença de algumas crianças utilizando o parque infantil e “empinando pipas” na praça de lazer da área 2 (Z. Leste - Vila Brasil).

FOTO 3 - Praça de lazer da área 2 (Vilas Líder e Planaltina)

FONTE: Fabrício da Mata Lucas
Trabalho de campo – 08/07/2005

Esta foto retrata a praça de lazer da área 2 (Z. Leste - Vilas Líder e Planaltina), sendo possível observar a presença de alguns transeuntes retornando do trabalho e de algumas crianças na pista de skate.

FOTO 4 - Praça de lazer da área 3 (Watal Ishibashi)

FONTE: Fabrício da Mata Lucas
Trabalho de campo – 13/07/2005

Esta foto apresenta a praça de lazer da área 3 (Watal Ishibashi), sendo possível observar algumas crianças utilizando o parque infantil.

Em seguida, destacaremos uma tabela com os percentuais referentes aos moradores das três áreas analisadas que se deslocam para outros locais da cidade em busca de momentos de lazer.

Tabela 8 - Distribuição da freqüência dos moradores que usufruem momentos de lazer em outros locais da cidade

Área	Periodicidade de busca por outros locais (Nº absoluto e percentual %)			Total
	Não buscam	Finais de semana	Não possui regularidade	
1 - A. Jacinta	68 33,83	22 10,95	111 55,22	201
2 - Z. Leste	28 14,89	24 12,77	136 72,34	188
3 - W. Ishibashi	35 32,71	4 3,74	68 63,55	107
Total	131	50	315	496

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Essa tabela nos permite compreender dentre o contingente de moradores residentes nos domicílios entrevistados, o percentual referente aos que se deslocam de seus bairros em busca de momentos de lazer em outros locais da cidade, sendo esse percentual consideravelmente maior em relação aos que não buscam momentos de lazer em outros locais em todas as três áreas levantadas. Na área 1 (A. Jacinta), incluindo quem se desloca do bairro nos finais de semana ou sem uma regularidade específica, soma-se um percentual de 66,17%. Na área 2 (Z. Leste) esse percentual chega a 85,11%, enquanto na área 3 (W. Ishibashi) esse percentual representa 67,29%.

Esses percentuais são altos nas três áreas, no entanto, são bem mais expressivos na área 2 (Z. Leste). Algo relevante trazido por essa tabela, refere-se também aos percentuais das pessoas que não se deslocam de seus bairros em busca de lazer para outros locais, percebendo o baixo percentual referente a essa alternativa na área 2 (Z. Leste), 14,89% no entorno das duas praças de lazer. Um certo equilíbrio é verificado entre as áreas 1 e 3, com percentual de 33,83% na área 1 (A. Jacinta) e de 32,71% na área 3 (W. Ishibashi).

Para atestarmos esse baixo percentual de pessoas que não se deslocam para outros locais da cidade em busca de lazer verificado na área 2 (Z. Leste), poderíamos até nos remeter a uma possível relação com o fato de ter sido verificada baixa freqüência dos

moradores nas duas praças de lazer levantadas nessa área (Ver Tabela 7). No entanto, compreendemos não ser possível estabelecer uma relação direta entre essas duas informações. Pois embora o percentual de freqüentadores dessas duas praças (35,64%) seja consideravelmente menor se comparado aos não freqüentadores (64,36%), muitas dessas pessoas freqüentadoras de tais praças podem também freqüentar outros locais da cidade para se obter momentos de lazer.

Algo mais evidente para justificar essa considerável saída de pessoas dessa área (Z. Leste), resulta-se do fato de haver uma maior ligação dessa área da cidade com o restante da malha urbana, diferentemente das outras duas áreas levantadas nesse trabalho, principalmente da área 1 (A. Jacinta).

Essa ligação da qual falamos corresponde à proximidade física. Ou seja, embora bairros como as Vilas Líder, Brasil ou Planaltina estejam localizados em áreas consideradas de média exclusão social e habitados na sua maioria por populações de baixa renda, o acesso ao restante da cidade não compartilha de grandes esforços, sendo os deslocamentos facilitados para pedestres e transeuntes que queiram se dirigir, por exemplo, para o “Parque do Povo”, para o “Shopping Center Americanas”, ou mesmo para o centro da cidade. Esse deslocamento das duas outras áreas analisadas (A. Jacinta e W. Ishibashi) para outros espaços e equipamentos de lazer localizados nas áreas mais centrais da cidade não se encontra facilitado devido a maior distância física dessas duas áreas, existindo nesse caso uma grande dependência de meios de transporte.

5.2 - Análise das políticas públicas de lazer pela população

Nesse momento do trabalho, partimos para a análise de algumas informações referentes à avaliação realizada pelos moradores a respeito das atuais políticas de lazer instituídas pelo poder público municipal. Também destacamos uma enquete com o intuito de identificar qual das gestões municipais mais se empenhou ao estruturar políticas voltadas para a área do lazer, com vistas a enfocar, sobretudo as gestões municipais que governaram a cidade a partir do ano de 1990, coincidindo com o período no qual foram levantados os periódicos trabalhados no Capítulo 3 junto ao jornal “O Imparcial”.

Essas informações nos forneceram um rico material para avaliarmos como os moradores entrevistados concebem as atuais políticas de lazer desenvolvidas em Presidente

Prudente e ainda, verificar como as gestões municipais destacadas através do levantamento do material jornalístico realizado são compreendidas quanto ao desenvolvimento de ações voltadas para o lazer.

Os dados tabulados e expressos nas tabelas apresentadas a seguir correspondem especificamente ao número oficial de questionários aplicados, compreendendo exclusivamente à opinião fornecida pelos “chefes de família” respondentes dos respectivos questionários.

A tabela 9 apresenta a avaliação realizada pela população a respeito das atuais políticas de lazer fornecidas pelo poder público municipal, sendo importante destacar nesse momento a inclusão de todos os entrevistados, mesmo aqueles que disseram não usufruir práticas de lazer.

Tabela 9 - Avaliação da atual política de lazer desenvolvida pelo poder público

Área	Avaliação da política voltada à área do lazer (Nº total e percentual %)					Total
	Excelente	Boa	Regular	Ruim	Ñ sabe	
1 - A. Jacinta	2 2,99	28 41,79	22 32,84	14 20,90	1 1,49	67
2 - Z. Leste	2 2,78	24 33,33	25 34,72	14 19,44	7 9,72	72
3 - W. Ishibashi	1 3,03	13 39,39	11 33,33	4 12,12	4 12,12	33
Total	5	65	58	32	12	172

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Os resultados expressos nessa tabela não permitem identificar a existência de uma diferenciação significativa das respostas apresentadas entre uma área ou outra. Podendo observar de forma geral o mesmo direcionamento para o conjunto das respostas obtidas nessas áreas.

As ações ligadas ao lazer desenvolvidas pelo poder público municipal foram avaliadas de acordo com o seguinte critério: ‘Excelentes’, ‘boas’, ‘regulares’, ‘ruins’ ou ‘sem resposta’, sendo demonstrado neste último caso o desconhecimento dessas ações.

Constata-se a predominância de dois destes itens, os quais se referem a uma avaliação ‘boa’ ou ‘regular’. Mesmo assim, ao associarmos as respostas que consideram serem boas ou excelentes as atuais ações voltadas para o lazer, percebemos uma representativa aceitação da atual gestão municipal, ultrapassando 40% das opiniões nas áreas 1 e 3, respectivamente com 44,78% na área 1 (A. Jacinta), 42,42% na área 3 (W. Ishibashi) e 36,11% na área 2 (Z. Leste), verificando-se nessa última área um menor percentual de boa ou excelente aceitação dessas ações.

Um outro item marcante refere-se à avaliação ‘regular’ dessas ações voltadas para o lazer, havendo uma semelhança muito grande entre as três áreas, 32,84% na área 1 (A. Jacinta), 34,72% na área 2 (Z. Leste) e 33,33% na área 3 (W. Ishibashi).

Consideramos este item como um mediador, pois o teor das respostas confirma a existência de um relativo contentamento com a atual política municipal voltada para o lazer, mas ao mesmo tempo, confirma a necessidade de continuar expandindo as ações que norteiam essa política. Outro fator de extrema relevância, influenciador dessas respostas e identificado nas áreas analisadas diz respeito à falta de manutenção e segurança no conjunto de praças de lazer instaladas nessa atual gestão na cidade.

As respostas que desqualificam a ação da atual gestão municipal no incentivo ao lazer, considerando ‘ruim’ a atuação da prefeitura também se manifestam de forma bastante semelhante entre essas áreas, com diferença maior na área 3(W. Ishibashi), onde o percentual de rejeição às atuais políticas de lazer da prefeitura é menor, 12,12%. Nas áreas 1(A. Jacinta) e 2(Z. Leste) esses percentuais são razoavelmente maiores e bastante semelhantes, 20,90% na área 1 e 19,44% na área 2.

Com relação ao último item, constatamos os maiores percentuais referentes às pessoas que não souberam responder nas áreas 2 e 3, com 9,72% na área 2 (Z. Leste) e 12,12% na área 3 (W. Ishibashi). Na área 1 (A. Jacinta) verificamos um percentual bastante ínfimo de apenas 1,49%, correspondendo em números absolutos apenas uma resposta.

Através dessas informações, torna-se perceptível o predomínio de uma avaliação entre ‘regular e boa’ das atuais políticas de lazer, verificando de uma forma geral a aceitação dessas ações desenvolvidas pela atual gestão municipal.

É possível considerar a avaliação regular como o “divisor de águas” das opiniões elencadas, estando no meio termo, destacando a importância das ações realizadas, mas ao mesmo tempo levantando alguns problemas ligados principalmente à falta de acompanhamento do poder público nas obras inauguradas (praças de lazer). Levando em consideração o caráter transitório da avaliação ‘regular’, observa-se a presença de

considerações positivas e negativas que nem aprovam e também não desaprovam tais políticas de lazer. As respostas consideradas ‘boas’, aprovando tal gestão, são razoavelmente maiores nas áreas 1 e 3, enquanto na área 2 (Z. Leste) são ligeiramente menores se comparado às respostas apresentadas como ‘regulares’. Se associarmos as respostas ‘boas’ e ‘excelentes’ conforme já apontamos, torna-se possível afirmar que no montante geral existe boa aceitação dessas atuais políticas voltadas para o lazer, predominando afirmações que destacam a atual gestão municipal como empreendedora no sentido de construir um considerável número de praças de lazer na cidade.

Mesmo assim, não devemos esquecer das opiniões contrárias, as quais desaprovam a atual gestão, pois mesmo representando percentuais menores nas três áreas, esses ainda compreendem informações significativas, tendo em vista a quantidade expressiva de opiniões, principalmente nas áreas 1 e 2.

A tabela apresentada a seguir (Tabela 10) enfatiza a opinião dos respondentes “chefes de família” a respeito de qual gestão a partir da década de 1990 melhor contempla as políticas de lazer na cidade de Presidente Prudente. Essa tabela também inclui as opiniões que destacam existir nesse período mais de uma importante gestão privilegiando as políticas de lazer, sendo constatado nesse momento o número total e os percentuais referentes à quantidade de moradores entrevistados.

Assim como na tabela anterior (Tabela 9), enfatizamos nesse momento a opinião de todos os entrevistados considerados “chefes de família”, enfocando até mesmo os entrevistados que não vivenciam momentos de lazer, pois entendemos que mesmo estes não usufruindo lazer, podem opinar a respeito.

Tabela 10 - Gestão municipal que mais privilegiou ações ou políticas de lazer

Área	Gestão mais atuante nas políticas de lazer (Nº total e percentual %)								Total
	1*	2*	3*	4*	5*	1,2*	1,3*	1,4*	
1 - A. Jacinta	38	4	4	2	11	1	6	1	67
	56,72	5,97	5,97	2,99	16,42	1,49	8,96	1,49	
2 - Z. Leste	37	3	1	6	21	0	4	0	72
	51,39	4,17	1,39	8,33	29,17	0,00	5,56	0,00	
3 - W. Ishibashi	20	1	1	2	8	0	1	0	33
	60,60	3,03	3,03	6,06	24,24	0,00	3,03	0,00	
Total	95	8	6	10	40	1	11	1	172

Fonte: Pesquisa de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Legenda:

1*- Atual gestão Agripino Lima (2001-2004/ 2005-2006);
2* - Gestão Mauro Bragato (1997-2000);
3* - Gestão Agripino Lima (1993-1996);
4* - Gestão Paulo Constantino (1989-1992);
5* - Nenhuma das alternativas.
Os códigos 1,2* indicam que o entrevistado destacou a atual gestão Agripino Lima e a gestão Mauro Bragato como principais incentivadoras das políticas de lazer; os códigos 1,3* indicam a atual gestão Agripino Lima e sua gestão anterior (1993-1996); os códigos 1,4* indicam a atual gestão Agripino Lima e a gestão Paulo Constantino.

De acordo com as informações expostas nessa tabela percebemos o teor das opiniões majoritariamente favoráveis à gestão Agripino Lima (2001/2004), a qual teve continuidade em 2005, sendo vista como a gestão que mais incentivou as práticas de lazer na cidade a partir da década de 1990. Nosso enfoque nesse momento representa uma tentativa de resgatar a compreensão da população a respeito das políticas ou ações geradas na área do lazer desde o ano 1990, coincidindo com o período levantado no acervo jornalístico acerca das principais manchetes veiculadas às práticas de lazer subsidiadas pelo poder público municipal.

Ao analisarmos tais informações, devemos ressaltar um aspecto pertinente, pois embora entrevistamos somente as pessoas consideradas “chefes de família” e em alguns casos as esposas desses respectivos “chefes”, dentre o montante de entrevistados temos pessoas com idade mínima de 21 anos, não representando a maioria, mesmo assim, corresponde uma parcela que se aproxima da metade dos percentuais referentes aos “chefes de família” entre 21 e 50 anos conforme está caracterizado numa tabela a seguir. Essa tabela

serve para comprovarmos o real número de entrevistados “chefes de família” representantes das menores idades entre 21 e 30 anos, dentre o total daqueles que estão enquadrados entre 21 e 50 anos.

Tabela 11 - Nº e Percentual de chefes de família entre 21 e 30 anos dentre o total de entrevistados entre 21 e 50 anos

Área	Nº e percentual % entre 21 e 50 anos	Nº e percentual % entre 21 e 30 anos	Total de entrevistados
1 - A. Jacinta	50 (74,62)	19 (28,35)	67
2 - Z. Leste	48 (66,66)	23 (31,94)	72
3 - W. Ishibashi	20 (60,60)	08 (24,24)	33

Fonte: Trabalho de campo (julho/ agosto de 2006)

Organizador: Fabrício da Mata Lucas

Percebe-se que esses percentuais referentes aos “chefes de família” entrevistados entre 21 e 30 anos registrados nas três áreas representam um contingente de pessoas que possuíam pouca idade no início da década de 1990, não apresentando condição de avaliar alguma ação voltada para o lazer desenvolvida naquele momento.

Ao referirmos aos baixos percentuais compreendidos no período Paulo Constantino (1989 - 1992), chegando no máximo a 8,33% de aprovação das políticas de lazer na área 2 (Z. Leste) e apenas 2,99 na área 1 (A. Jacinta), temos a plena a consciência que esse público jovem entrevistado não possui os subsídios necessários para avaliar os acontecimentos ocorridos em tal gestão (Ver Tabela 10).

Ao fazermos tais comparações, pretendemos deixar claro que embora tenha sido contemplado um considerável percentual de “chefes de família” mais jovens com pouco conhecimento das gestões mais antigas dentre as quatro analisadas, a grande maioria se enquadra nas faixas etárias mais elevadas, prevalecendo essa grande identificação com a gestão Agripino Lima mais recente (2001/ 2004).

Algo interessante para essa análise, diz respeito à grande diferença constatada entre os apontamentos referentes a essa última gestão do prefeito Agripino Lima

(2001/2004)[24] e sua gestão anterior (1993/1996). Na anterior, constata-se a ocorrência de percentuais bem mais modestos, não ultrapassando os 5,97% verificados na área 1 (A. Jacinta). Aparecem também alguns percentuais apontando as duas gestões desse prefeito como sendo as que mais incentivaram as ações e políticas voltadas para o lazer na cidade, com percentuais entre 8,96% na área 1 e 3,03% na área 3. Essa considerável diferença dos percentuais apresentados entre as duas gestões do mesmo prefeito, confirma-se através de um conjunto de falas que ao ressaltar essa segunda gestão (2001/ 2004), destacam a disseminação de praças de lazer pela cidade. Em alguns casos, mesmo o entrevistado não considerando ser boa a atuação da gestão Agripino Lima, ao se referir especificamente a sua atuação voltada para o lazer, ressalta diferenças relevantes, confirmando na maioria dos relatos, a importante presença da instalação dessas praças de lazer em sua segunda gestão, apesar de muitas dessas praças continuarem sendo pouco utilizadas de acordo com os motivos já levantados.

A gestão Mauro Bragato (1997/ 2000) apesar de ser bastante recente, pouco recebe ênfase por parte dos entrevistados, correspondendo a pequenos percentuais, respectivamente 5,97% na área 1 (A. Jacinta), 4,17% na área 2 (Z. Leste) e 3,03% na área 3 (W. Ishibashi).

Quanto aos apontamentos considerando a existência de mais de uma gestão representativa no incentivo ao lazer, podemos nos referir a um único apontamento considerando a gestão Paulo Constantino juntamente com essa última gestão Agripino Lima e, também apenas um único considerando a gestão Mauro Bragato com essa última já enfatizada gestão Agripino Lima. Comprovando assim, a baixíssima relevância dada a essas duas gestões (Paulo Constantino e Mauro Bragato) no que concerne à instituição de benfeitorias voltadas ao lazer.

Ao fazer referência aos percentuais dos respondentes que não souberam opinar a respeito de qual gestão mais privilegiou a área do lazer, percebe-se a presença de percentuais bastante representativos, em torno de 16,42% na área 1 (A. Jacinta), 29,17% na área 2 (Z. Leste) e 24,24% na área 3 (W. Ishibashi).

É importante enfatizar que dentre os percentuais referentes às pessoas que não apontaram nenhumas das alternativas presentes, verificamos um grupo destacando ora não saber a respeito dessas gestões e em outros momentos não diferenciando as ações realizadas por essas. Dentre os 16,42% da área 1, aproximadamente 10,44% apontaram ‘não

[24] Ao nos referirmos à gestão 2001/ 2004 como sendo a última administrada por esse prefeito, estamos na verdade fazendo referência ao período de análise que coincide com o levantado no Capítulo 3 quando enfocamos as manchetes trazidas nos jornais. Pois é sabido que o então prefeito (Agripino Lima) se reelege em 2004 se encontrando atualmente na metade de sua terceira gestão.

saber responder' qual gestão mais incentivou o lazer, outros 5,98% não diferenciaram uma gestão da outra, destacando que tais gestões pouco investiram na área do lazer. Na área 2 o percentual é maior, dos 29,17% destacados, 15,28% não souberam opinar a respeito, enquanto outros 13,89% não consideram haver diferenças significativas entre essas gestões. Na área 3, dos 24,24% enfatizados, 15,15% não souberam responder e, 9,09% apontaram ser iguais as gestões.

Essas pessoas que não souberam opinar a respeito compreendem na maioria dos casos aos entrevistados e "chefes de família" mais jovens entre 21 e 30 anos, aparecendo também, pessoas que se fixaram há pouco tempo na cidade.

De uma forma geral, é possível atribuir a essa segunda gestão Agripino Lima (2001/ 2004), a maior preponderância no que se refere à instituição de políticas e ações voltadas para o lazer a partir da década de 1990 segundo os entrevistados, posição esta atribuída, sobretudo à constante instalação de novas praças de lazer pela cidade, representando algo visível e presente no imaginário da população. Mesmo assim, cabe ressaltar também, a presença da "memória curta" da população, algo relevante para se pensar na forma como essa última gestão é ressaltada pelos moradores entrevistados, pois o que fica mais presente no imaginário das pessoas com certeza são as ações mais recentes.

Contudo, observa-se que ao ressaltar essas novas praças como o grande motivador para a aprovação dessa gestão ao se referir às políticas de lazer, muitos dos moradores destacaram que o atual prefeito atende os diversos anseios da população, atuando e direcionando plenamente todas as ações e políticas voltadas para o município.

Isso reforça a imagem atrelada ao Prefeito Agripino Lima de "homem que faz", demonstrando conforme já destacamos no dizer de Miño (2004), a preocupação especial em apresentar sua gestão como uma grande executora de obras. Diante de tais características, podemos reafirmar a presença de práticas clientelistas[25], verificadas através do discurso da população num âmbito que vai muito além das ações direcionadas ao lazer, pois de acordo com uma moradora, "*ele faz mesmo..., enfrenta todo mundo que quer atrapalhar seu trabalho..., isso é pra mostrar (pro) povo quem realmente faz*"[26].

Portanto, percebe-se que a atual administração municipal possui como sua principal marca, ou seja, como seu principal emblema a "urbanização e implantação de espaços dotados de equipamentos de lazer" na malha urbana de Presidente Prudente. Prática

[25] Cf. MELO, 1997 e MIÑO, 2004.
[26] Afirmação registrada em conversa informal, momentos antes de iniciarmos as perguntas do questionário para uma senhora moradora no entorno da área de lazer 1 (A. Jacinta), às 15:00 horas do dia 06/08/2006.

esta que vai ser alvo de questionamentos de adversários políticos e sem dúvida pode ser associada a atitudes clientelistas, algo que não estamos questionando, mas sim reforçando neste trabalho.

Nosso intuito é demonstrar que é perceptível o atrelamento a essas práticas clientelistas, as quais visam obter um retorno futuro, incluindo candidaturas de outros membros da família do prefeito para cargos políticos importantes conforme é possível perceber a cada eleição, ou mesmo de outros aliados envolvidos na presente administração municipal. Mesmo assim, consideramos ser positiva a instalação de tais obras, sobretudo para se gerar mais possibilidades de lazer para uma população de renda mais baixa que habita bairros de periferia.

A grande questão que deve ser colocada nesse momento refere-se à presença de um já mencionado "padrão de política pública" direcionado à área do lazer na cidade de Presidente Prudente, na qual o estabelecimento de tais praças de lazer em diversos pontos da malha urbana representa esse padrão. Nosso intuito nesse capítulo é sem dúvida compreender o entendimento da população acerca do lazer e, principalmente levantar considerações sobre a concepção dessa população a respeito das atuais políticas estabelecidas, tendo em vista esse "padrão de política pública".

5.3 - Possíveis caminhos

Diante de tal perspectiva, torna-se possível enfatizar a forte presença dos espaços públicos, "semipúblicos" e/ ou privados destinados ao lazer, entendendo estes primeiros no presente trabalho, sobretudo através dos "parques" e "praças", enquanto os segundos são representados através das lanchonetes, bares, shopping centers, etc.

Gomes (2002) atesta para os dias atuais a existência de uma cidade fragmentada, refletindo numa "[...] soma de parcelas mais ou menos independentes, havendo uma multiplicação de espaços que são comuns, mas não são públicos". Verificando-se nesse sentido, "[...] um confinamento dos terrenos de sociabilidade e diversas formas de nos extrairmos do espaço público", entre elas o próprio "shopping center". (GOMES, 2002, p.174).

O autor aponta que essa nova forma de conceber os espaços de convivência comuns, direcionando-os à fragmentação e uma posterior identificação através do "gosto

comum" entre cada um dos grupos, acaba rompendo com o princípio da diversidade embutido nos espaços públicos, resultando em um processo de "recuo da cidadania". (GOMES, 2002).

Portanto, quando nos referimos a essa forte associação das opiniões dos moradores com a considerável utilização desses espaços destacados por nós como "semipúblicos" e/ ou privados, principalmente os shopping centers, compreende que nessa cidade atual, mesmo para as pessoas habitantes dessas áreas sujeitas à exclusão, tais locais embora voltados para o consumo representam grande alternativa para se obter lazer. Visão esta, compartilhada até por aquelas pessoas que ressaltaram não possuir condições financeiras para se deslocar em busca desses locais.

Ao considerarmos tais espaços de lazer, podendo até associá-los a um recuo na dimensão da freqüência a outros espaços públicos como praças e parques, não pretendemos 'desqualificar' o uso desses espaços no que compreende a seu direcionamento voltado para o lazer, pois conforme já verificado, são consideráveis os apontamentos que reforçam a freqüência a esses espaços. Apenas consideramos que o lazer vivenciado nesses locais possui em última instância a plena identificação com o consumo.

O que mais nos interessa sem dúvida é ressaltar como vem sendo direcionado o uso nos espaços públicos de lazer, mais especificamente nas quatro praças enfatizadas nesse trabalho, sendo que nesse sentido, verificamos a baixa presença dos moradores em três dessas praças (nas duas praças da **área 2 -** Z. Leste e na praça da **área 3 -** W. Ishibashi). Embora se observe de um modo geral uma razoável aceitação das políticas de lazer estabelecidas na atual gestão municipal, sendo o conjunto das informações levantadas resultante do fato de haver sido instalado esse considerável número de praças de lazer, ao analisar a presença dos moradores nessas praças próximas de suas residências, identifica-se esse baixo uso das mesmas.

Os principais motivos relacionados a esse baixo uso foram abordados no decorrer do trabalho, sendo necessário refletir sobre como se encontram instaladas tais praças, ou seja, como tais espaços dotados de equipamentos de lazer podem garantir a inclusão de diferentes públicos em busca de lazer. Algo que a nosso ver, vai muito além da simples instalação dos equipamentos (por mais importantes que sejam), necessitando incluir na agenda do poder público uma política específica direcionada para a área do lazer. Política que inclua também a manutenção desses equipamentos, programação cultural que atenda efetivamente as áreas ressaltando os diversos anseios dos moradores, material humano e, sem dúvida maior segurança.

No dizer de Marcellino (1996, p.24), “esse caráter parcial que se observa quanto ao conteúdo, dificulta o estabelecimento de ações específicas, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer”.

Mesmo assim, algo fundamental que consideramos, diz respeito à inclusão e não separação dessas novas áreas em “guetos” onde cada um dos grupos se sobressaia perante o outro, impondo uma espécie de apropriação privada desses espaços de lazer. De acordo com Gomes (2002, p.177), “o livre acesso (a tais espaços públicos) pressupõe a não - exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum”. Algo que também é ressaltado por Frúgoli Júnior (1995), o qual reforça a necessidade do poder público tentar equacionar no mesmo ‘espaço’, os diferentes anseios da população. Tendo em vista, que a sociedade capitalista por ser em sua origem contraditória e desigual, congrega pessoas com diferentes origens sociais e com diferentes perspectivas quanto ao modo de se apropriar dos espaços públicos.

Para finalizar as considerações desse Capítulo, nos remetemos a Henri Lefébvre (2001, p.128-29) quando este destaca que:

> O problema dos lazeres obriga a pensar mais claramente ainda numa estratégia. Para colocá-la em toda sua amplidão, convém inicialmente destruir alguns fantasmas misturados com ideologia. O imaginário social arrumado (pela ideologia, pela publicidade), bem como a triste realidade dos ‘hobbies’ e da ‘criatividade’ miniaturizada fecham os horizontes. Nem as saídas em férias, nem a produção cultural industrializada – nem os lazeres na vida cotidiana, nem os lazeres fora da quotidianidade – resolvem o problema. [...] O problema é acabar com as separações: ‘quotidianidade-lazeres’ ou ‘vida quotidiana-festa’. O problema é restituir a festa transformando a vida quotidiana. (LEFÉBVRE, 2001, p.128-29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para enfatizarmos os resultados obtidos no trabalho, faz-se necessário resgatarmos os principais apontamentos referentes a cada capítulo. Num primeiro momento (Capítulo 1), enfocamos algumas concepções de lazer procurando estabelecer uma maior visibilidade a esse conceito. Enfatizamos desde sua possível ocorrência em diferentes períodos históricos, constatando em seguida consideráveis mudanças estabelecidas a partir do advento de uma sociedade urbano-industrial, verificando-se a partir desse momento uma rígida divisão do tempo na vida das pessoas.

É, portanto, nas cidades que essa segmentação do(s) tempo(s) passa a ser preponderante na vida dos indivíduos. Para as populações que vivem no campo, o contato com o "lazer", ou com os momentos de não trabalho não se encontra tão rigidamente delimitado pelo relógio, podendo-se considerar que a forma na qual o lazer se encontra instituído na sociedade moderna acaba aproximando-o mais dos valores da cidade e do urbano. Na sociedade urbano-industrial a prática do lazer ganha na maior parte das vezes a conotação de 'válvula de escape', com a função de buscar equilíbrio para garantir a manutenção da sociedade, sobretudo no que se refere à reposição da força de trabalho.

É pensando no lazer enquanto uma atividade (prática ou contemplativa) que se torna importante situá-lo como algo que vá além da simples função de válvula de escape, ou seja, como algo que possa garantir em última instância prazer e liberdade ao indivíduo.

A paisagem urbana é responsável por trazer a coexistência e a interação de diversos momentos que refletem tanto o velho quanto o novo, sendo que através dessa constante interação é que se produz e reproduz o espaço urbano e também as diversas manifestações do lazer que se encontram imbricadas. Essa paisagem contempla dois elementos fundamentais conforme ressalta Carlos, que são: "o espaço construído, imobilizado nas construções" e o "movimento da vida". (CARLOS, 1992, p.40).

Através desses dois elementos fundamentais presentes na paisagem urbana, torna-se possível compreender como se constitui o lazer inserido como mais um componente presente no espaço urbano. Nesse contexto, o lazer pode ser verificado no espaço construído a partir da disposição de seus equipamentos e, sobretudo através desse 'movimento da vida' das pessoas que se organizam para vivenciá-lo, sendo que esse movimento compreende a razão da existência de tais equipamentos que se encontram no espaço construído.

Verifica-se, assim, que o lazer aparece como um dos constituintes fundamentais do espaço urbano, devendo ser repensada a forma como as práticas e as políticas de lazer vêm sendo estruturadas nas mais diversas cidades brasileiras. É possível enfatizar que "o uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social". (CARLOS, 1992, p.23).

Ao se pensar, então, nas práticas (contemplações) de lazer em Presidente Prudente, nosso intuito foi enfocar algumas áreas de periferia da cidade sujeitas à exclusão social (Capítulo 2). Para isso, nos remetemos a uma discussão acerca de algumas preocupações que norteiam o conceito de exclusão social, em seguida inserindo a cidade de Presidente Prudente e, como se configura a distribuição das áreas (setores) sujeitas a tal processo nessa cidade.

Dessa forma, tivemos os subsídios para refletirmos o foco de nosso trabalho, ou seja, reforçar a necessidade de haver políticas públicas voltadas para o lazer que atendam áreas de exclusão social habitadas principalmente por uma população carente.

Após a elaboração desses dois capítulos mais teóricos, partimos para um levantamento de informações junto a uma fonte documental (Jornal) que nos permitiu identificar quais foram as principais políticas voltadas para a área do lazer na cidade entre os anos de 1990 a 2004 (Capítulo 3). Dentre essas, identificamos de uma forma geral dois perfis de políticas. Um primeiro mais direcionado à implantação de programas e eventos destacado no início da década de 90 (gestão Paulo Constantino) e entre 1997 e 2000 (gestão Mauro Bragato). Um segundo perfil é enfatizado por uma gestão mais direcionada à instalação de equipamentos de lazer, enfocado, sobretudo a partir de 2001 (gestão Agripino Lima).

Tornou-se possível visualizar uma maior identificação entre o jornal utilizado para o levantamento dessas informações e uma das gestões municipais levantadas nesse período, no caso a gestão Paulo Constantino que governou a cidade no início da década de 90. Nesse momento, podemos apontar que o jornal representava o papel de "porta voz" das ações do poder público municipal, destacando um amplo conjunto de atividades (programas e eventos) bem como de equipamentos, e também o uso de muitos desses equipamentos voltados para o lazer. O teor das manchetes referentes às ações voltadas para o lazer levantadas nas gestões Paulo Constantino e Mauro Bragato se assemelham. Mesmo assim, é possível destacar uma relação mais próxima das ações realizadas na gestão Constantino com o referido jornal, principalmente quando é ressaltado pelo jornal a "função social" estabelecida em algumas das ações voltadas para o lazer levantadas em tal período.

Com relação a essa política de lazer estabelecida a partir de 2001 de acordo com as informações verificadas no jornal, percebe-se que a mesma se encontra mais direcionada à instalação de equipamentos de lazer. A ênfase dada pelo jornal refere-se à instalação de alguns novos espaços e equipamentos, e se levarmos em consideração um conjunto de informações oficiais levantadas além das manchetes enfocadas pelo jornal, observa-se que uma das principais marcas dessa última gestão Agripino Lima está associada à crescente expansão desses espaços e equipamentos voltados para o lazer. Portanto, foi possível perceber através dessas informações, esse perfil empreendedor de obras relacionadas à gestão Agripino Lima.

Essas manchetes trazidas nos jornais permitem identificar além desses diferentes enfoques direcionados ao lazer, uma ampla disputa pelo poder local por parte de dois grupos políticos. Isso fica claro ao relembrarmos das eleições municipais de 2004, quando houve a atuação desses dois grupos, protagonizando uma disputa pelo poder local.

Percebe-se que o legado deixado pelas raízes "coronelistas" na cidade de Presidente Prudente sem dúvida é algo marcante na história da formação da cidade. Embora essa influência "coronelista" tenha sido diminuída devido a importantes mudanças que começaram a se efetivar a partir da década de 30[27], conforme Melo (1995 e 1997) destaca, algumas relações consideradas clientelistas permanecem presentes nos dias atuais. Para pensarmos nessa perspectiva de disputa do poder atualmente, mais precisamente da década de 1990 em diante, devemos ter em mente de acordo com Melo (1997), que não é possível afirmar:

> [...] que a inexistência do coronelismo clássico em nossos dias seja sinal de conquista da plena cidadania. As relações de poder ainda expressam, em grande parte, valores legados pela tradição e manifesto na troca de favores inerente à prática histórica e patrimonialista da sociedade brasileira, como o clientelismo, apropriação do público pelo privado. (MELO, 1997, p.32).

Nesse sentido, podemos pensar como foi estabelecida essa disputa pelo poder local a partir da década de 1990, tendo em vista que esses dois grupos apresentados anteriormente (de um lado liderado por Paulo Constantino e de outro por Agripino Lima) representam segmentos mais modernos ligados ao setor empresarial e de serviços, mantendo traços de uma política de dominação local calcada no clientelismo que reflete também no direcionamento de políticas e ações ligadas ao lazer.

---

[27] Cf. MELO, Jayro Gonçalves. **Presidente Prudente - Coronelismo e Poder Local**. In Conjuntura Prudente 1997.

Num momento posterior do trabalho (Capítulo 4), identificamos como vem sendo implantado esse “padrão de política pública” voltado para o lazer nos dias atuais, ressaltando através da representação cartográfica, um conjunto de novas áreas destinadas à vivência de práticas de lazer na cidade, sobretudo em muitas áreas periféricas sujeitas à exclusão social. É possível ressaltar que esse padrão de política de lazer se encontra inserido na agenda da gestão Agripino Lima, desde 2001 em sua segunda gestão conforme identificamos nos recortes de jornal e, também nessa sua terceira gestão a partir do ano de 2004.

Em um último momento do trabalho (Capítulo 5), partimos da existência desse padrão de política direcionada ao lazer e procuramos identificar o entendimento da população acerca do lazer, bem como sua concepção no que se refere a essa principal política que vem sendo implementada na cidade. Enfocamos nesse momento três áreas periféricas da cidade sujeitas à exclusão, sendo identificada a opinião de moradores residentes no entorno de quatro praças de lazer, duas delas localizadas na zona leste da cidade e próximas uma da outra, compreendendo então uma mesma área.

Constatamos de uma forma geral, que a vivência do lazer por parte desses moradores está associada à utilização de espaços, sejam públicos, semipúblicos e/ ou privados. No que diz respeito aos espaços públicos, vistos para nós como importantes locais destinados à livre fruição de um tipo de lazer gratuito, observa-se uma alta aceitação de uma forma geral nas três áreas levantadas, (1 - Ana Jacinta, 2 - Zona Leste e 3 - Watal Ishibashi). A utilização de outros tipos de espaços considerados semipúblicos e/ ou privados também recebe destaque na presente abordagem, sobretudo nas áreas 1 e 2.

Embora exista esse alto uso de espaços públicos em busca de lazer, a utilização de tais espaços nem sempre coincide com a plena utilização das praças dotadas de equipamentos de lazer localizadas nas três áreas enfatizadas nesse trabalho. Especificamente em duas das áreas analisadas (2 e 3), a não freqüência a essas praças é maior que a freqüência ressaltada por parte dos moradores, comprovando que embora exista tais equipamentos de grande importância para essas áreas, ainda não existem atrativos mais específicos que influenciem uma maior utilização por parte desses moradores.

A maior utilização de uma dessas praças, localizada na área 1 (A. Jacinta), sem dúvida pode estar associada à grande distância de tal bairro (Ana Jacinta) com relação a outros equipamentos localizados ao longo da cidade. Por outro lado, nas áreas onde se verificou a menor utilização das praças de lazer, podemos apontar, sobretudo na área 2 (Z. Leste), a pequena distância em relação a vários outros equipamentos, bem como em relação

ao próprio centro da cidade. Mesmo assim, foram significativas as considerações a respeito da falta de manutenção e segurança nessas áreas, comprovando que apesar de se verificar uma considerável instalação de equipamentos de lazer pela cidade, faz-se necessário também haver uma preocupação mais ampla com a instituição de uma política de lazer mais efetiva. Política esta que ressalte a importância da manutenção, segurança e uma programação que atenda essas áreas e venha a reforçar a utilização desses equipamentos, procurando contemplar os diferentes tipos de usuários.

Nesse sentido é que se observa uma tendência nos dias atuais das pessoas recorrerem cada vez mais a práticas de lazer vinculadas a espaços privados ou que possuem um acesso mais restrito, sendo interessante ressaltar que mesmo em áreas sujeitas à exclusão social a ênfase a espaços como o shopping center, por exemplo, é considerável.

Repensando nas preocupações trazidas por Lefébvre, devemos refletir acerca do caminho para uma sociedade urbana que rompa com o sentimento individualista que tende a camuflar os conflitos e autoproclamar a sensação de pertença e liberdade aos indivíduos. O que resulta segundo o presente autor, em uma sociedade terrorista de consumo dirigido[28]. Pois, "a vida urbana se compõe de encontros; ela exclui a segregação e se define como tempo e lugar de reunião de indivíduos e grupos ainda marcados pela divisão do trabalho, reunião de classes, [...]". (LEFÉBVRE, 1991, p.201).

É pensando na composição de uma vida urbana mais humana que gere coesão e inclusão, ao invés de segregação e exclusão, que procuramos enfatizar a relação existente entre a prática do lazer e a cotidianidade das pessoas, ou seja, como o lazer se insere na vida desses moradores levantados.

Pensar em como as pessoas vivem o seu dia a dia seja no trabalho, na escola, em casa, com familiares, nas rodas de amigos, na "cervejinha do fim de tarde", na igreja, no shopping center, etc, constitui a nosso ver diferentes esferas da cotidianidade.

Porém, esse cotidiano tende a nos remeter à rotina, mesmo que muitas vezes seja entrelaçado de momentos um pouco mais espontâneos. Compreender esse dia a dia através dessa rotina estabelecida na cotidianidade é o que nos permite apontar o lazer como a possibilidade de ruptura com essa estrutura que se repete todos os dias e que nem sempre vem acompanhada de atividades que reservem prazer às pessoas.

[28] Nesta sociedade segundo Lefébvre, "convergem então as opressões e o sentimento vivido de liberdade" (LEFÉBVRE, 1991, p.158). O terror nasce do conjunto e do pormenor, sendo qualquer contestação reduzida ao silêncio.

Para isso, nos reportamos a Lefébvre, (1991, p.07) quando este destaca que “o inventário do cotidiano faz-se acompanhar de sua negação pelo sonho, pelo imaginário, pelo simbolismo, negação que supõe também a ironia diante dos símbolos e do imaginário”.

Podemos considerar as diferentes possibilidades que os indivíduos possuem para romper com suas rotinas em busca de algo minimamente prazeroso. Outro ponto importante a ser destacado diz respeito à possibilidade desse rompimento com os afazeres habituais muitas vezes não ser simplesmente benéfico à saúde mental e corporal das pessoas, sendo também prejudicial à saúde destas em alguns casos, como o exemplo do uso abusivo de “drogas” lícitas ou ilícitas.

Esse rompimento, sendo ele benéfico ou não, pode acabar ganhando como já nos referimos o sentido de ‘válvula de escape’, ou seja, algo funcional que permita sair da realidade nem que seja por um dado momento para posteriormente voltar à rotina comum. No entanto, não é dessa forma que queremos compreender o lazer no seu sentido pleno, mas se esse rompimento com o cotidiano proporcionar satisfação e prazer, ele pode vir apresentar conotação com tal conteúdo.

É no lazer como já diria Elias (1992) que buscamos momentos de excitação, sendo esta uma excitação que não vai necessariamente eliminar o grau de tensão presente na vida das pessoas, mas sim tentar aproveitar essa carga de tensão da melhor forma possível. Esse autor apresenta em um dos seus trabalhos,

> [...] como característica comum não a libertação das tensões mas, antes, a produção de tensões de um tipo particular, o desenvolvimento de uma agradável tensão – excitação, como a peça fundamental de satisfação no lazer. (ELIAS, 1992, p.136).

É assim que essa busca da excitação ou do entusiasmo tende a encontrar nas atividades de lazer o lugar privilegiado para a manifestação do imaginário e do sonho, compreendendo assim o espaço/ tempo ideal para o rompimento com o cotidiano alienante que permeia nossa sociedade.

É necessário evidenciar o sentido do lúdico e da festa, como forma de proporcionar maior integração entre as pessoas e uma mudança nos valores destas, seja no que se refere a uma maior consciência e valorização com relação aos espaços públicos, bem como a busca de uma vida mais prazerosa que pode se tornar realidade por via desta maior integração.

Concordamos com Lefébvre quando este ressalta que “o movimento em direção à restituição da festa se acusa, desde que haja vida urbana”. (LEFÉBVRE, 1991, p.202).

Para tanto, percebe-se que essa transformação da cotidianidade tem como seu campo de ação principal a cidade e um modo de viver oriundo desta, e que cabe em nosso dia a dia tentarmos romper com a rotina alienante que assola nossa sociedade, por mais árdua que tal tarefa pareça ser.

Portanto, queremos ressaltar que nosso trabalho se apresenta como uma tentativa de qualificar a importância da prática do lazer no âmbito do modo de vida urbano, ou seja, verificar a importância que tal prática exerce na vida dos citadinos de uma forma geral. Procurando pensar em alternativas que possam aumentar as possibilidades de ação do poder público no sentido de incentivar o lazer nas cidades, buscando contemplar fundamentalmente, os diversos segmentos com menor poder de consumo que se encontram mais desprovidos do acesso ao lazer.

No caso de Presidente Prudente, nosso intuito foi verificar acima de tudo como vêm sendo instituídas as políticas públicas de lazer voltadas para as áreas de exclusão social, evidenciando a presença de diferentes ações realizadas. No entanto, cabe enfocar que embora possamos enfatizar a presença deste ‘padrão de política pública’ já mencionado e, até mesmo a considerável aprovação por parte dos moradores entrevistados desta gestão municipal responsável por tal política, não podemos esquecer das lacunas que são verificadas. Tornando-se importante enfocar então, os diversos anseios, inquietações e proposições apresentadas pela população para se pensar em ações ligadas ao lazer que realmente possam ofertar um maior acesso à cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Dióres Santos. **Esboço histórico da fundação de Presidente Prudente**. In SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/ UNESP, 2001. P.11– 14.

_____. **Poder Político local no Populismo: Presidente Prudente (SP), 1928-1959.** Presidente Prudente: Impress, 1996.

_____. **Recortes**. Presidente Prudente: Impress, 1997.

AMORIM, Margarete Cristiane de C. T. **Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente**. In SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: Programa de Pós – Graduação em Geografia - (Gasperr), 2001. P.37 – 52.

ANDRADE, José Vicente. **Lazer - princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ARAÚJO, Maria M. Ortega e CESÁRIO, Sérgio Roberto. **O Lazer em Presidente Prudente: Reflexões sobre qualidade de vida.** Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 1997.

BACAL, Sarah. **Lazer e o Universo dos Possíveis.** São Paulo: Aleph, 2003.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da Hora. **Programa Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade?** In SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/UNESP, 2001. P.121 – 138.

CALIXTO, Maria José M. **O papel exercido pelo poder público local no processo de produção seletiva de um novo padrão ocupacional**. In SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/UNESP, 2001. P.139 - 155

CAMARGO, Luiz O.de Lima. **Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer.** In TURINO, Célio (Org.). **Lazer nos Programas Sociais – Propostas de combate à violência e à exclusão.** São Paulo: Anita, 2003. P.35 - 44.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução** - **O Direito à Preguiça**. In LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo: Hucitec e Unesp, 2000. P.9 – 56.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Cap. II, Direitos Sociais, Art. 6º. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço, um conceito – chave da Geografia.** In CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P.15 – 47.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas Públicas, Justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social.** São Paulo: Hucitec, 1997.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**; entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social.** Campinas: Autores Associados, 2002.

DUMAZEDIER, Jofre. **Lazer e Cultura Popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____ **Sociologia Empírica do Lazer.** São Paulo: Perspectiva - SESC, 1999.

ELIAS, Norbert. e DUNNING, Eric. **A busca da excitação no lazer**. Lisboa: DIFEL, 1992.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: Trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1999.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEBARA, A. **Considerações para uma história do lazer no Brasil.** In BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas: UNICAMP, 2000. P.61 – 81.

GOMES, Paulo César da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. P.129 -191.

GUIMARÃES, Raul B. , VIEIRA, Alexandre B. e NUNES, Marcelo. **Cidades Médias: Territórios da Exclusão**. In CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos - V.2, Nº 4, Presidente Prudente, 2005. P.267 – 287.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - **Censo demográfico**, 2000.

IKUTA, Flavia Akemi. **A Cidade e as Águas: A expansão territorial urbana e a ocupação dos fundos de vale em Presidente Prudente - SP**. (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. **A cidade moderna e as técnicas: uma nova espacialidade do tempo livre**. (Anais do encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional). Rio de Janeiro, 2003.

LEFÉBVRE, Henri. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____ **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUCAS, Fabrício da Mata. **O Lazer no contexto das políticas públicas de combate à exclusão social: O caso do lazer vivenciado pelo jovem de 14 a 19 anos em áreas de**

exclusão. (Monografia de Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003.

MAGNANI, José G. Cantor. **Festa no Pedaço: Cultura Popular e lazer na cidade**. São Paulo: Hucitec/ Unesp, 2003.

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e Educação.** Campinas: Papirus, 1995.

_____(Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O papel das prefeituras.** Campinas: Autores Associados, 1996.

_____**Estudos do Lazer: Uma introdução**.Campinas: Autores Associados, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. P.7 - 38.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano.** Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Problematizando o conceito de Exclusão Social: Elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil.** In FORMAÇÃO, Revista Científica. Nº11, V.1: Presidente Prudente, 2004. P.45 – 71.

_____. **Expansão territorial e mercado imobiliário em Presidente Prudente**. In SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/ UNESP, 2001. P.109 – 120.

MELO, Jayro Gonçalves. **Presidente Prudente - Coronelismo e Poder Local**. In GUIMARÃES, Raul B. e SPOSITO Maria E. B. (Org.) **Conjuntura Prudente 97**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997.

_____. **Imprensa e Coronelismo - A Voz do Povo e seu discurso político-ideológico (1926-1930)**. Presidente Prudente: FCT/ UNESP - Curso de Pós-Graduação em Geografia, 1995.

MELO, Vitor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003. (Introdução - p.21 -28).

MIÑO, Oscar A. Sobarzo. **Os Espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2004.

MONTESSORO, Cláudia Cristina L. **Presidente Prundente: a instalação dos Shopping centers e a (re)estruturação da cidade.**. In SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/UNESP, 2001. P.215 – 234.

O IMPARCIAL. Jornal. Presidente Prudente: Imprensa - (1990 – 2004).

O IMPARCIAL, Jornal, 24/03/1991, p.05, Caderno C. Presidente Prudente: Imprensa, 1991.

O IMPARCIAL, Jornal, 05/11/1991, p.01, Caderno A. Presidente Prudente: Imprensa, 1991.

O IMPARCIAL, Jornal, 21/07/1998, p.5, Caderno B. Presidente Prudente: Imprensa, 1998.

OLIVEIRA, Paulo S. **O Lúdico na vida cotidiana**. In BRUHNS, Heloisa Turini (org.). **Introdução aos Estudos do Lazer.** Campinas: Unicamp, 2000. P.11 – 32.

PARKER, S. **A sociologia do lazer.** São Paulo: Zahar, 1978.

PAUGAM, Serge. **O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais - Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. P.67 - 86.

PEREIRA, Silvia R. **Os subcentros do Jardim Bongiovani e do Conjunto Habitacional Ana Jacinta**.). In MELAZZO, Everaldo S. e GUIMARÃES, Raul B. (Org.). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: GASPERR/ FCT/ UNESP, 2002. P.55 – 58.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE PRESIDENTE PRUDENTE - SP, 1996. Lei Complementar Nº 031 /96, Cap. IV, Do Zoneamento, Art. 18 e Art.19.

REQUIXA, R. **As Dimensões do lazer.** São Paulo: SESI, 1974.

RIBAS, Rosana Alves. **O Lazer no contexto do Planejamento Municipal em Presidente Prudente: Análise do Espaço Público de Lazer, Parque das Andorinhas quanto sua Delimitação, Ocupação e Ociosidade.** 1998. (Dissertação de Mestrado).
Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 1998.

SANTOS, Milton**. Pensando o Espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

_____Metamorfoses do Espaço Habitado – Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1990. P.83 – 93.

_____Por uma outra Globalização – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002. P.69 – 76.

_____ A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002. P.61 - 87.

SAWAIA, Bader. **Exclusão ou Inclusão perversa**. In SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002. (Introdução - p.7 - 13).

SCHWARTZMAN, Simon. **As Causas da Pobreza.** Rio de janeiro: FGV, 2004.

SERPA, Ângelo. **Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica.** In GEOUSP. Revista Científica/ Espaço e Tempo. São Paulo, Nº 15, 2004. P. 21 - 37.

SILVA, Manoel Carlos Barbosa. **A Política de Lazer da Administração Pública da cidade de Vitória.** (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho,1995.

SOUSA, Silvia Ap. **Políticas de Estado e a Questão da Moradia em Presidente Prudente.** (Monografia de Bacharelado). Presidente Prudente: FCT/ UNESP,1992.

SPINK, Mary Jane P. e MEDRADO, Benedito. **Produção de sentidos no cotidiano: uma aboradagem teórico - metodológica para análise das práticas discursivas.** In SPINK, Mary Jane P. (Org.). **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano - aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. P. 41 – 61.

SPOSATI, Aldaíza. **Cidade, Território, Exclusão/ Inclusão Social.** (In Anais do Congresso Internacional de Geoinformação). São Paulo, 2000. P.1 - 7.

SPÓSITO, Eliseu S. (org.) **Sistema de Informação para tomada de decisão municipal.** (SIG) - Presidente Prudente. (Relatório Projeto Políticas Públicas – FAPESP), 2000.

_____ **Presidente Prudente na linha do tempo**. In GUIMARÃES Raul B. e SPÓSITO, Maria E. B. (Org.) **Conjuntura Prudente 97**. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 1997.

_____ ,et al. **Exclusão social através de mapas**. In MELAZZO, Everaldo S. e GUIMARÃES, Raul B. (Org.) **Conjuntura Prudente 2002**. FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002. P.97 – 126.

SPÓSITO, Maria Encarnação B. **O Chão em Presidente Prudente: A Lógica da Expansão Territorial Urbana.** (Dissertação de Mestrado). Rio Claro: IGCE/ UNESP,1983.

_____O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. (Tese de Livre Docência). Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2004.

_____(Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média.** Presidente Prudente: Programa de Pós – Graduação em Geografia – (GASPERR), 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania: Figurações da Questão Social no Brasil Moderno**. In TELLES, Vera da Silva (Org.). **Direitos Sociais do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999. P.79 – 131.

VALENTE, Luís P. **Lazer e Vida Urbana em Presidente Prudente - SP.** (Dissertação de Mestrado). Presidente Prudente: FCT/ UNESP, 2005.

VÉRAS, Maria P. B. **Notas ainda preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos.** KOWARICK, L.; SPOSATI, A. e VÉRAS, Maria P. B. **Por uma**

Sociologia da Exclusão Social: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999. P.13 – 41.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1967. (Introdução - P.1 – 15).

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DE CAMPO

Perguntas:

I - Pessoa entrevistada/ respondente (chefe de família e demais membros)

II – Faixa etária

III – Vc usufrui momentos de lazer?

IV – O que vc faz nestes momentos?

V– Vc freqüenta a praça de lazer de seu bairro?

VI – Vc busca momentos de lazer em outros locais da cidade?

VII – Como vc avalia a política voltada para a área do lazer por parte do poder público?

VIII – Na sua opinião, qual a gestão municipal que mais privilegiou as políticas de lazer em Pres. Prudente?

Bairro: Setor: Quadra:

Código (casas)	(I)	(II)	(III)	(IV)	(V)	(VI)	(VII)	(VIII)

Legenda:

(II) - < 10 anos (1)
10 a 14 anos (2)
15 a 20 anos (3)
21 a 50 anos (4)
> de 50 anos (5)

(III) – Não usufrui (0)
Irregularmente (1)
Sempre (2)

(IV) – Fica em casa (1)
freqüenta espaços públicos (praças, parques, etc.) (2)
freqüenta outros espaços - privados ou de livre acesso (bares, clubes, casas noturnas, etc.) (3)
Nenhuma dessas atividades (Especifique) (4)

(V) – Não (0)
Todos os dias (manhã - 1)
Todos os dias (tarde – 2)
Todos os dias (noite – 3)
Finais de semana (4)
Não possui regularidade (5)

(VI) – Não (0)
Todos os dias (manhã - 1)
Todos os dias (tarde – 2)
Todos os dias (noite – 3)
Finais de semana (4)
Não possui regularidade (5)

(VII) – Excelente (1)
Boa (2)
Regular (3)
Ruim (4)
Não Sabe (5)

(VIII) – A atual gestão Agripino Lima (2001 2004 / 2005 – 2006) (1)
A gestão Mauro Bragato (1997 – 2000) (2)
A gestão Agripino Lima anterior (1993 – 1996) (3)
A gestão Paulo Constantino (1989 – 1992) (4)
Nenhuma das alternativas (Especifique) (5)